



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Formação de Professores

Departamento de Geografia

Willian Andrion do Valle

**As implicações territoriais da “pacificação” de favelas: um estudo
sobre a Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira
(Rio de Janeiro)**

São Gonçalo

2016

Willian Andrion do Valle

**As implicações territoriais da “pacificação” de favelas: um estudo sobre a
Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira (Rio de Janeiro)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Geografia e relações de poder.

Orientador: Prof. Dr. Andreilino de Oliveira Campos

São Gonçalo

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

V181 Valle, Willian Andrion do.

As implicações territoriais da “pacificação” de favelas: um estudo sobre a Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira (Rio de Janeiro) / Willian Andrion do Valle. – 2016.

156f.

Orientador: Prof. Dr. Andrelino de Oliveira Campos.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Segurança pública – Teses. 2. Direito penal – Teses. 3. Unidades de Polícia Pacificadora – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. Campos, Andrelino de Oliveira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 351.759.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Willian Andrion do Valle

**As implicações territoriais da “pacificação” de favelas: um estudo sobre a
Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira (Rio de Janeiro)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Geografia e relações de poder.

Aprovada em 28 de novembro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Andreino Campos (Orientador)

Faculdade de formação de Professores - UERJ

Prof. Dr. Nilo Sérgio d'Ávila Modesto

Faculdade de formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Mariane Biteti

Faculdade de formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha filha Beatriz, que tanto gosta de brincar comigo.

AGRADECIMENTOS

Nesta seção, tomo a liberdade de escrever em primeira pessoa porque aqui a impessoalidade passa ao largo. Ciente de que manifestar gratidão é sempre uma tarefa difícil, eivada de subjetividades, e que em agradecimentos públicos não é incomum que algumas pessoas sejam involuntariamente esquecidas, farei um grande esforço para destacar a importância daqueles que me ajudaram, de diferentes maneiras, a cursar o mestrado e a realizar a pesquisa que deu origem a esta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de viver e refletir sobre a vida e também pela esperança por um mundo diferente, muitíssimo melhor.

Agradeço aos meus familiares – principalmente, minha mãe e minha avó *in memoriam* – por investirem na minha formação educacional e escolar desde a mais tenra idade.

Minha esposa, Betânia, deve ter sua contribuição destacada não apenas por aceitar amavelmente minhas idiossincrasias e pelo afeto demonstrado cotidianamente, mas, principalmente, por tolerar a má administração que faço do tempo e por contribuir diretamente com a formatação do texto e com o tratamento das imagens presentes nesta dissertação. Ela foi meu socorro quando o computador, um terrível adversário, me desafiava com suas linguagens quase incompreensíveis para uma amante do século XIX.

Andrelino Campos, muito mais que um orientador acadêmico, é alguém que consegue magistralmente associar seu amplo e inquietante conhecimento a uma conduta simples e humilde, incomum na vida acadêmica. Agradeço a Andrelino por me receber como um velho amigo quando eu ainda era praticamente um desconhecido. Também agradeço pela liberdade para criar, por me mostrar que o espaço geográfico está sempre em construção e que os sujeitos não são apenas aqueles relatados nos livros de História. Agradeço por corrigir gentilmente minhas falhas e por destacar e enobrecer minhas poucas qualidades.

Também agradeço muitíssimo aos examinadores desta dissertação: Nilo Modesto, Jorge Barbosa e Augusto Pinheiro da Silva.

Nilo Modesto, meu professor e interlocutor, não apenas mostrou-me Gramsci – com o qual me afeiçoei bastante –, mas ofereceu importantes orientações práticas

e sugestões em suas aulas de “Geografia e Relações de Poder”, nos momentos em que almoçamos nos arredores da FFP e também por ocasião de meu exame de qualificação.

Jorge Barbosa, por sua vez, através de seu vasto conhecimento sobre tráfico de drogas e sobre as favelas cariocas, ajudou-me a repensar algumas questões apresentadas em meu projeto de pesquisa e também a entender que os espaços segregados não são “territórios da pobreza” e sim espaços mais vulneráveis à violência. Isso deu um ganho qualitativo ao trabalho.

Augusto Pinheiro da Silva, que tive o privilégio de conhecer em 2003, quando realizei um curso de extensão organizado por ele na PUC-Rio, contribuiu especificamente para as reflexões aqui apresentadas através de algumas de suas publicações sobre gestão territorial. Em um sentido mais amplo, sua contribuição resulta de sua postura profissional, reconhecidamente ética e bem intencionada.

Não posso deixar de registrar minha gratidão à professora Mariane Biteti por também ter se disponibilizado para compor a banca examinadora da presente dissertação.

Preciso agradecer aos meus professores no PPGG/FFP/UERJ – Marcos Couto, Catia Antonia, Otávio Miguez, Rui Moreira, André Luiz, Manoel Santana, Marcos César e Denílson Araújo – pelas discussões que geraram reflexão e amadurecimento acadêmico. De igual maneira, agradeço aos professores de outros departamentos acadêmicos com os quais estudei durante o mestrado: Manoel Fernandes (PPGG/USP), Masé Sant’Anna e Sandra Carneiro (PPCIS/UERJ) e Simone Vassallo (IUPERJ).

Não posso esquecer-me de Verônica Mateus, secretária do PPGG/FFP, pela gentileza com que sempre me atendeu. Agradeço também aos demais funcionários administrativos e aos que cuidam da limpeza da Faculdade. Todos vocês são importantíssimos, indispensáveis.

Manifesto minha estima para os colegas de turma, com quem dividi as aventuras de estudar e trabalhar (bastante) ao mesmo tempo.

Por uma questão de justiça, não posso deixar de mencionar os estudantes, pesquisadores e colaboradores do Núcleo de Estudos Sociedade, Espaço e Raça (NoSER) e do Observatório Geográfico do Leste Metropolitano – ambos coordenados por Andreilino Campos. Não foram poucos os diálogos construtivos que estabeleci com eles desde 2014.

Agradeço também ao Luan por me apresentar a favela da Mangueira, viabilizando as atividades de campo que sustentaram empiricamente este trabalho. Estendo minha gratidão ao Thiaguinho da Mangueira e a todos os moradores da favela que aceitaram participar das entrevistas conduzidas por mim durante o desenvolvimento da pesquisa.

De igual maneira, agradeço ao major Rodrigues, então comandante da UPP Mangueira, por colaborar com a pesquisa, concedendo-me uma entrevista e dando autorização para que eu conversasse com seus subordinados. Dentre esses, destaco o soldado Assed, que disponibilizou seu tempo para fazer relatos detalhados sobre a atuação policial na favela.

O geógrafo e camarada Wilson Norberto também me ajudou bastante com seus incentivos e sua valiosa ajuda na condução do último trabalho de campo, realizado em março deste ano. Não posso deixar de mencionar Paula Antunes que, além da amizade e do exemplo profissional, deu-me importantes informações sobre acontecimentos no entorno da Mangueira.

Vânia Brum, diretora de uma das instituições de ensino onde trabalho, é outra pessoa muito querida, cuja contribuição deve ser destacada. Ela ajudou-me a fazer uma verdadeira reengenharia nos meus horários de trabalho para que eu pudesse cursar as cadeiras obrigatórias, oferecidas pelo PPGG/FFP em 2014.

Finalmente, agradeço aos colegas Rodolfo Gregório, Napoleão, Léo Rosetti, Fabio Luiz, Jorge César, Marco Malta, Marcelo Seixas e Sérgio Campello – meus principais interlocutores acerca das questões acadêmicas nas escolas onde trabalho.

Preciso escrever por necessidade profissional e por necessidade existencial, embora eu sofra muito no processo, a ponto de dizer que melhor do que escrever é ter escrito. Vou continuar a escrever, para ter a alegria de depois poder dizer: – Escrevi, confesso que escrevi!

Armando Nogueira

RESUMO

VALLE, Willian Andrion do. *As implicações territoriais da “pacificação” de favelas: um estudo sobre a Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira (Rio de Janeiro)*. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

A presente dissertação, ao propor um exame das implicações territoriais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela da Mangueira e em seu entorno, constituiu um esforço de compreensão de uma das facetas do espaço geográfico carioca, principalmente em sua dimensão político-territorial, além de ter adensado o debate mais geral sobre as repercussões da atual política de segurança promovida pelo governo estadual do Rio de Janeiro. A pesquisa que deu origem a este trabalho apoiou-se na realização de atividades de campo e entrevistas e compreendeu desde a investigação do relacionamento entre os policiais da UPP e os moradores da Mangueira até uma análise da reorganização do tráfico de drogas de varejo em função da presença permanente da polícia nesta favela. Os conceitos de território, bom senso, agência, sujeito, entre outros, foram utilizados pelo autor para sistematizar o conhecimento empírico produzido ao longo dos 30 meses de pesquisa. Não obstante, mais do que apresentar respostas, o presente trabalho procurou problematizar algumas questões sobre o complexo e espinhoso tema das implicações territoriais de uma política de segurança direcionada a espaços muito vulneráveis à violência.

Palavras-chave: Unidade de Polícia Pacificadora. Território. Mangueira. Bom senso.

ABSTRACT

VALLE, Willian Andrion do. *The territorial implications of the "pacification" of the favela: a study of the Pacifying Police Unit of Mangueira (Rio de Janeiro)*. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

This dissertation, proposing a review of the territorial implications of the Pacifying Police Unit (UPP) in the Mangueira's *favela* and its surroundings, was an effort to understand one of the facets of Rio geographical space, mainly in its political-territorial dimension, in addition to enhance the more general debate on the repercussions of the current security policy promoted by the state government of Rio de Janeiro. The research that originated this work was supported in field research and interviews and included the investigation of the relationship between the UPP officers and residents of the Mangueira as well as an analysis of the reorganization of the retail drug trafficking activities due to permanent police presence in this *favela*. The concepts of territory, common sense, agency, subject, among others, were used by the author to systematize empirical knowledge produced over the 30 months of the research. Nevertheless, more than provide answers, this study sought to discuss some questions about the complex and tough issue of the territorial implications of a security policy aimed at very vulnerable to violence spaces.

Keywords: Pacifying Police Unit. Territory. Mangueira. Common sense.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS	24
1.1	A polissemia do conceito de território: algumas considerações sobre sua abordagem na Geografia	24
1.2	As implicações territoriais das políticas de segurança pública: algumas considerações	33
2	AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS) COMO POLÍTICA DE SEGURANÇA	36
2.1	Afinal, para que servem as UPPs? Uma breve análise de sua fundamentação legal	37
2.2	Sobre a origem das Unidades de Polícia Pacificadora	52
2.3	O que as UPPs trazem de novo para o relacionamento entre os policiais militares e os moradores das favelas cariocas?	59
2.4	Como ficam os traficantes e os milicianos na era das UPPs?	68
3	AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DA UPP MANGUEIRA	75
3.1	Para iniciar a conversa: historiando algumas especificidades da Mangueira	75
3.2	Para ensinar aos favelados quem eles são e no que devem se tornar	79
3.2.1	<u>O Menino Maluquinho “legitimando” o bom senso criado pelas UPPs: para além de simples especulações</u>	82
3.3	Olhando de perto o território da Mangueira: Sujeito não hegemônico e Pessoas-para-o-outro “versus” Agência (reflexões introdutórias que apontam uma agenda de pesquisas)	106
3.4	A reorganização espacial do tráfico de drogas na Mangueira após a “pacificação” do território	120
3.4.1	<u>Tráfico de drogas e intervenções urbanísticas em favelas: o que mudou na Mangueira após a instalação da UPP?</u>	129

3.5	E o entorno da Mangueira, como foi afetado pela policialização da favela?	133
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas – Moradores	154
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas – Policiais	155
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas – Comunidade Escolar	156

INTRODUÇÃO

A problemática da segurança pública no Rio de Janeiro, em larga medida associada às ações do tráfico de drogas e (mais recentemente) à atuação das milícias paramilitares, tem gerado inúmeros problemas, que incluem desde elevados custos materiais para os cidadãos e para a economia urbana até a disseminação do medo vinculado à criminalidade urbana violenta.

Diante desse quadro, nas últimas décadas, as políticas de segurança do executivo estadual do Rio de Janeiro foram essencialmente pautadas pelo confronto aberto com os traficantes baseados em favelas, o que resultou em muitas mortes, desmobilização de obras (como algumas das que foram promovidas pelo Programa Favela-Bairro), desvalorização imobiliária, entre outros, e também reforçou a imagem negativa da polícia na opinião pública.

Com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a partir do fim de 2008, teve início uma mudança (infelizmente, ainda dentro dos moldes conservadores) nas formas de a polícia tratar do tráfico de drogas e também de abordar os moradores das favelas cariocas. Considerando o discurso oficial, foi iniciada uma experiência comunitária de policiamento nesses espaços. Na prática, foi estabelecido um policiamento permanente e ostensivo – pelo menos, em algumas áreas das favelas pacificadas –, com ações, de modo geral, menos agressivas e com a existência de um diálogo (bem limitado) entre parte do efetivo policial e alguns moradores das referidas favelas.

De uma visão de sobrevoo, essa mudança trouxe alguns avanços, como a redução do número de confrontos entre policiais e traficantes e a consequente diminuição dos homicídios associados aos “autos de resistência”, além do arrefecimento da violência letal e, em menor medida, dos roubos nas favelas onde houve a implantação das UPPs. Entretanto, a impossibilidade do programa se generalizar para as mais de mil favelas cariocas e o caráter civilizador das ações de muitas UPPs – impondo regras e formas de sociabilidade, estranhas ao cotidiano dos moradores desses espaços – aparecem na literatura especializada no tema¹ como problemas do atual projeto de segurança pública estadual.

¹ MACHADO DA SILVA (2010), SOUZA (2011) e LEITE (2012).

Segundo LEITE (2012), a implantação das UPPs em favelas teve como objetivo “retomar o controle armado desses territórios e ‘civilizar’ seus moradores como condição para a integração desses territórios à cidade”. Igual percepção é apresentada no trabalho de ESPERANÇA (2014), para quem o projeto das UPPs inclui o “controle moral da vida e do cotidiano dos moradores”.

Tais citações reforçam a ideia de que em um bom número de favelas não têm sido respeitadas as práticas sociais e culturais de seus moradores. Há, em certa medida, um conjunto de ações que tendem a deslegitimar as práticas da população local, nos marcos de uma ação estatal consubstanciada por atuações policiais paternalistas e pretensamente moralizantes.

A implantação das UPPs não criou mecanismos para aumentar a autonomia ou a margem de manobra dos moradores das favelas “pacificadas” diante dos problemas e desafios enfrentados por estes últimos, o que pode ser visto, por exemplo, na impossibilidade de realização de alguns eventos sem autorização policial. É como se as ações dos referidos moradores estivessem fundamentalmente ancoradas em práticas ilícitas ou como se suas manifestações políticas e culturais fossem de menor (ou sem) importância. Algumas publicações assinadas pela secretaria de segurança do estado do Rio de Janeiro², as declarações de José Mariano Beltrame³ sobre a “pacificação” de favelas e a própria pesquisa que deu origem a esta dissertação apontam para a criação de um novo *bom senso* para explicar aos moradores das favelas cariocas *quem eles são e no que devem se tornar*.

Os regulamentos impostos aos moradores das referidas favelas, bem como a proibição de festas e manifestações por eles organizadas, de um lado, e o estímulo a práticas e condutas que a polícia considera apropriadas e socialmente aceitáveis, de outro, reforçam o caráter heterônomo das ações de pacificação e constituem o elemento mais visível da regulação policial do território.

Feita essa brevíssima introdução, pode-se dizer que o objetivo geral dessa dissertação é *analisar as implicações territoriais da Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira para a própria favela (seus moradores, lideranças e traficantes locais) e seu entorno imediato*.

² A exemplo da Cartilha elaborada por Ziraldo para destacar os direitos e deveres dos moradores das favelas “pacificadas”. Esta publicação será analisada no capítulo 03 desta dissertação.

³ Secretário de Segurança desde o início da gestão de Sérgio Cabral Filho.

O exame das implicações territoriais da “pacificação” policial na favela da Mangueira e em seu entorno (estudo que se imagina ser inédito) constituiu um esforço de compreensão de uma das facetas do espaço geográfico carioca, principalmente em sua dimensão político-territorial, além de adensar o debate mais geral sobre as repercussões da atual política de segurança promovida pelo governo estadual⁴. Isso aparece como a maior relevância social da presente dissertação.

Além do mais, a produção acadêmica fluminense sobre as políticas de segurança estatal é assinada majoritariamente por pesquisadores das ciências sociais clássicas (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) e aparece, em boa parte, desvinculada dos estudos sobre planejamento e gestão urbanos. Diante desse quadro, a contribuição de geógrafos com seu “olhar espacial” – preocupado em mostrar que as manifestações da violência (e as políticas de segurança voltadas ao seu “controle”) não estão dissociadas do espaço – se mostra promissora para o entendimento do tema.

Destarte, para se atingir o objetivo geral, a pesquisa compreendeu três objetivos específicos:

- *Compreender a natureza e os objetivos das práticas policiais na favela da Mangueira após a Pacificação;*
- *Verificar os impactos da “pacificação” no relacionamento entre policiais e moradores da favela e nas formas de mobilização e associativismo destes últimos;*
- *Analisar a viabilidade de intervenções urbanísticas e a reorganização do tráfico de drogas na Mangueira (e em seu entorno) após o início das operações da Unidade de Polícia Pacificadora.*

A justificativa para o presente estudo repousa não apenas na relevância do tema proposto, mas, essencialmente, na trajetória acadêmica do autor, que começou a estudar alguns aspectos da relação entre segurança pública e favela desde a graduação, em meados da década passada. Na oportunidade, quando de sua participação no Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Socioespacial (NuPeD - UFRJ), o autor investigou, durante três anos (2003-2005), a ingerência do tráfico de drogas nos projetos do programa Favela-Bairro. Os resultados desta

⁴ Com grande apoio de Eduardo Paes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro desde 2009.

pesquisa foram aproveitados para sua monografia de graduação, onde consta uma proposta de sistematização das ações do tráfico de drogas no referido programa de urbanização, que foi retomada e ligeiramente ampliada por SOUZA (2008).

O interesse pela compreensão da relação dinâmica e conflitiva entre a polícia e os traficantes de drogas nas favelas cariocas foi retomado quando da criação das Unidades de Polícia Pacificadora, no final de 2008. O acompanhamento de notícias sobre a instalação das UPPs, a especulação sobre seu real propósito e a leitura de alguns trabalhos que tratam do tema de diferentes maneiras e sob variados enfoques motivaram o autor, nos últimos anos, a construir um projeto de pesquisa que privilegiasse o estudo das implicações territoriais da pacificação na Mangueira. A escolha desta favela ocorreu fundamentalmente por duas razões: a primeira foi o desconhecimento do autor sobre trabalhos que tratassem especificamente da UPP ali instalada; a segunda foi a construção de um frutífero diálogo com um de seus moradores, o que acabou cimentando condições para a realização de um primeiro trabalho de campo e algumas entrevistas. O mencionado morador guiou o autor pela favela, o que reduziu muitíssimo a sua exposição a determinados riscos, próprios de um espaço ainda conflagrado pelo tráfico de drogas.

A pesquisa foi estruturada metodologicamente a partir de alguns preceitos do método dialético, priorizando a confrontação de um pensamento elaborado com um novo pensamento. A ideia central no transcurso da pesquisa foi a de gerar uma tensão entre afirmação e negação (sobretudo no que se refere aos diferentes posicionamentos de policiais e moradores da Mangueira sobre a legitimidade e a relevância da “pacificação” dessa favela) para se chegar a uma nova posição que supere, mas não desconsidere as ideias inicialmente confrontadas.

Além da interpenetração das ideias e afirmativas contrárias, a pesquisa, que tem caráter fundamentalmente qualitativo, tenta dar conta do movimento de transformação do próprio objeto (a análise das implicações territoriais da atuação das UPPs na Mangueira).

Em termos operacionais, foi realizada uma revisão da bibliografia referente aos temas afins ao objeto de estudo. Questões sobre o conceito de território, a atuação do tráfico de drogas e das milícias paramilitares, a violência urbana, a atuação policial e também as definições de bom senso, autonomia e sujeito, foram revistas e analisadas cuidadosamente.

Também foram realizados cinco trabalhos de campo na Mangueira e em seu entorno⁵, através dos quais se tornou possível a produção de material empírico – fotografias, elaboração de croquis, exame dos registros feitos pela associação de moradores e pela administração da UPP, além da realização de várias entrevistas com policiais, moradores, lideranças locais e pessoas que trabalham no entorno da favela. Foram construídos roteiros de entrevista com questões formais e abertas (ver apêndices A, B e C), referentes aos desdobramentos da presença permanente da polícia para a organização espacial da favela e seu entorno. Diante do temor ou do notório desconforto dos entrevistados com a formalização de questões relacionadas ao trabalho policial, o autor informalizou a maior parte das entrevistas, tentando, no entanto, manter os aspectos centrais contidos nos referidos roteiros.

Concomitantemente, foram realizados levantamentos de reportagens e documentos em arquivos e em bibliotecas especializadas a procura de informações relevantes para o entendimento das questões consideradas no escopo da pesquisa.

A dissertação foi estruturada em três capítulos, excetuando-se a introdução, o “Marco Zero” e as considerações finais. A presente seção é a introdução. Além de apresentar o tema do trabalho, ela versa sobre as opções metodológicas e traz algumas informações sobre o percurso da pesquisa durante os 30 meses de realização do curso. Nela também constam os principais itens do projeto de pesquisa que norteou a produção desta dissertação.

“Marco zero. Explorações geográficas: problematizando a pesquisa em um território muitíssimo vulnerável à violência” é uma espécie de prefácio que descreve sucintamente alguns dos desafios enfrentados pelo autor durante a realização dos trabalhos de campo na Mangueira. O conteúdo desta seção aponta para os cuidados necessários à realização de investigações em áreas conflagradas pelo tráfico de drogas, minimizando os riscos à segurança pessoal do pesquisador.

O primeiro capítulo, identificado pelo título: “Território e políticas públicas”, é fundamentalmente teórico. Em algumas páginas, é abordada a polissemia do conceito de território, que, para os propósitos desta dissertação, funciona como um nexos estruturante. Algumas das concepções de autores como Marcelo Lopes de Souza, Andreilino Campos, Rogério Haesbaert, Claude Raffestin e Michel Foucault foram examinadas e comparadas. Não obstante, as abordagens propostas por

⁵ Entre 30 de julho de 2015 e 18 de março do ano seguinte.

Souza e Campos é que foram priorizadas e acabaram servindo como principais referenciais teóricos ao longo do trabalho. No fim do capítulo, em alguns poucos parágrafos, foi empreendido um esforço de demonstração da inescapável relação entre as políticas públicas (com destaque para a segurança estatal) e suas implicações/transformações territoriais.

O segundo capítulo, subdividido em quatro seções, apresenta as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) como uma política de segurança estatal. A primeira parte constitui uma análise dos decretos e normas que regulamentam o funcionamento das UPPs e também considera os estudos feitos a respeito de seus propósitos e problemas. A tão badalada associação entre as UPPs e os grandes eventos esportivos realizados no Rio de Janeiro⁶ e a ideia da construção de um novo planejamento estratégico para a cidade foram consideradas. No segundo subcapítulo, realizou-se um exame dos trabalhos, declarações e documentos que dão indícios da gênese da Unidade de Polícia Pacificadora, assunto negligenciado pela maioria dos pesquisadores que estudam a atual política de segurança do estado do Rio de Janeiro. No terceiro subcapítulo, foi analisada a complicada relação entre os policiais e os moradores de boa parte das favelas onde foram instaladas as UPPs. O último subcapítulo, por seu turno, tratou de alguns elementos da relação entre as Unidades de Polícia Pacificadora e a reorganização dos modos de operação (de frações) do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Foram nestas duas últimas seções que – a partir de trabalhos acadêmicos (artigos, dissertações e teses), material jornalístico e documentos cuidadosamente selecionados – iniciou-se uma abordagem panorâmica de alguns problemas que serão retomados no capítulo seguinte, a propósito das implicações territoriais da pacificação na favela da Mangueira.

O terceiro capítulo é iniciado com uma caracterização geral e uma brevíssima reconstrução histórica da ocupação da Mangueira. Isso serviu tanto para apresentar a área focal da pesquisa como para contextualizar minimamente a instalação da UPP na favela. Os quatro subcapítulos seguintes (3.2, 3.3, 3.4 e 3.5) tratam diretamente dos objetivos específicos desta dissertação e, por esta razão, constituem o cerne do trabalho. Para sua elaboração, teve importância vital a análise de todo o material empírico produzido em campo. Os registros visuais e escritos

⁶ A copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

feitos pelo autor por ocasião das visitas à favela da Mangueira e ao seu entorno foram explorados para a produção e consequente apresentação (inclusive, por meio de representações esquemáticas) dos resultados da pesquisa. Além disso, algumas informações constantes na monografia de bacharelado⁷ do autor também foram utilizadas. A ideia foi esboçar uma comparação entre o “antes” e o “depois” da instalação da UPP no que se refere à viabilidade de intervenções urbanísticas na favela.

As ações de “pacificação” foram consideradas como que objetivando a criação de um novo *bom senso* (no sentido gramsciano) para explicar *quem são e no que devem se tornar* os favelados da Mangueira. Uma forma de não apenas invisibilizar, mas de tentar desconstruir o protagonismo das manifestações dos (ou de boa parte dos) moradores dessa favela – vistos, de modo quase generalizado, pelos policiais entrevistados pelo autor, como incapazes de se organizarem e de formarem *sujeitos* de sua própria história e do conhecimento de si mesmos. Este enfoque é novo⁸, mas trata de um problema antigo, manifestado, por exemplo, na construção do mito da marginalidade⁹ – que definia os favelados como vagabundos e marginais.

A relação entre a UPP e o tráfico de drogas local também foi focalizada. Algumas perguntas importantes – O que aconteceu com os traficantes da Mangueira após a “pacificação” da favela? Como o comércio varejista foi afetado? Há maior participação popular na favela diante da policialização do território? – foram respondidas a partir das constatações de campo e da análise de documentos e do conteúdo das entrevistas realizadas.

Além disso, uma parte do entorno da Mangueira também foi estudada. O que permitiu medir com um pouco mais de acuidade o alcance do projeto de “pacificação dessa favela”.

As considerações finais reúnem uma síntese das constatações e discussões apresentadas nos capítulos precedentes e também uma descrição das limitações da

⁷ A problemática da interferência do tráfico de drogas nos projetos do Programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro). Monografia orientada pelo Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza. Para a confecção do referido trabalho, foram utilizadas, dentre outras coisas, as transcrições de 18 entrevistas conduzidas pelo próprio autor com a colaboração de alguns outros membros do Núcleo de Pesquisas Sobre Desenvolvimento Sócio-espacial (NuPeD - UFRJ), entre os anos de 2003 e 2006.

⁸ Vide, por exemplo, CAMPOS (2013).

⁹ Vide, por exemplo, SOUZA (1999).

pesquisa realizada. De outra parte, esta última seção da dissertação apresenta alguns encaminhamentos que poderão compor relevantes agendas de pesquisa.

Marco Zero. Explorações geográficas: problematizando a pesquisa em um território muitíssimo vulnerável à violência

Morar na área metropolitana do Rio de Janeiro, um espaço bastante afetado pelos desdobramentos do tráfico de drogas e pelo medo a ele associado, é, como se sugeriu anteriormente, um grande desafio para a maioria da população fluminense. A metrópole do Rio de Janeiro, inclusive, vem sendo apontada como um verdadeiro laboratório para os estudos sobre violência urbana, chegando a ser definida como uma “Fobópole”, uma cidade do medo¹⁰.

E se o medo de ver e viver o espaço urbano carioca é grande entre os membros das classes mais privilegiadas, nos territórios segregados – como as favelas, que reúnem pessoas mais pobres e que convivem frequentemente com episódios de violência, literalmente, na sua porta – o quadro é bem mais dramático.

Não são poucos os estudos e documentários que mostram verdadeiras atrocidades cometidas por traficantes e policiais nas favelas cariocas. O assunto tem sido discutido em círculos acadêmicos, tem pautado a agenda de alguns movimentos sociais e chegado às telas dos cinemas. Duas importantes produções cinematográficas nacionais dos últimos tempos, os filmes *Tropa de Elite I e II*¹¹, exploraram amplamente a questão.

Não é de admirar que um número substancial de profissionais que pesquisam o espaço urbano – diante do receio de que sua segurança pessoal seja comprometida – evite realizar trabalhos de campo em favelas onde ocorra tráfico de drogas. De fato, o perigo é real e são necessários grandes cuidados na preparação e condução de entrevistas e demais atividades de pesquisa nesses espaços, sobretudo, se o objeto de estudo focalizar o comércio varejista de drogas ou a relação entre policiais e traficantes.

O autor realizou seu primeiro trabalho de campo em favela no ano de 2005, quando da preparação de sua monografia de graduação. Na oportunidade, foram

¹⁰ Ver SOUZA (2008).

¹¹ Dirigidos por José Padilha, os dois filmes foram bastante premiados nacionalmente. O primeiro longa-metragem chegou a ser considerado “melhor filme” na edição de 2008 do Festival internacional de Berlim.

investigadas algumas intervenções de traficantes em obras do Favela-Bairro realizadas no Morro da Fé, uma das favelas do complexo da Penha. A entrada neste espaço ocorreu em companhia da presidenta da associação de moradores, que foi acionada previamente por telefone. Não obstante, o autor – devidamente identificado com um crachá da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ainda quando atravessava o perímetro da favela – chegou a ser abordado por um traficante armado. Essa abordagem não chegou a gerar maiores problemas por conta da presença da aludida presidenta da associação, que (é importante que se diga), provavelmente, informou aos traficantes que a visita teria por objetivo pesquisar a qualidade das obras realizadas pela prefeitura do Rio (argumento apresentado pelo próprio autor – durante os diálogos realizados com ela por telefone – prevendo alguma situação de maior risco no transcurso das atividades de campo).

Durante todo o trabalho de campo, o autor foi visivelmente monitorado por algumas pessoas que encontrava pelo caminho, o que o desencorajou a visitar as áreas mais a montante da favela, onde, segundo reportagem de um jornal da época, haviam sido construídas barricadas em vias abertas pelo programa Favela-Bairro.

Esse mesmo “clima de tensão” foi verificado na favela da Mangueira, quando da realização dos cinco trabalhos de campo que fundamentaram empiricamente esta dissertação.

A “pacificação”, em sua acepção mais usual – ou seja, a promoção ou estabelecimento da paz –, não chegou, de fato, a ocorrer na Mangueira. Foram relatados inúmeros episódios que envolviam tiroteios entre traficantes e policiais, mesmo após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora. O próprio autor, durante a realização do quinto e último trabalho de campo na favela¹², acompanhou o corre-corre gerado por um desses episódios – o que tornou ainda mais evidente a situação de perigo a que estava submetido. Muitos desses tiroteios, como se verá ao longo dessa dissertação, estão diretamente relacionados aos desdobramentos da morte de Tuchinha¹³, um emblemático personagem da favela.

E como o autor procedeu para iniciar as atividades de campo na Mangueira? O primeiro passo foi procurar um interlocutor, que poderia ser algum representante

¹² Em 18 de março de 2016.

¹³ Tuchinha era o apelido de Francisco Testas Monteiro, conhecido por chefiar o tráfico de drogas na Mangueira desde os anos 1980. Segundo reportagem do Jornal O Globo, de 05 de agosto de 2011, ele teria sido contratado pelo AfroReggae após o relaxamento de sua prisão. Seu assassinato, no segundo semestre de 2014, teria precipitado inúmeros confrontos pelo controle da venda de drogas na favela.

da associação de moradores ou um conhecido residente da favela. Por intermédio de um colega de pós-graduação, ativista da questão habitacional no Rio de Janeiro, o autor chegou a um jovem, morador do local há vários anos. Foi aberto um diálogo com ele por telefone, a exemplo do que foi relatado na experiência anterior, para tratar da necessidade das pesquisas de campo na Mangueira. O referido morador, que havia sido muito bem recomendado, aceitou encontrar o autor no entorno da favela e, após conceder-lhe uma relevante entrevista, o levou ao Parque Candelária e à sede da associação de moradores, no Buraco Quente¹⁴, possibilitando a realização de mais entrevistas e a visualização de algumas das especificidades locais.

Para além da organização espacial da favela, notadamente densa e diversa, o que mais chamou a atenção neste primeiro trabalho de campo, realizado em 30 de julho de 2015, foi o comportamento de um dos entrevistados – uma mulher de meia idade, que se apresentou como colaboradora da associação de moradores. Ela demonstrou um verdadeiro pavor diante da simples menção à UPP e, além de ter alegado despreparo para responder algumas perguntas sobre a relação entre policiais e moradores da favela, afirmou que questões de segurança pública são sempre tratadas pelo vice-presidente da associação. É necessário esclarecer que a referida entrevista aconteceu dentro de uma das unidades da associação de moradores (um ambiente pacato, no Parque Candelária), em companhia do mencionado morador e após um diálogo informal e cauteloso conduzido pelo autor – que se apresentou e mostrou a seriedade da pesquisa em desenvolvimento.

Esse tipo de comportamento, expresso por alguém que se autodenominou um líder comunitário, deu indícios de que a interlocução com os mangueirenses sobre o delicado tema que vertebra esta dissertação não seria uma tarefa fácil. Diante disso, o autor criou a seguinte estratégia: entrevistar alguns moradores em ambientes institucionais estabelecidos na favela ou em seu entorno. Foi assim no CRAS Candelária¹⁵, onde ocorreu um diálogo tranquilo e produtivo com alguns moradores e com uma assistente social, e no C.E. Ernesto Faria, instituição de ensino que apresenta um corpo discente formado fundamentalmente por moradores da Mangueira.

¹⁴ Parque Candelária e Buraco Quente são nomes de localidades ou subdivisões da Mangueira.

¹⁵ Centro de Referência de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro.

A mencionada estratégia apresentou, essencialmente, três vantagens: a primeira foi a maior facilidade para estabelecer diálogos e realizar entrevistas com moradores de diferentes locais da favela, que se reuniam regularmente por conta de demandas comuns; a segunda vantagem, visivelmente mais marcante, foi contar com a confiabilidade dos ambientes institucionais em questão, que parecia deixar os entrevistados mais à vontade (para falar sobre os temas da entrevista) do que se fossem abordados em uma praça, em um logradouro ou mesmo diante da porta de sua própria casa. A última vantagem diz respeito à maior segurança que o CRAS e o C.E. Ernesto Faria apresentaram para a realização das entrevistas. Nestes ambientes, o autor ficou menos exposto aos riscos de eventuais ingerências ou intimidações de traficantes.

Apesar da comprovada eficiência dessa estratégia, algumas entrevistas foram, inevitavelmente, realizadas fora desses locais, durante o necessário trânsito do autor pela favela. Na maioria das vezes, o autor – estando desacompanhado do aludido morador ou de alguma liderança comunitária – adotou um importante procedimento: avisar aos membros da associação de moradores sobre a sua visita à favela. Saber o nome dos dirigentes da associação e conhecê-los minimamente também serviu como uma boa medida de segurança diante de possíveis situações em que alguém poderia perguntar: quem é você e o que faz aqui?

Para todas as situações descritas nos parágrafos acima, inclusive as aparentemente menos perigosas, foi necessário ter muita atenção e cautela. O ideal é que, em territórios conflituosos, como a favela da Mangueira, o pesquisador seja assessorado na realização de entrevistas informais, tanto para melhor aproveitar as informações fornecidas pelos interlocutores como para ter alguém que o ajude a observar em derredor e identificar eventuais perigos. O autor contou com a colaboração de um geógrafo, com quem trabalha há vários anos, durante a realização do último trabalho de campo e isso amplificou a capacidade de fazer registros e observações, além de ter aumentado o nível de segurança pessoal de ambos.

Uma questão relevante foi que, tendo em vista o visível temor de grande parte dos moradores para tratar do assunto para o qual se volta este trabalho, o autor evitou, nas primeiras visitas à favela, entrevistar policiais ou transitar pelos arredores da sede da UPP. Ser visto em companhia dos policiais poderia, em situações específicas, não apenas fragilizar ainda mais a sua segurança pessoal, mas afastar

os moradores e/ou gerar nestes certa desconfiança acerca dos propósitos da pesquisa em curso.

Os policiais da UPP só foram abordados durante a realização dos últimos trabalhos de campo. Nesse caso, o procedimento foi bem simples: o autor se dirigiu ao escritório da UPP, identificou-se como pesquisador e fez uma solicitação para entrevistar o comandante da unidade e alguns policiais de campo. Foi-lhe dado um número de telefone, através do qual as entrevistas foram agendadas.

Por dois dias seguidos¹⁶, o autor realizou várias entrevistas na própria sede da UPP que, por sinal, foi construída bem na “beirada” da favela, faceando com seu entorno (nas proximidades da avenida Visconde de Niterói/Bartolomeu de Gusmão), como será mostrado nos esquemas apresentados no último capítulo. Essas entrevistas ocorreram formalmente e seguiram na íntegra o roteiro preparado (apêndice B), ao contrário daquelas que foram realizadas com os moradores.

Para o estudo do entorno, foram focalizados quatro pontos: o Ciep Nação Mangueirense, o Instituto de Medicina Veterinária Jorge Vaitsman, o C.E. Ernesto Faria e a E.T.E. Adolfo Bloch – todos ao longo (ou nas proximidades) da avenida Visconde de Niterói/Bartolomeu de Gusmão. Três das quatro instituições mencionadas são de ensino. As entrevistas ali conduzidas transcorreram sem maiores problemas e também foram, via de regra, formais (apêndice C). No Instituto Jorge Vaitsman foram realizadas duas entrevistas informais que enfocaram a percepção de segurança após a policialização da favela.

De modo geral, o entorno se mostrou menos vulnerável à violência e, por esta razão, mais seguro para a realização das atividades de campo do que a favela, o que era esperado.

Finalizando este capítulo, pode-se dizer que para a “aventura” de estudar um território bastante vulnerável à violência não se tornar um episódio trágico são necessários alguns importantes cuidados: 1) planejar meticulosamente as atividades de pesquisa a serem realizadas na favela, com uma maleabilidade tal que dê conta de diferentes imprevistos; 2) estabelecer contato prévio com lideranças locais ou com moradores bastante conhecidos e requerer sua presença e acompanhamento nos primeiros trabalhos de campo; 3) ter muito cuidado ao abordar desconhecidos e não transitar (em hipótese alguma) por determinados locais sem a

¹⁶ 18 e 19 de fevereiro de 2016.

recomendação/aprovação de seus interlocutores na favela; 4) manter sempre em seu poder documentos que o identifiquem como pesquisador ou estudante e também referências de moradores ou dirigentes da associação para, numa eventual abordagem de um traficante, minimizar riscos.

1 TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 A polissemia do conceito de território: algumas considerações sobre sua abordagem na Geografia

O conceito de território está longe de ser uma prerrogativa da Geografia. Autores da Sociologia, Antropologia e Ciência Política (as Ciências Sociais clássicas) e também da História e Biologia produziram várias reflexões a seu respeito. E as primeiras teorizações mais consistentes acerca do referido conceito, conforme observa HAESBAERT (2004), são aquelas associadas à Etologia, um ramo do conhecimento disciplinar da Zoologia que estuda o comportamento animal¹⁷.

O primeiro grande trabalho a tratar especificamente de território e territorialidade na Geografia foi, segundo HAESBAERT (2004), o livro *Territorialidade Humana*, escrito em meados dos anos 1970 por Torsten Malmberg. A abordagem da obra, no entanto, foi duramente criticada por fazer uma “associação demasiado estreita entre territorialidade humana e territorialidade animal, na esteira da polêmica tese do ‘imperativo territorial’ biológico de Robert Ardrey”.

No caso brasileiro, a discussão sobre território – presente, dentre outros exemplos, em trabalhos escritos por Milton Santos durante os anos 1980 – passou a ser amplificada a partir de meados da década seguinte, quando da publicação de duas coletâneas: *Território: Globalização e Fragmentação* e, logo em seguida, *Geografia: conceitos e temas*. Embora o primeiro livro apresentasse reflexões de geógrafos já bastante conhecidos na época – como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa e Maria Adélia de Souza –, foi o segundo livro ou, mais especificamente, o seu terceiro capítulo, intitulado “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, de autoria de Marcelo Lopes de Souza que ganhou ampla repercussão.

¹⁷ A antiguidade de expressões como o “território dos leões”, a “territorialidade dos lobos”, tão difundidas em textos da Biologia, corrobora para essa compreensão. CLAVAL (1999), ao comentar o papel da territorialidade na vida animal, considerou que: “Os espaços da vida aí são possessivamente marcados (...). A partir do controle do território, os grupos animais asseguram a sua reprodução e controlam seus efetivos”.

Esse mesmo autor, em um trabalho bem mais recente¹⁸, chegou a comentar a preferência abusiva de muitos geógrafos pelo uso do conceito de território, em detrimento de outros conceitos igualmente importantes, como “lugar” e “paisagem”. Essa situação, ele acrescenta, poderia ser definida como um momento de “embriaguez conceitual”, tendo como um de seus malefícios a “hipertrofia da capacidade explicativa do conceito”.

Era de se esperar que em meio a essa “embriaguez”, uma grande variedade de abordagens surgisse a propósito do conceito em tela. Variedade tão grande (muitas vezes, com os autores apresentando definições contraditórias) que é razoável dizer que o conceito de território não apenas teve sua capacidade explicativa aumentada, mas principalmente que ele tornou-se polissêmico.

Essa polissemia foi percebida por HAESBAERT (2004), que inventariou e agrupou as concepções de território em três vertentes básicas: a política, através da qual o território é “visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder”; a simbólico-cultural, que “prioriza a dimensão simbólica, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” e a vertente econômica, que “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”. Além disso, o autor ainda comenta a existência de uma interpretação naturalista do território, baseada nas “relações entre sociedade e natureza” e que, embora mais antiga, é pouco divulgada nas Ciências Sociais.

Um aspecto interessante sobre o exercício de conceituação do território é que alguns de seus autores decidiram fazê-lo em termos de uma diferenciação para com o conceito de espaço geográfico e outros, ao contrário, considerando (aproximações e distanciamentos para com) o conceito de lugar.

No primeiro grupo podem ser incluídos Marcos Aurélio Saquet e o conhecido autor de *Por uma geografia do poder*, Claude Raffestin.

SAQUET (2009), depois de empreender um esforço de comparação das abordagens de Milton Santos e Claude Raffestin a propósito dos conceitos de espaço geográfico e território e também de analisar brevemente algumas citações

¹⁸ SOUZA (2009).

de Massimo Quaini¹⁹ e Giuseppe Dematteis²⁰ a respeito do tema, apresentou três processos que, em seu entendimento, serviriam ontologicamente para diferenciar os referidos conceitos.

a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i-]materiais) com uma miríade de combinações; b) a construção histórica e relacional de identidades; c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR).

Curiosamente, o referido autor, após considerar que os processos descritos acima são “utilizados em estudos de geografia quando se destaca o conceito de território”, declarou também que tais processos poderiam ser empregados em “estudos centrados no conceito de espaço geográfico”, o que – para além da mencionada inseparabilidade entre espaço e território e das questões epistemológicas e de método que possam vir a ser consideradas – reduz muitíssimo o alcance de seu esforço de diferenciação e torna pouco operacional sua abordagem territorial.

Claude Raffestin, por sua vez, sistematizou importantes reflexões sobre o território em seu *Por uma Geografia do poder*, livro que, publicado originalmente em 1980, antecedeu em mais de uma década a badalada discussão sobre o conceito em tela. Em trabalho recente²¹, o referido autor tratou de explicar a produção das estruturas territoriais recorrendo a alguns elementos históricos, a contar da fundação, na antiguidade, da colônia helênica de Turi, descrita no livro *Storia del paesaggio italiano*, de Emilio Sereni.

Após uma detalhada análise diacrônica, RAFFESTIN (2009) chegou a algumas importantes reflexões sobre território, paisagem e espaço geográfico que, em função de sua representatividade, serão reproduzidas no longo trecho a seguir.

Hoje, os territórios transformaram-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo. A agricultura tornou-se uma atividade como outras, sujeita a modificações velozes, cujo efeito na paisagem é considerável. As paisagens agrárias e urbanas sofrem logo a influência do terceiro estado da natureza, aquele sintético ou cibernético

¹⁹ Foram considerados principalmente os livros *Per la storia del paesaggio agrario in Liguria e Marxismo e Geografia*, publicados, respectivamente, em 1973 e 1974.

²⁰ SAQUET (2009) apontou, do referido autor, a “concepção processual e relacional da geografia e do território destacando a relação espaço-tempo” presente no livro *Le metafore dela Terra*, publicado em 1985.

²¹ RAFFESTIN (2009).

que começou com a química moderna na metade do século XIX e é caracterizado, hoje, pelo desenvolvimento da biotecnologia através da manipulação genética. Com este desenvolvimento, entramos verdadeiramente no mundo da simulação. A nossa sociedade pode, bem ou mal, criar tudo o que deseja, desde pequenos objetos às paisagens-territórios. Com a informação à disposição, a sociedade atual tem necessidade de matéria, de energia e de espaço como suporte. Nesse sentido, o espaço volta a ser importante. O seu papel é, sobretudo, de “estrutura que suporta” as ações humanas mais que de conteúdo sensível, mesmo que tenha a ação de diversos movimentos ecologistas que tentam proteger o espaço não somente como estrutura mas também como conteúdo.

Além de apresentar o desenvolvimento tecnológico e o aparecimento de novas técnicas como elementos centrais para as recentes transformações dos territórios e das paisagens, Claude Raffestin ainda define o espaço fundamentalmente como “estrutura que suporta” as ações humanas, o que aparentemente sugere certa indistinção no seu entendimento entre os conceitos de espaço e de substrato espacial. SOUZA (1995), ao analisar as proposições apresentadas pelo autor em tela no clássico *Por uma geografia do poder*, concluiu que ele praticamente reduz espaço ao espaço natural, enquanto torna o território “quase que sinônimo de espaço social”.

O território para RAFFESTIN (2009) – é importante considerar – aparece como algo posterior ao espaço, constituindo “o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível”. O referido autor ainda propõe uma peculiar diferenciação entre espaço e território, recorrendo ao uso da metáfora da prisão: o primeiro é a “prisão original” e o segundo constitui a “prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais”.

A visão de Raffestin, em um balanço geral, pode ser definida como relacional e preocupada com a historicidade do território, não o restringindo ao campo de ação do Estado. Contudo, como se disse linhas atrás, essa visão não superou a reificação do território, continuando a percebê-lo como espaço social e não como uma projeção das relações sociais no espaço, o que seria mais pertinente.

Agora, entre os que definiram território pensando em alguma sobreposição, correspondência ou relação de qualquer outro tipo com o conceito de lugar, estão Andreino Campos e Marcelo Lopes de Souza (que, em trabalho recente²², buscou, na verdade, definir lugar a partir de certas analogias ao conceito de território).

²² SOUZA (2013).

A definição de território em SOUZA (1995), como parte de um exercício de complexificação analítica, foi construída a partir de um duplo esforço de aproximação conceitual. Em um primeiro momento, o autor caracterizou o território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Tomando de empréstimo algumas formulações teóricas feitas por Hannah Arendt no livro *Da violência*²³, o autor destacou a dimensão mais perceptível (e mais estruturante) na definição de território: a dimensão de poder. Contudo, essa primeira aproximação conceitual não poderia ser mencionada sozinha, sob pena de “substituir o esforço de reflexão conceitual pela memorização de uma definição [apenas] preparatória”, conforme observou o próprio autor em trabalho bem recente (SOUZA, 2013).

Em um segundo momento, o autor esclarece que o território é um campo de forças, ou “relações de poder espacialmente delimitadas operando, destarte, sobre um substrato referencial”. Essa abordagem complementar não apenas precisa e aprofunda a anterior, mas impede que o território (na proposição conceitual em questão) seja confundido com o substrato espacial.

Após explicar que a territorialização de um espaço pode estar relacionada a diversas coisas – os recursos naturais da área em questão, o que se produz ou quem produz no espaço considerado, o valor estratégico-militar daquele espaço específico e as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço –, SOUZA (2013) enfatizou que o “verdadeiro *Leitmotiv* do conceito de território é político, e não econômico ou, como ocorre como o conceito de lugar, cultural-simbólico”.

Apesar de considerar as identidades, a vivência e a intersubjetividade, isto é, a referida dimensão cultural-simbólica como estruturante para a definição de lugar, SOUZA (2013) não descarta que a dimensão do poder poderá ser levada em conta ao se tratar deste conceito. Ao explicar sua afirmação, o autor informou, a título de exemplificação, que bairro e região são lugares por apresentarem identidades e intersubjetividades compartilhadas, porém:

²³ Uma definição de poder cunhada por Arendt, nesta obra, foi reproduzida em SOUZA (1995) e, por sua relevância, será transcrita aqui: “O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde origina-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece”.

(...) é lógico que um bairro e, mais provavelmente ainda, uma região pode ser nítida ou intensamente um território: seja em função de regionalismos ou bairrismos, dando origem a territórios informais, seja mesmo porque foram “reconhecidos” pelo aparelho de Estado como unidades espaciais formais de administração ou planejamento. Isso sem contar que hipotéticos movimentos sociais, se ali passarem a exercer, fortemente, um contrapoder de resistência ou insurgente, podem também definir um tipo de territorialidade alternativa, a atritar com a estatal. No fundo, ambos, região e bairro, podem ser até mesmo estudados privilegiando-se o exercício de poder e a questão do regionalismo ou do bairrismo, apesar de, teórico-conceitualmente, essa não ser a característica definidora primária desses recortes espaciais (...)

O autor, no mesmo trabalho (SOUZA, 2013), ainda considerou a respeito das possíveis sobreposições entre lugar e território que:

Na prática, lugares são, menos ou mais claramente, e menos ou mais fortemente, quase sempre territórios. Isso tem a ver com o fato de que às identidades sócio-espaciais se associam, sempre, relações de poder espacializadas, em que se nota a finalidade de defender as identidades e um modo de vida (ou também, e não raro usando isso como pretexto, o propósito de defender privilégios de um grupo ou o acesso privilegiado a certos recursos).

As abordagens de CAMPOS (2014), por seu turno, vinculam o lugar ao cotidiano e à condução da vida, dando-lhe substancial carga de subjetividade. Neste sentido, à primeira vista, suas proposições se aproximam das considerações contidas no trabalho supracitado. No entanto, o autor percebe uma inequívoca relação de complementaridade entre lugar e território – e não de possível sobreposição, como SOUZA (2013) –, o que o faz construir um frutífero esquema explicativo a partir da relação entre *partes* e sua *totalidade* para dar fundamentação epistemológica aos conceitos em discussão.

Dentro dessa perspectiva, o lugar seria uma unidade (ou *parte*) fundamental (não, por isso, indivisível) que, dotada de sentido e características próprias, teria papel imprescindível na constituição do território (entendido, nesse contexto, como uma *totalidade*). O fragmento do trabalho de CAMPOS (2014), reproduzido a seguir, é esclarecedor a respeito do tema.

A primeira questão que se coloca é: a existência do território é garantida pela presença permanente de lugares, visto que território enquanto totalidade só pode existir pela preexistência de sua forma mais simples: o lugar. Cada lugar gera leis próprias que [o] permitem ser distinguido no interior da totalidade, sem as quais o território perde o sentido. Desta feita, para desvendar as estruturas territoriais, torna-se necessário a

compreensão mínima do lugar naquilo que podem ser consideradas leis particulares que regem as partes no interior da totalidade.

Essa constatação, no entanto, não esvazia o território da dimensão do poder e das questões políticas a ela associadas. O autor em tela, em seu esforço teórico e metodológico de conceber território e lugar, apropriando-se do par conceitual verticalidade-horizontalidade²⁴, afirmou que são as pessoas que, através das trocas (fluxos) horizontais, dão sentido ao lugar, enquanto o exercício pleno de poder, baseado no território, tem relação direta com as verticalidades e com a ação dos sujeitos. O autor complementa:

Em síntese, o território enquanto totalidade tem o seu acontecer solidário por meio dos sujeitos que vivem em escalas diferentes. Por outro lado, as pessoas em reunião são arautos da formação dos sujeitos, porém são os lugares, mais do que o território, que conduzem a vida, tendo as informações difundidas de acordo com o padrão dissociado da realidade dos grupos superiores.

A citação acima, através da qual, CAMPOS (2014) encaminha as considerações finais de seu trabalho, não apenas estabelece um vínculo forte entre as pessoas e os sujeitos (e, por extensão, entre os lugares e o território), mas abre caminho para especular sobre como o exercício de poder impacta os diferentes lugares e suas múltiplas subjetividades.

Quando o referido autor comentou que, nos lugares, a difusão de informações ocorre em um padrão “dissociado da realidade dos grupos superiores”, ele não cimentou caminho para uma visão estanque quanto aos efeitos da territorialização para o cotidiano das pessoas. Sua abordagem, ao contrário, foi no sentido de ratificar a horizontalidade como elemento central para os fluxos baseados no lugar. De outro modo, não se poderia pensar na ocorrência de permutas entre território e lugar (lugar(es) ↔ território), mas apenas em um movimento unilateral (lugar(es) → território).

Andrelino Campos, em um bom número de trabalhos (CAMPOS, 2011, 2013 e 2014) tem buscado – direta ou indiretamente, tratando ou não das particularidades do Movimento Negro – construir uma abordagem territorial que não fique limitada às ações dos que controlam ou gerenciam o espaço.

²⁴ Amplamente discutido por Milton Santos. Ver a esse respeito, seu livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, publicado originalmente em 1996.

Marcelo Lopes de Souza, por diferentes caminhos, também tem, em boa medida, apontado suas reflexões nessa direção. Desde o seu clássico texto de 1995, quando formulou a estruturante questão a propósito do território: “quem domina, governa ou influencia *quem* nesse espaço, e como?”, o autor tem considerado a necessidade de incorporar o cotidiano dos indivíduos e grupos sociais nas pesquisas geográficas (incluindo o tratamento conceitual do território), em grande parte como forma de superar o que ele vem denominando de “visão de sobrevoo”²⁵ (SOUZA 2007, 2013).

Outro autor que apresentou uma interessante abordagem de caráter territorial foi Michel Foucault. Embora tenha descortinado a conceito de poder, tornando-o legível em várias escalas diferentes, ele não conseguiu desvincular o emprego do território do aparelho de Estado. Não obstante, FOUCAULT (1999) apresentou o biopoder como uma forma de poder exercido sobre o corpo vivo da população.

Diferentemente da “disciplina” (exercida em prisões ou hospitais) e da “soberania” (manifestada pelo exercício territorial do Estado), a biopolítica trata de mecanismos que visem à regulação da população. Segundo FOUCAULT (1999):

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer.

Esse fragmento aponta para um encontro entre o ser biológico e a população e enfatiza o “fazer viver”, como forma de valorizar alguns aspectos voltados ao bem estar de uma parcela da população em detrimento de outros que deverão ser desconsiderados ou morrer.

Essas concepções foucaultianas têm sido empregadas em estudos sobre a gestão da cidade, notadamente no que se refere à segurança pública. SOUZA (2010) chegou a considerar que:

²⁵ A expressão foi criada pelo autor em analogia ao “pensamento de sobrevoo” presente nos estudos de Maurice Merleau-Ponty. SOUZA (2013) afirmou em nota que: “(...) a ‘visão (apenas) de sobrevoo’ (ou a ‘alienação da Terra’) mostra-se como uma séria limitação epistemológica: como interrogar, questionando criticamente, mas sem arrogância, os *discursos dos atores* e as *palavras no contexto cotidiano dos discursos*, sem adentrar os ‘mundos da vida’ (*Lebenswelten*), sem explorar o senso comum e suas contradições?”.

As UPPs, ao mesclarem uma promessa de políticas públicas “sociais” (compensatórias...) com uma ocupação armada, apresentam, cristalinamente, uma dimensão biopolítica, para além das tradicionais ações meramente repressivas. Dessa combinação deriva, aliás, em grande parte, a sua ampla aceitação, inclusive por uma classe média “arejada”.

BARBOSA (2014), após informar que os homicídios de criminosos mais que triplicaram nos últimos 30 anos, enfatizou que “a ‘pacificação do território’ conseguirá destruir o que o Estado e o capital imobiliário jamais conseguiram: a riqueza das experiências diferenciadas de se viver a cidade”. Tal enfoque, de cunho biopolítico, contempla tanto o extermínio físico como o cultural-simbólico daqueles que estão estabelecidos em territórios de grande vulnerabilidade socioambiental.

Embora a perspectiva biopolítica de Michel Foucault – muito bem empregada pelos dois últimos autores – seja promissora e bem operacional para o estudo das implicações territoriais da policialização da Mangueira, o autor da presente dissertação optou por outra abordagem teórica, como se verá a seguir.

Para os propósitos da presente dissertação, a Mangueira será entendida essencialmente como um território, um espaço definido por relações de poder ou, em outros termos, a projeção de uma complexa trama de relações sociais entre a Unidade de Polícia Pacificadora, o tráfico de drogas de varejo e a associação de moradores – personagens capazes de exercer domínio ou significativa influência na favela e que se confrontam e disputam diferentes formas de regulação do espaço.

Dito isso, o presente autor avançará na tentativa de esboçar uma definição preparatória para “implicações territoriais”, expressão que além de compor o título desse trabalho, aparecerá algumas vezes ao longo de suas páginas.

As “implicações territoriais” tratam das consequências de um determinado exercício de poder para o ordenamento territorial, bem como sua inescapável interferência no cotidiano e nas práticas intersubjetivas das pessoas que vivem ou transitam pelos lugares que compõem o território em questão.

1.2 As implicações territoriais das políticas de segurança pública: algumas considerações

A discussão sobre políticas públicas no Brasil é relativamente jovem, encorpando algumas agendas de pesquisa dos círculos acadêmicos apenas nas últimas três décadas.

Em um contexto mais geral, segundo STEINBERGER (2006), o debate sobre o referido tema compreende reflexões sobre os impactos do neoliberalismo na perda de importância das políticas públicas e do planejamento nacionais.

Como sugere NUNES (2013), em sua tese doutoral, há variadas concepções sobre políticas públicas que, por exemplo, apontam o Estado como responsável por atender demandas sociais através do consenso e da negociação ou entendem seu imobilismo diante de problemas concretos também como uma forma de fazer política.

Não obstante, uma compreensão mais arejada sobre política pública deve contemplar a participação e o engajamento de distintos e diferentes segmentos/grupos da sociedade, não apenas em caráter consultivo, mas na tomada de decisões que afetarão sua qualidade de vida e a promoção da justiça sócio-espacial.

Nesse sentido, as políticas do tipo *bottom up*, notadamente “públicas” pela natureza coletiva de sua construção, deveriam prevalecer sobre as políticas *top down* (ou *from top to bottom*) que são muitíssimo hierarquizadas e inflexíveis, deixando pouca ou nenhuma margem de manobra para a participação popular.

Um aspecto relevante, de acordo com NUNES (2013), é que “nem sempre a finalidade da política pública [entenda-se o tipo *top down*] é aquela que o tomador de decisões diz ser”.

Essa afirmativa corrobora para o entendimento de duas questões: 1) no caso brasileiro, as políticas públicas, em sua maioria, não são *stricto sensu* “públicas” no sentido de não representarem os anseios e questões populares – estas deveriam ser chamadas de políticas estatais ou políticas governamentais²⁶; 2) as políticas

²⁶ Mesmo compreendendo que a “pacificação de favelas” proposta pela secretaria de segurança do Rio de Janeiro é uma política do governo Sérgio Cabral, o presente autor resolveu denominá-la de política pública, dada a grande difusão da expressão, inclusive, nos meios acadêmicos.

“públicas”, muitas vezes, ocultam seus propósitos fundamentais. Seus promotores fazem discursos e realizam ações para determinados grupos sociais, principalmente os mais vulneráveis socioambientalmente, com a intenção de abrir caminho para projetos que atenderão setores privilegiados da sociedade – não raro, empresários e membros da elite urbana que financiam campanhas eleitorais e participam de relações promíscuas com determinados agentes públicos.

No entanto, seria um exagero generalizar esse triste cenário para todas as ações governamentais. Certamente, existem gestores bem intencionados e ações efetivamente vocacionadas para o atendimento de reais necessidades da população, embora pareçam ser uma minoria.

Uma análise muito consistente a respeito do tema vem sendo oferecida por SILVA (2013A; 2013B), ao tratar dos zoneamentos ecológicos econômicos como uma estratégia sustentável de gestão. Para o autor:

Novas composições entre forças multiescalares de agentes e atores são definidas na atualidade, sendo mediadas por instrumentos de regulação em escala planetária, cujas resistências/ações/rebatimentos locais têm respostas diferentes, a partir da dimensão e intencionalidade das forças instituídas e instituintes nos lugares. Assim sendo, arquiteturas políticas na administração tornam a reengenharia da política territorial fundante de uma nova ordem espacial, onde as estratégias de vida de uma gama expressiva de grupos sociais e povos passam a ser contabilizadas em um jogo geopolítico que define mudanças simbólico-culturais, infraestruturais, produtivas e jurídico-administrativas nas escalas locais.

O autor – além de contemplar com lucidez as manifestações e demandas sociais no que ele denomina de arquiteturas político-administrativas – faz uma importante referência à inescapável relação entre as ações políticas e o território, chegando a usar a expressão “política territorial”. Essa constatação, veiculada por SILVA (2013a), infelizmente, não foi percebida por grande parte dos cientistas sociais. Muitos destes ainda compreendem o território apenas como um substrato no qual repousam (acontecem) as políticas públicas.

As políticas públicas não apenas acontecem no território, mas podem redefinir (e comumente o fazem) as relações de poder que o fundam, das quais ele é uma projeção espacializada. Nesse sentido, é possível tratar das implicações territoriais como consequências de certo exercício de poder para o ordenamento do território. O que não deve excluir as repercussões de uma ou outra forma de territorialização no

cotidiano das pessoas que vivem nos (os) lugares (que integram o território enquanto totalidade).

Isso pode ser visto com muita clareza nas políticas de segurança pública, a exemplo da “pacificação de favelas”, personificada nas Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. As ações policiais da UPP não apenas forçaram uma reestruturação do tráfico de drogas de varejo, mas, principalmente, tentaram construir novas formas de sociabilidade para as favelas onde foram implantadas, como se mostrará ao longo desta dissertação.

2 AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPs) COMO POLÍTICA DE SEGURANÇA

Breve vão acabar de vez – e para sempre – o medo, a insegurança, a desconfiança, a guerra, os falsos amigos e os falsos heróis.

Ziraldo

A citação que abre este capítulo, de autoria do famoso escritor Ziraldo, foi retirada de uma cartilha²⁷ distribuída nas favelas atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Seu conteúdo ambiciona apresentar a atual política de segurança do governo estadual do Rio de Janeiro como uma solução mágica, uma verdadeira panaceia, para os graves problemas – não apenas os de segurança pública – de que têm sido vítimas, nas últimas décadas, os moradores das favelas cariocas.

O aparecimento da primeira Unidade de Polícia Pacificadora, na favela Dona Marta, em dezembro de 2008, abriu caminho para que as discussões sobre o tema da segurança pública no Rio de Janeiro passassem por certo revigoramento: os meios de comunicação de massa, um bom número de pesquisadores (em especial, cientistas sociais) e também muitos moradores da cidade passaram a especular sobre o que seriam e para que serviriam, afinal de contas, as tais UPPs.

Os antecedentes imediatos ao seu aparecimento foram marcados por declarações de combate aberto ao tráfico de drogas baseado em favelas, uma “metáfora da guerra” forjada pelo Estado contra os grupos criminosos e, por extensão, contra os moradores dos espaços por eles territorializados. O próprio Sérgio Cabral Filho (eleito governador) formatou seus primeiros discursos nessa direção, o que acabou não conferindo um saldo positivo para sua gestão nos anos de 2007 e 2008. A esse respeito, um episódio emblemático foi a morte de 19 pessoas no Complexo do Alemão, algumas semanas antes de começarem os Jogos Pan-americanos²⁸, o que, sobretudo após a divulgação pela grande imprensa de que

²⁷ UPP. *A conquista da paz*. Disponível em www.upprj.com (consulta realizada em 15 de maio de 2015).

²⁸ Os Jogos Pan-americanos aconteceram em julho de 2007 e a ocupação do Complexo do Alemão, que resultou nas mortes relatadas, no mês anterior.

havia evidências de se tratar de uma execução policial, comprometeu ainda mais a imagem do governador.

Ao ser questionado sobre o referido caso, que ficou conhecido por Chacina do Pan, Sérgio Cabral declarou²⁹, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que:

Isso é uma guerra. É uma guerra e guerra tem que ser enfrentada como guerra. Direitos humanos devem ser respeitados sempre, é nossa filosofia. Mas isso é uma guerra. O governador dá todo apoio à sua polícia. Não quer que a polícia extrapole, mas quer que faça um bom trabalho, com independência.

Além de demonstrar o apego do então governador à palavra “guerra”, mencionada tantas vezes em uma pequena fração de sua declaração, o trecho acima dá o tom do que foi o início da gestão Cabral. Uma gestão não apenas muitíssimo beligerante e marcada por certa pedantice (basta ver que ele se referiu a si mesmo em terceira pessoa), mas também aparentemente confusa e contraditória, a julgar pela defesa dos direitos humanos como “filosofia” de ação, meses após a ocorrência de uma chacina por policiais da PM.

É no contexto descrito acima que surgem as Unidades de Polícia Pacificadora, mais que uma resposta ao quadro desfavorável de segurança pública, elas constituíram uma tentativa de melhorar a imagem da gestão Sérgio Cabral. O surgimento das UPPs, contudo, não significa a criação de algo inteiramente novo, ou tampouco o resultado de um planejamento cuidadoso e antecipado das ações de segurança promovidas pelo Estado, como se mostrará nos subcapítulos seguintes.

2.1 Afinal, para que servem as UPPs? Uma breve análise de sua fundamentação legal

O primeiro documento a empregar o termo Unidade de Polícia Pacificadora foi o Decreto 41.650, publicado em 21 de janeiro de 2009, algumas semanas após a ocupação do morro Dona Marta – que, como se disse, serviu de *lócus* experimental

²⁹ Trechos da entrevista foram reproduzidos pelo Blog Repórter de crime (Cabral declara guerra, mas até guerra tem convenção), veiculado pelo Jornal *O Globo*, em 12 de novembro de 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2007/11/12/cabral-declara-guerra-mas-ate-guerra-tem-convencao-80334.asp> (consulta realizada em 04 de junho de 2015).

das “ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes”.

A pacificação das favelas cariocas³⁰ acabou se tornando o *slogan* das ações que pretendiam estabelecer uma modalidade permanente e diferenciada de policiamento em algumas favelas territorializadas por traficantes de drogas. Essa “polícia de proximidade”, para utilizar a expressão que dá substância ao primeiro artigo do Decreto 42.787, de 06 de janeiro de 2011, deveria manifestar um comportamento respeitoso e comunitário, bem diferente da postura violenta e criminalizante que tem pautado a atuação policial nas favelas do Rio de Janeiro³¹.

Esse decreto constitui o primeiro e único documento a apresentar, mesmo que sucintamente, os princípios norteadores, os objetivos e a estrutura das Unidades de Polícia Pacificadora³². Ele aponta que os espaços a serem contemplados pelas UPPs deveriam ser aqueles caracterizados por uma *condição de pobreza, baixa institucionalidade, grande informalidade* e também submetidos ao *controle de criminosos ostensivamente armados*. A respeito da escolha desses pré-requisitos para determinar a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, serão feitos alguns apontamentos introdutórios nos próximos parágrafos.

Se a referência à pobreza, por um lado, inaugura o elenco de critérios para a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, por outro, não são apresentados mecanismos para que esse problema seja atacado. Os objetivos estabelecidos para as UPPs focam no controle territorial estatal das favelas e também na promoção de condições para o exercício da cidadania de seus moradores. Uma iniciativa que, ao se tornar comum, confirma essa perspectiva territorialista das “ações de pacificação”

³⁰ De todas as 38 Unidades de Polícia Pacificadora instaladas, apenas uma fica fora dos limites do município do Rio de Janeiro. É o caso da UPP criada, em 07 de fevereiro de 2014, no Complexo da Mangueirinha (Duque de Caxias). Informações obtidas em www.upprj.com (consulta realizada em 15 de maio de 2015).

³¹ Ver, a esse respeito, os trabalhos de SOUZA (1999, 2008, 2011), CANO (1997) e o documentário *Notícias de uma guerra particular*, produzido em 1999.

³² Há dois decretos anteriores que tratam de forma brevíssima das Unidades de Polícia Pacificadora, ambos expedidos pelo executivo estadual:

- o Decreto 41.650, de 21 de janeiro de 2009 (mencionado no início deste subcapítulo), que apenas cria a UPP;
- o Decreto 41.653, publicado no dia seguinte, que estabelece a gratificação de 500 reais por mês aos policiais lotados nas UPPs (esta determinação foi ratificada pelo artigo sexto do Decreto 42.787, também tratado no presente subcapítulo).

Além desses decretos, segundo CANO (2012), foi expedida uma nota no Boletim da Polícia Militar de 05 de fevereiro de 2009 – retificada, posteriormente, por outra nota publicada no Boletim de 31 de julho do mesmo ano –, que determinava que os policiais lotados em UPPs poderiam ser movimentados para outras unidades da corporação apenas mediante ordem do Estado Maior Geral.

é o hasteamento de uma bandeira do Brasil em todas as favelas onde foi criada uma UPP³³. Uma maneira simbólica de demonstrar, aos moradores desses espaços, o exercício do poder policial.

O sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva, em texto publicado em 2010³⁴ – portanto, anterior à divulgação do Decreto 42.787 –, já antecipava que a instalação das UPPs ocorria nos “territórios da pobreza” e que isso conteria “uma dimensão de reforço à secular dualização da cidade”. Essa leitura, muito pertinente dentro do campo de uma análise crítica do espaço urbano, é bom que se diga, conflita com os discursos governistas, que, via de regra, apontam para o caráter integrador da pacificação.

A baixa institucionalidade, por seu turno, é algo discutível. Afinal de contas, existem várias instituições nas favelas do Rio de Janeiro: associações de moradores, igrejas, estabelecimentos comerciais diversos, a própria polícia (que, de vez em vez, sempre marcou a presença estatal nesses espaços) e, inclusive, o tráfico de drogas de varejo (que não deixa de ser, em certos níveis, institucionalizado). A institucionalidade a que se refere o vago texto do decreto é, provavelmente, aquela *stricto sensu* regida pelos expedientes do executivo estadual.

A grande informalidade das favelas, ao contrário, é uma questão facilmente comprovada e a tentativa de regulação dos serviços ali prestados abre inúmeras discussões importantes. Em primeiro lugar, a transformação dos moradores das favelas da condição de consumidores ilegais para clientes – das companhias e empresas que fornecem luz, água, sinal privado de televisão, entre outros – é, nas palavras de TEIXEIRA (2011), a ruptura de um “pacto sócio-espacial” que vigorava na cidade do Rio. Um pacto que, para compensar as desfavoráveis condições de vida dos moradores das favelas cariocas – em grande parte, fruto da quase ausência do Estado na provisão de equipamentos urbanos e salários dignos –, tolerava os diversos “gatos” feitos na provisão dos serviços supracitados.

³³ Segundo RODRIGUES (2013), todas as primeiras 30 UPPs realizaram o hasteamento da bandeira do Brasil. “Ao longo de todos os trinta processos de “pacificação” realizados até aqui o ritual sempre se repetiu. Na Providência, após o hasteamento da bandeira, iniciou-se o período da “chegada dos serviços”, com a frente pioneira do processo sendo marcada pela instalação do caixa eletrônico”. O autor da presente dissertação, entretanto, não conseguiu confirmar se todas as últimas oito Unidades de Polícia Pacificadora deram seguimento ao procedimento.

³⁴ “Afinal, qual é a das UPPs?” foi um dos primeiros textos a tratar do aparecimento das UPPs de modo consistente. Disponível em: www.observatoriodasmetrololes.ufrj.br.

Certamente, o interesse econômico no aumento da arrecadação de taxas e impostos sobre serviços básicos (e também sobre serviços não elementares, mas cada vez mais corriqueiros, como os sinais da televisão paga) contribuiu para a decisão estadual de destacar a existência de um “alto grau de informalidade” como critério para que as favelas fossem atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora.

O próprio comércio em parte das favelas com UPP, notadamente as da zona sul da cidade, foi forçado a uma adaptação, não apenas para dar conta de um suposto incremento do turismo nesses espaços, mas para atender as demandas tributárias e fiscais criadas pelo próprio Estado. Era de se esperar que o ato de “devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas” trouxesse algum retorno financeiro aos cofres do governo estadual.

Os policiais das UPPs, por sua vez, em nome do combate à informalidade, acabaram assumindo algumas responsabilidades administrativas, completamente desvinculadas das suas atribuições fundamentais. A regulação do transporte por moto-táxis na favela da Rocinha é um exemplo didático disso. A dissertação de ACIOLI (2013) mostra que a UPP implantada nessa favela passou, inclusive, a intermediar os contratos com empresas interessadas em divulgar seus produtos nos coletes dos mais de 900 motociclistas que transitam, diariamente, naquele espaço. Essa policialização da favela, como se verá no subcapítulo 2.3, não se limita ao controle dos serviços. Ela avança sobre boa parte das práticas cotidianas da população, produzindo um bom número de estorvos.

O portal *Mundo do Marketing*, em sua análise do comércio na Rocinha após a implantação da UPP, mencionou³⁵ o caso da proprietária de uma farmácia que, associando a queda de suas vendas ao processo de pacificação, foi buscar financiamento para transformar o seu negócio em perfumaria. A referida matéria explicou que, antes da criação da Unidade de Polícia Pacificadora, se “alguém precisava de um remédio (...), buscava ajuda na boca e utilizava o dinheiro na farmácia de dentro da comunidade”. Com o policiamento permanente na favela, os moradores tiveram que recorrer ao posto de saúde, desaquecendo as vendas na drogaria. A descrição dessa situação, longe de ser uma apologia ao trabalho filantrópico dos traficantes, constitui um exemplo de que a mudança no ordenamento

³⁵ Em 25/02/2014. Disponível em: www.brasil247.com/pt/247/favela247/131381/Comercio-em-favelas-se-reinventam-apos-UPPs (Consulta realizada em 10 de junho de 2015).

territorial das favelas ocasiona, necessariamente, a transformação de algumas de suas rotinas e atividades.

E não é só isso, na esteira do processo de formalização e regulamentação estatais, as favelas pacificadas estão se tornando um espaço cada vez mais atraente para a promoção imobiliária. O efeito UPP (de valorização) não se restringiu apenas ao entorno das favelas atendidas pelo programa. Há relatos recentes sobre aumento do valor dos aluguéis na Rocinha e o encarecimento dos imóveis no morro Dona Marta³⁶, ambas com UPPs. A reportagem “As novas fronteiras do mercado imobiliário”, publicada pela revista *Isto é*, no início de 2015³⁷, mostra como grandes construtoras estão expandindo seus negócios para áreas mais pobres que, até pouco tempo atrás, não eram sequer mencionadas como alvo das estratégias de crescimento dessas empresas. Após creditar a construção de 11 empreendimentos hoteleiros ao processo de pacificação do morro do Vidigal, a matéria apresenta a seguinte constatação:

A busca por novos eixos de valorização imobiliária é uma tendência que vem se espalhando pelo mercado brasileiro, especialmente em um momento de retração de vendas. Diante da escassez de terrenos nas áreas mais nobres das grandes cidades, as construtoras e incorporadoras, além de grandes investidores, estão expandindo seus negócios para áreas antes marginalizadas, na tentativa de reduzir custos e, na ponta, oferecer imóveis mais baratos aos potenciais compradores.

A valorização dos imóveis nas favelas territorializadas pelas UPPs, decorrente dos investimentos e ações citados, a crescente cobrança das taxas sobre serviços e do próprio Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) acabam por encarecer o custo de vida dos moradores desses espaços e, no limite, forçá-los – sobretudo os mais pobres – a deixar suas casas. Este processo, denominado de “remoção branca”, é um dos grandes ônus da valorização imobiliária em curso nas favelas pacificadas.

A esse respeito, é esclarecedor o relato de uma liderança de uma das favelas da zona sul, transcrito no trabalho de BURGOS et al (2013)³⁸:

³⁶ Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Cidade/UPP-aquece-mercado-imobiliario-da-Rocinha-11909.html> (Consulta realizada em 17 de maio de 2015).

³⁷ A reportagem foi publicada exatamente em 04 de fevereiro de 2015 no site: www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20150204/novas-fronteiras-mercado-imobiliario/228791 (Consulta realizada em 17 de maio de 2015).

³⁸ O referido trabalho, intitulado “O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas” é o resultado de pesquisas de campo realizadas, pelos autores, ao longo de 2011, em quatro favelas do Rio. Maiores informações sobre este trabalho serão apresentadas no início do subcapítulo 2.3.

O negócio é o “outro lado” se aproveitar disso tudo, se aproveitar da comunidade para fazer o que quer! Isso eu não acho legal. Aproveitar, eu digo, porque é comunidade, mas é na zona sul! E acabar usando tudo isso que estão fazendo em benefício próprio. De que jeito? A gente corre o risco de acabar não tendo como pagar luz, IPTU, essas taxas, e sermos removidos (...). Em muita gente aqui existe esse medo, de não poder permanecer na comunidade. A gente não sabe o que vai acontecer.

Outro aspecto relevante, nesse contexto, são as parcerias firmadas pelo governo estadual com empresas particulares interessadas em investir na pacificação das favelas. O milionário Eike Batista, segundo reportagem veiculada, em 24 de agosto de 2010, pela revista *Exame*³⁹, anunciou a doação de 20 milhões de reais, por ano, até 2014 (totalizando 100 milhões), para compra de equipamentos e construção das Unidades de Polícia Pacificadora. Na mesma oportunidade, o Banco Bradesco, a Coca Cola, a Souza Cruz e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) também prometeram doar quantias diversas para o programa de pacificação de favelas.

Diante de tudo isso, começam a ficar evidentes as feições capitalistas do processo de pacificação. O envolvimento de importantes empresas no financiamento da construção de algumas UPPs é um sinal de que interessa aos capitalistas regulamentados e aos seus negócios – o tráfico de drogas também é uma atividade capitalista, mas que funciona a revelia da lei – a presença permanente do braço armado do Estado nas favelas.

O último elemento que deveria qualificar as áreas “contempláveis por UPP” é a presença de grupos criminosos ostensivamente armados. Há certo consenso, entre os estudiosos do tema, de que a UPP estaria mais preocupada em acabar com os conflitos frequentes entre traficantes rivais (ou entre traficantes e a polícia) do que pôr fim, propriamente, ao tráfico de drogas. Para isto, um elemento fundamental seria o controle do trânsito de armas no interior das favelas. Esse assunto, dada sua relevância, será analisado com mais cuidado na última parte deste capítulo.

Reverendo os itens constantes no Decreto 42.787, algo que também deve ser destacado é a instituição das quatro etapas do processo de pacificação, a saber: *intervenção tática, estabilização, implantação da UPP e avaliação e monitoramento*.

A *intervenção tática* é a primeira ação policial nas favelas que receberão uma UPP. Ela é caracterizada por intervenções de grupos de elite da polícia militar (o

³⁹ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/eike-anuncia-doacao-r-20-mi-upps-rio-590747> (Consulta realizada em 10 de junho de 2015).

Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE e o Batalhão de Polícia de Choque – BPChoque) e objetiva retomar o “controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados”. A referida intervenção acontece após ampla divulgação, pelos meios de comunicação, das favelas que serão pacificadas. Essa antecipação facilita muitíssimo o trabalho dos batalhões supracitados que, de modo geral, não encontram resistência dos traficantes locais e, o que é efetivamente relevante, evita a exposição dos moradores a tiroteios, bem frequentes no tradicional e belicoso modelo de intervenções da polícia militar para as favelas do Rio de Janeiro.

A *estabilização* constitui a segunda etapa do processo de instituição da UPP. Ela é pautada, segundo do referido decreto, por uma associação de ações de cerco e de intervenção tática na área delimitada, como forma efetiva de territorialização do espaço, cimentando o caminho para a fase seguinte, a construção da UPP.

A *implantação da UPP*, por sua vez, compreende a chegada de policiais “especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade” e a preparação para o estabelecimento de serviços públicos e privados na favela. É nessa terceira etapa que a UPP ganha materialidade, com a construção do prédio onde acontecerão seus expedientes e com o início do novo modelo de policiamento nas favelas. O sexto artigo, do decreto em questão, explica que os policiais destacados para as Unidades de Polícia Pacificadora deverão ser recém-formados e qualificados com ênfase em Direitos Humanos e nos conhecimentos do policiamento comunitário. No plano formal, a exigência de policiais com perfil diferenciado daquele que, nas últimas décadas, vem representando a Polícia Militar do Rio de Janeiro marca uma importante mudança proposta pelo projeto de “pacificação”. Na prática, o que ocorre é a criação de uma nova tropa dentro de uma velha e inalterada estrutura institucional.

A derradeira etapa é a de *avaliação e monitoramento* das ações policiais e das ações promovidas pelos prestadores de serviços (públicos e privados) presentes nas favelas atendidas pelas UPPs.

Outra estratégia também muito relevante para prolongar a vida da UPP e aumentar o alcance de suas ações foi a criação da UPP Social, em meados de 2010. Trata-se da dimensão de atendimento social do projeto de pacificação de favelas. A UPP Social foi criada na Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), sob a coordenação do economista Ricardo Henriques.

Mas alguns meses depois, em janeiro de 2011, ela passou a ficar sob a responsabilidade do governo municipal do Rio, mais especificamente com o Instituto Pereira Passos⁴⁰. O Decreto municipal 33.347, de 03 de janeiro de 2011, formalizou a responsabilidade assumida pela prefeitura e aproveitou para renomear o projeto como UPP Social Carioca.

Considerando a necessidade de união de esforços entre União, Estados e Municípios para a garantia de sucesso das Unidades de Polícia Pacificadora, considerando o papel de enorme relevância que compete à Prefeitura no âmbito da política de pacificação, considerando a necessidade de integrar as ações sociais e os diversos serviços sob a responsabilidade da Prefeitura nas áreas pacificadas: Art. 1º Fica instituída a UPP Social Carioca; Art. 2º Fica o presidente do Instituto de Urbanismo Pereira Passos incumbido de coordenar, supervisionar, articular e integrar todas as ações sociais a serem desenvolvidas e os serviços públicos locais a serem prestados pelo município do Rio no âmbito das Unidades de Polícia Pacificadora sediadas nesta cidade.

O texto do decreto, ao fazer referência ao papel da Prefeitura na política de pacificação, sugere que as mudanças pretendidas nas favelas cariocas não poderiam se limitar a atuação policial. No entanto, a agenda social da pacificação, ao que tudo indica, ficou subordinada à agenda policial. Em larga medida, conforme sugere BURGOS et al (2013), programas sociais desenvolvidos nas favelas atendidas por UPPs estariam subordinados a uma “espécie de desconstrução da favela como *locus* por excelência da criminalidade”, o que seria uma tarefa de responsabilidade da polícia. Isso revela não apenas certa simbiose entre a abordagem militar da pacificação e o atendimento de certas demandas sociais apresentadas pelos moradores, mas a preeminência da primeira em relação ao segundo.

Além de *pacificação*, outra palavra-chave do despacho do prefeito do Rio é *integração*. A integração a que se refere o texto deverá ocorrer entre as ações de agentes públicos e privados que atuam nas favelas com UPP Social, em grande parte para evitar sobreposição de atividades, mas o escopo do projeto prevê também uma maior integração das favelas ao restante da cidade, em grande parte

⁴⁰ O IPP é o órgão responsável pelo planejamento urbanístico da prefeitura do Rio. Desde janeiro de 2011 até julho de 2012, ele foi dirigido por Ricardo Henriques. O mesmo que esteve à frente da SEASDH, durante o ano de 2010. A dimensão social da pacificação, então, passou ao município do Rio no início de 2011, mas permaneceu sob a coordenação de seu mentor, até meados do ano seguinte. Em agosto de 2012, Eduarda La Rocque (conhecida pela implantação da “Nota Carioca”, quando de sua passagem pela Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura do Rio) assume o lugar de Henriques.

apoiada no programa de urbanização Morar Carioca⁴¹ – que tem atendido algumas favelas do município do Rio de Janeiro desde julho de 2010, quando foi criado – e também nas obras do PAC⁴². Além de efetivar a “integração das favelas ao conjunto das cidades”, a UPP Social Carioca⁴³ apresenta outros objetivos, a saber: “contribuir para consolidação do processo de pacificação e promoção da cidadania local nos territórios pacificados” e “promover o desenvolvimento urbano, social e econômico nos territórios”.

O trabalho doutoral de NUNES (2013) apresentou a sistematização dos vários eixos de atuação da UPP Social Carioca⁴⁴, feita por gestores do Instituto Pereira Passos envolvidos diretamente com o referido projeto. O que chama a atenção é a quantidade de abordagens previstas, dez ao todo, algumas muito ambiciosas, e, principalmente, a falta de informações detalhadas sobre como esses eixos irão orientar o funcionamento da UPP Social.

Com meia década de existência, a “face social” das Unidades de Polícia Pacificadora já começa a receber algumas críticas importantes. A reportagem intitulada “UPP Social vai mudar pela terceira vez em cinco anos”⁴⁵, publicada em fevereiro de 2015, citou que o referido programa não cumpriu “nenhuma de suas metas”. Essa informação foi seguida da reprodução de relatos de Sílvia Ramos, apontada como responsável pela coordenação das dez primeiras UPP Sociais. Ela teria afirmado que as tentativas anteriores da UPP Social esbarraram em obstáculos que levaram ao fracasso do programa. A causa disso seria que o “governador e o prefeito não deram poder a gestores que pudessem coordenar, articular e hierarquizar as ações” e, por conta disso, “cada secretário agia com suas próprias prioridades e tantas vezes vimos projetos superpostos, metas contraditórias (...)”.

⁴¹ Segundo o site oficial da prefeitura do Rio, o Morar carioca foi criado com o ambicioso objetivo de “promover a inclusão social, através da integração urbana e social completa e definitiva de todas as favelas do Rio até o ano de 2020”. O site ainda considera que o referido programa de urbanização faz parte do legado da Prefeitura para a realização das Olimpíadas. Disponível em: www.rio.rj.gov.br (consulta realizada em 19 de junho de 2015).

⁴² O Programa de Aceleração do Crescimento foi criado, em 2007, pelo governo federal e direciona recursos para grandes obras de infraestrutura, o que compreende a urbanização de favelas.

⁴³ Segundo Ata de reuniões do Conselho Estratégico de Informações da Cidade do Rio, datada de 09 de outubro de 2013.

⁴⁴ São eles: cidadania e convivência, legalidade democrática, superação da violência juvenil, integração territorial e simbólica, redução da pobreza, desenvolvimento humano, inclusão produtiva e dinamização econômica, qualidade de vida, diversidade e direitos humanos, infraestrutura e meio ambiente.

⁴⁵ Matéria publicada, em 06 de fevereiro de 2015, pela redação da Folha Vitória. Disponível em: <http://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/2015/02/upp-social-vai-mudar-pela-terceira-vez-em-cinco-anos.html> (consulta realizada em 15 de maio de 2015).

Além disso, outro decreto estadual, o de número 45.146, de 05 de fevereiro de 2015, ao criar a Comissão Executiva de Monitoramento e Avaliação da Política de Pacificação (CEMAPP), mencionou a expressão “Ocupação Social”, aparentemente como um sucedâneo ou, o que seria pior, um concorrente da UPP Social Carioca. Na verdade, a própria UPP Social Carioca já havia sido renomeada para “Rio + Social”, em agosto de 2014, como revela o site oficial do programa⁴⁶. Com tantas mudanças e readequações fica difícil dar credibilidade ao braço social da pacificação das favelas.

Retomado o exame do Decreto 42.787, que estabelece alguns elementos teóricos da pacificação de favelas, outra questão importante deve ser destacada: a classificação que poderá ter cada UPP em função de seu efetivo policial. A tabela, a seguir, é bem esclarecedora a esse respeito.

Tabela 1 – Classificação das UPPs

Classe	Contingente policial	Gratificação (dos policiais)	Comando	Gratificação (do comandante)
A	Mais de 400	500 reais	Major*	1.300 reais
B	De 100 a 400	500 reais	Capitão*	1.000 reais

Elaborado pelo autor a partir de informações do Decreto 42.787; *preferencialmente.

As informações, disponibilizadas acima, sugerem, dentre outras coisas, a preocupação da cúpula da secretaria de segurança em destacar um significativo número de policiais para cada Unidade de Polícia Pacificadora. Segundo o relatório de pesquisa “Os donos do morro: uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro”, coordenado por CANO (2012), a quantidade de policiais para cada mil moradores é muito maior nas favelas atendidas por UPPs do que no estado do Rio, como um todo. Ao considerar os dados disponibilizados pela Coordenadoria de Polícia Pacificadora, o referido trabalho aponta que, enquanto no estado são encontrados 2,3 policiais/1000 hab., nas primeiras 13 favelas pacificadas, a média é 18,2 policiais/1000 hab. Na UPP do morro Dona Marta, por exemplo, há um efetivo de 217 policiais para uma população de pouco mais de 3.500 pessoas, o que gera uma média de mais de 60 policiais

⁴⁶ www.riomaisocial.org/programa/ (consulta realizada em 15 de maio de 2015).

para cada mil moradores. Mesmo em favelas bem mais populosas, como a Cidade de Deus, com seus quase 35 mil moradores, a “densidade policial⁴⁷” é, aproximadamente, quatro vezes maior do que aquela verificada no âmbito estadual.

Esse adensamento policial e as práticas formatadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora geraram alguns avanços importantes nos indicadores criminais. O que a literatura especializada no tema mais tem destacado é a diminuição dos homicídios praticados por policiais – e legitimados pelos conhecidos “autos de resistência”, consequência da quase eliminação de confrontos armados nas favelas com UPP.

O relatório de pesquisa supracitado também mostrou que, nas 13 primeiras favelas onde foram implantadas UPPs, houve uma significativa diminuição da violência letal – a extrapolação dos resultados indicaria uma redução anual de 60 mortes para cada 100 mil habitantes – e também uma melhora no número de roubos. No entanto, a equipe coordenada pelo professor Ignácio Cano percebeu um aumento na incidência dos crimes não letais e de crimes contra o patrimônio nessas favelas. O estudo sugere duas explicações, não mutuamente excludentes, para o aumento desses últimos crimes: a primeira é que os moradores não costumavam registrar ocorrências criminais antes da implantação das UPPs (de modo geral, pelo temor de uma represália dos traficantes locais) e a outra explicação é de um aumento de fato dos delitos considerados – que é creditado à ausência dos traficantes e de sua abordagem punitiva aos moradores que cometessem desvios. O mesmo padrão é apontado para o entorno das favelas com UPP. Em um raio de até 1,5 Km, ocorreu a diminuição de assassinatos e roubos e o aumento dos furtos e da violência não letal.

Agora, o aspecto que talvez mais tenha despertado a atenção dos pesquisadores interessados no tema em tela é a localização das favelas atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora.

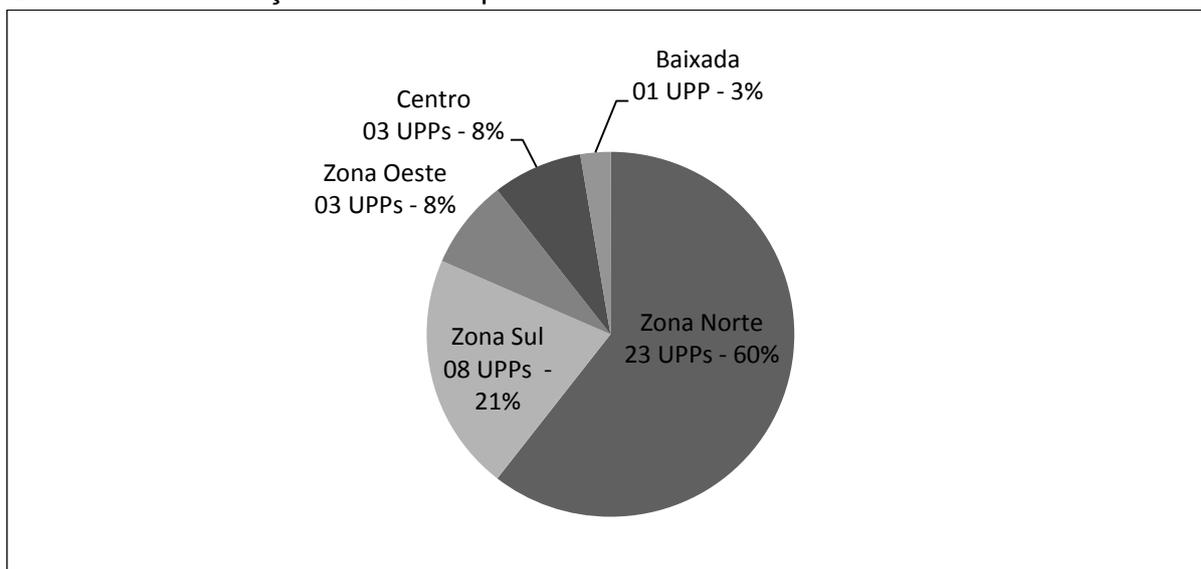
Considerando as 38 UPPs instaladas até o momento (da redação desta dissertação), apenas a da favela da Maguerinha⁴⁸ não está dentro do perímetro municipal do Rio. Foram priorizadas as zonas sul e norte e também partes da área central da cidade do Rio. O que evidencia a intencionalidade de beneficiar o turismo e diversos outros tipos de negócios empresariais – a exemplo da promoção

⁴⁷ Termo utilizado pelo autor desta dissertação para dar conta da relação: policiais por habitantes.

⁴⁸ Localizada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

imobiliária, mencionada algures – nessas áreas mais abastadas da cidade. Tudo isso seria uma espécie de revitalização, que tem por alvo as favelas, seus moradores e a imagem de violência a todos associada. O gráfico de setores e a tabela seguinte dão alguns vislumbres da distribuição das UPPs.

Gráfico 1 – Instalação das UPPs por áreas



Elaborado pelo autor com base em informações de www.uppri.com (consulta em 15/05/15). Todos os percentuais apresentados são aproximados.

Tabela 2 – Favelas atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora

Nome	Data de instalação	Área de instalação
Dona Marta	19/12/2008	Zona Sul
Cidade de Deus	16/02/2009	Zona Oeste
Jardim Batan	18/02/2009	Zona Oeste
Babilônia e Chapéu Mangueira	10/06/2009	Zona Sul
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23/12/2009	Zona Sul
Ladeira dos Tabajaras/Cabritos	14/01/2010	Zona Sul
Providência	26/04/2010	Centro
Borel	07/06/2010	Zona Norte
Formiga	01/07/2010	Zona Norte
Andaraí	28/07/2010	Zona Norte
Salgueiro	17/09/2010	Zona Norte
Turano	30/10/2010	Zona Norte
Macacos	30/11/2010	Zona Norte
São João e Mariz e Quietos	31/01/2011	Zona Norte
Coroa, Fallet e Fogueteiro	25/02/2011	Centro
Escondidinho e Prazeres	25/02/2011	Zona Sul
Complexo de São Carlos	17/05/2011	Centro

Mangueira	03/11/2011	Zona Norte
Vidigal	18/01/2012	Zona Sul
Fazendinha	18/04/2012	Zona Norte
Nova Brasília	18/04/2012	Zona Norte
Adeus e Baiana	11/05/2012	Zona Norte
Alemão	30/05/2012	Zona Norte
Chatuba	27/06/2012	Zona Norte
Fé e Sereno	27/06/2012	Zona Norte
Parque Proletário	28/08/2012	Zona Norte
Vila Cruzeiro	28/08/2012	Zona Norte
Rocinha	20/09/2012	Zona Sul
Manguinhos	16/01/2013	Zona Norte
Jacarezinho	16/01/2013	Zona Norte
Caju	12/04/2013	Zona Norte
Barreira e Tuiuti	12/04/2013	Zona Norte
Cerro-Corá	03/06/2013	Zona Sul
Arará e Mandela	06/09/2013	Zona Norte
Lins	02/12/2013	Zona Norte
Camarista Méier	02/12/2013	Zona Norte
Mangueirinha	07/02/2014	Baixada
Vila Kennedy	23/05/2014	Zona Oeste

Elaborado pelo autor com base em informações de www.upprj.com (consulta em 15/05/15)

Uma breve análise da tabela acima mostra que o foco das intervenções passou, no início de 2010, da zona sul para a área da Tijuca, onde se encontra o estádio do Maracanã, espaço reservado para a final da Copa do Mundo de 2014. As UPPs do Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano e Macacos (criadas, da primeira a última, em menos de seis meses) iniciaram um verdadeiro cinturão no entorno do Maracanã, concluído já no ano seguinte, com a inclusão das favelas São João, Mariz, Quietos e Mangueira no processo de pacificação. Isso, contudo, não significa que tenham cessado as inaugurações na zona sul carioca. As favelas do Escondidinho e Prazeres, Vidigal, Rocinha e Cerro Corá também foram pacificadas no triênio 2011-2013, aumentando o controle policial nos espaços pobres dessa parte da cidade.

Além disso, a partir de 2012, com uma territorialização policial já bastante acentuada nas zonas sul e norte do Rio, as UPPs começaram a ser instaladas em determinadas áreas suburbanas, como Bonsucesso, Penha e Ramos. Essa região está próxima de importantes vias de transporte, como a Avenida Brasil, por exemplo,

o que contribui para que as UPPs do Alemão, do Morro da Fé e Sereno, entre outras, aumentem o controle sobre os deslocamentos no espaço intrametropolitano.

Essa seletividade na alocação das UPPs acabou não priorizando as favelas mais violentas, o que constitui uma opção enviesada do ponto de vista da segurança pública. A esse respeito, CANO (2014) considerou:

A violência foi sempre um critério secundário, até o ponto de que (...) quase parece existir uma correlação negativa entre os níveis locais de violência e a probabilidade de introdução das UPPs. Essa correlação parece mais intensa ainda quando se considera a ordem no tempo, ou prioridade, na implantação das respectivas unidades no território.

Há quase um consenso de que o padrão locacional das UPPs não é apenas seletivo, mas norteadado pela agenda dos grandes eventos esportivos recentes: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016⁴⁹. Embora nenhum dos decretos estaduais que tratem da política de pacificação estabeleça essa associação, ela fica clara na declaração do ex-comandante geral das UPPs, o coronel Robson Rodrigues, para o *Le Monde Diplomatique Brasil*⁵⁰. Ao tratar da localização das Unidades de Polícia Pacificadora, ele chegou a afirmar que: “Realmente são as Olimpíadas que ditam nossa escolha. Eu diria até que, sem esse evento, a pacificação nunca teria acontecido”.

Essa declaração é importante por vários aspectos. Em primeiro lugar, ela é taxativa ao condicionar a atual política de segurança estadual a um grande evento internacional, o que, dentre outras coisas, a esvazia de legitimidade e pertinência diante dos problemas sociais enfrentados pela parcela mais pobre da população carioca. Em segundo lugar, ela conflita (como se verá em passagens do próximo subcapítulo) com afirmações do secretário de segurança, José Mariano Beltrame, que procura associar a origem da UPP ao seu esforço prioritário (e de sua equipe) de libertar os moradores das favelas do jugo imposto por traficantes e milicianos armados.

Diante disso, pode-se perguntar: a pacificação, afinal de contas, é para beneficiar quem? Os moradores das favelas, submetidos à territorialização dos

⁴⁹ A utilização da expressão “cinturão olímpico” tem sido, frequentemente, utilizada para designar o conjunto das UPPs estabelecidas nas proximidades dos grandes equipamentos esportivos, construídos ou reformados para as Olimpíadas.

⁵⁰ Reportagem publicada, em 07 de janeiro de 2013, com o título: “UPP: o poder simplesmente mudou de mãos?”. Disponível em <http://diplomatique.org.br/artigo.php?id=1328> (consulta realizada em 17 de maio de 2015).

traficantes ou os empresários que precisam da imagem de uma cidade segura e hospitaleira para atraírem mais investimentos e catalisarem os lucros de seus negócios, em tempos dos megaeventos esportivos? Até mesmo as “cabeças pensantes” do projeto de pacificação não parecem dar a mesma resposta a essas perguntas.

O cartunista carioca Carlos Latuff, internacionalmente conhecido por suas charges impregnadas de crítica social, problematizou o assunto ao sugerir que a criação das UPPs seria uma espécie de ação higienista, conduzida pelo governo do Estado com o fim de garantir não apenas a realização dos megaeventos esportivos, mas também para alimentar a especulação imobiliária.

Figura 1 – Sérgio Cabral “limpando” o Rio de Janeiro



Charge de Carlos Latuff. Disponível em: <https://cageos.wordpress.com/2012/09/05/utilizacao-das-historias-em-quadrinho-na-sala-de-aula/> (consulta realizada em 28 de junho de 2015).

Finalmente, a impossibilidade do programa se generalizar para as demais favelas do Rio de Janeiro (ou pelo menos para a sua maioria) e o caráter disciplinador do comando das UPPs, impondo regras e formas de sociabilidade que, em muitas situações, desrespeitam os moradores das favelas e tentam ofuscar o fato de serem sujeitos de sua própria história, constituem graves problemas da atual

política de segurança do Estado. Estes problemas serão tratados ao longo desta dissertação.

2.2 Sobre a origem das Unidades de Polícia Pacificadora

A maior parte da literatura preocupada em analisar a constituição e as implicações sócio-espaciais das Unidades de Polícia Pacificadora não apresenta discussões acerca da origem desta política de segurança. Aqueles que se debruçam, mesmo que timidamente, sobre o tema⁵¹ podem ser reunidos, *grosso modo*, em dois grupos. O primeiro é formado pelos autores que entenderam que as UPPs resultam de um pacote de segurança importado de Medellín, na Colômbia. E o segundo grupo conta com aqueles que visualizaram sua gênese na experiência do GPAE (Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais) ou, antes disso, nas atividades desenvolvidas pelo Mutirão pela Paz.

Os argumentos daqueles que vinculam a UPP à experiência de segurança praticada em Medellín são fundamentalmente os seguintes:

- o governador Sérgio Cabral e equipe viajaram, em duas oportunidades⁵², para a Colômbia, onde supostamente foi obtido um frutífero *know-how* de segurança, que teria sido aplicado nas favelas do Rio de Janeiro;
- a construção do teleférico do Alemão⁵³, inspirado no *metrocable* de Medellín⁵⁴, seria uma evidência material de uma correlação entre a experiência da cidade colombiana e aquela iniciada pela UPP.

⁵¹ BATISTA (2011), REVISTA SUR (2012), BURGOS (2013), SOARES (2011), RODRIGUES (2013), entre outros.

⁵² Segundo matéria publicada pela Revista Veja, o ex-governador teria visitado Medellín em 2007 e 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/as-lico-es-de-medelin-para-as-upps/> (consulta realizada em 03 de junho de 2015).

⁵³ A inauguração do teleférico, em 08 de julho de 2011, contou com a presença do então governador Sérgio Cabral, do prefeito Eduardo Paes e da presidenta Dilma e levantou questionamentos sobre a viabilidade e o custo do empreendimento não serem compatíveis com os supostos benefícios gerados, por sua operação, aos moradores da favela do Alemão.

⁵⁴ O site Mobilize assim caracteriza o teleférico de Medellín: “Em 2004, a companhia do metrô inaugurou o Metrocable, um teleférico de alta capacidade, que conecta a malha metroviária existente às regiões mais altas e periféricas da cidade. Atualmente existem três linhas (J, K, L), totalizando 9,5 Km de extensão, nove estações e velocidade média de 5 m/s. O sistema utilizado foi desenvolvido pela companhia francesa Poma, e o modelo criado na Colômbia já foi reproduzido em Caracas, na Venezuela, e no Rio de Janeiro, sempre em regiões periféricas e de difícil acesso”. Disponível em:

Uma leitura cuidadosa do trabalho de BATISTA (2011) fornece elementos que ratificam a sistematização apresentada acima. A autora faz duas citações no início de seu texto que, embora muito apressadas, podem ilustrar, respectivamente, os dois argumentos identificados pelo autor desta dissertação: “Governador e prefeito para lá [Medellín] marcharam (...), trazendo para o Rio um pacote embrulhado na ‘luta contra o crime’” e, após comentar o aumento recente dos indicadores de violência em Medellín, acrescenta “Mas o teleférico está lá, igualzinho ao do Complexo do Alemão”.

Esses argumentos, entretanto, ficam fragilizados diante das declarações constantes na entrevista concedida pelo secretário de segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame⁵⁵, a Joysi Moraes, Sandra Mariano e Andrea Franco⁵⁶. Ele afirmou categoricamente que a inspiração para as UPPs não foi a experiência de Medellín: “(...) se tem uma coisa que é carioca são as UPPs”.

É claro que não se pode dar para a declaração acima o status de “palavra final” sobre o assunto, sob pena de perder o rigor científico na análise em questão, mas, por outro lado, ela não deve ser desconsiderada. Como se verá nos próximos parágrafos, há muitos elementos que aproximam fortemente as UPPs de experiências de segurança praticadas anteriormente no Rio de Janeiro. Essa abordagem vai ao encontro da breve constatação presente no trabalho de BURGOS (2013), para quem as premissas das UPPs apontam para uma “estratégia que articula, sob nova combinação, elementos que já vinham pautando o debate político e as experiências de políticas de segurança [no Rio de Janeiro]”.

De outra parte, não se pode também supor a inexistência de quaisquer semelhanças entre a política de segurança praticada em Medellín e a das UPPs, na metrópole carioca. RODRIGUES (2013) chegou a enfatizar que ambas apresentam um caráter supralocal (isto é, impactam muito mais do que os espaços onde acontece a ocupação policial) e se inserem “num processo mais amplo da geopolítica regional latino-americana, desenvolvida na esteira da guerra às drogas

<http://www.mobilize.org.br/mapas/24/metrocable-de-medellin-colombia.html> (consulta realizada em 04 de junho de 2015).

⁵⁵ Beltrame responde pela pasta da segurança pública no estado do Rio de Janeiro desde 2007. Ele é o responsável pela criação e implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

⁵⁶ Autoras do trabalho intitulado: “Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro: uma história a partir das percepções e reflexões do gestor responsável por sua implantação”. Publicação da Revista de Administração Pública (2º bimestre de 2015). Trata-se de um interessante trabalho que utiliza teoria do planejamento estratégico público para analisar as declarações do secretário José Mariano Beltrame a respeito das UPPs. O artigo reproduz várias de suas declarações sobre o tema.

(...)”. Embora essas assertivas sejam consistentes e lógicas, elas não são suficientes para construir um nexó genético entre os programas de segurança de Medellín e do Rio de Janeiro, ao contrário do que afirmou este autor, para quem o programa das UPPs “deriva diretamente da experiência prévia do governo colombiano”.

O antropólogo Luiz Eduardo Soares, na contramão da discussão acima, relaciona muito fortemente a UPP ao projeto Mutirão pela Paz, idealizado por ele mesmo, quando de sua participação na cúpula de segurança⁵⁷ do governo de Antony Garotinho.

Em entrevista, veiculada em seu próprio site⁵⁸, Luiz Eduardo afirma que a concepção das Unidades de Polícia Pacificadora é basicamente a mesma do Mutirão pela Paz, apenas com a importante diferença de que seu projeto não recebeu o necessário apoio institucional do governador. O ex-subsecretário de segurança, ao longo de sua fala, traça inúmeras semelhanças entre os projetos em questão, a saber: em ambos, o policiamento deveria ser comunitário e seu estabelecimento precedido por uma incursão do Bope (antecipadamente anunciada, para evitar confrontos e a morte de inocentes) e sucedido pela promoção de ações sociais de diversos setores do governo.

O referido antropólogo ainda acrescenta que após alguns meses do início de sua implantação, o Mutirão pela Paz, mesmo gozando de uma “aprovação praticamente consensual”, foi arbitrariamente interrompido pelo governador⁵⁹. Além do Mutirão, a própria participação de Luiz Eduardo na cúpula de segurança não teve vida longa, já que sua exoneração aconteceu em março de 2000.

Em meio a tudo isso, as ações violentas e corruptas de muitos policiais continuavam convulsionando o cotidiano de algumas favelas cariocas. Uma reportagem da *Folha de São Paulo*⁶⁰, publicada em 17 de maio de 2000, informava a insatisfação de moradores das favelas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo pela manutenção, no patrulhamento das ruas, de um policial acusado de agir

⁵⁷ Luiz Eduardo Soares atuou como subsecretário de segurança e depois como coordenador de segurança, justiça e cidadania do estado do Rio de Janeiro, nos anos de 1999 e 2000 (até março).

⁵⁸ www.luizeduardosoares.com/?p=854 (consulta realizada em 17 de maio de 2015).

⁵⁹ Segundo Luiz Eduardo: “a visibilidade que a vice-governadora [figura presente na implantação e acompanhamento do Mutirão pela Paz] estava alcançando poderia, sim, ameaçar planos futuros do governador, que não desejava ficar à sombra de uma liderança ainda em forte ascensão, como era o caso de Benedita da Silva”.

⁶⁰ Que tem como título: “Traficantes juram PM de morte no Rio”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/ult17052000307.htm> (consulta realizada em 04 de junho de 2015)

violentamente contra os trabalhadores e também de pegar o arrego⁶¹ com os traficantes locais. O mesmo policial estaria jurado de morte por ter participado da ação que resultou no falecimento de cinco jovens, supostamente associados ao tráfico.

Logo depois, em setembro de 2000, foi criado o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) nas favelas supramencionadas, como forma de reagir ao aprofundamento do grave quadro de insegurança pública vivido no Rio de Janeiro – situação que, inevitavelmente, negativava a imagem do governo de Antony Garotinho.

O GPAE retomava, em outra roupagem, o breve protagonismo experimentado pelo Mutirão pela Paz. No entanto, é importante destacar que há vários indícios de que a instalação do referido grupamento tenha ocorrido fundamentalmente a reboque de manifestações locais e não como fruto de um ajustado planejamento estratégico. Foi assim, por exemplo, no caso relatado no parágrafo anterior, quando a insatisfação dos moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo virou uma mobilização – de aproximadamente 100 pessoas, nas ruas de Copacabana – muito incômoda, diga-se de passagem, para as classes média e alta do elitizado bairro carioca. Esse episódio acabou precipitando a criação do primeiro GPAE. Os grupamentos seguintes também seguiram este padrão, conforme observa ALBERNAZ (2007):

O conflito entre facções rivais durante o primeiro semestre de 2002 resultou na implantação do GPAE Formiga/Chácara do Céu/Casa Branca. Em junho do mesmo ano, a morte do repórter Tim Lopes, durante a realização de uma reportagem sobre abuso de menores e tráfico de drogas em bailes funk, antecedeu a instalação de um GPAE na comunidade de Vila Cruzeiro (...).

O Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais – a exemplo de seu antecessor, o Mutirão pela Paz – guarda enormes semelhanças com as Unidades de Polícia Pacificadora. Rubem Cesar Fernandes⁶², ao participar do Seminário de

⁶¹ Nesse contexto, arrego é o que ocorre quando traficantes subornam policiais para que estes “aliviem” na repressão sobre o comércio varejista de drogas. É um caso de corrupção ativa de agentes públicos. Embora muito empregada no Rio de Janeiro, essa concepção ainda não está dicionarizada. De forma geral, os dicionários definem o referido termo como: desistência; impossibilidade de suportar uma situação por medo ou pela certeza da derrota.

⁶² Diretor do movimento Viva Rio. Trechos de sua apresentação no Seminário de Segurança Pública, citado no texto, foram reproduzidos na revista Conjuntura Econômica, edição de maio de 2001, em matéria intitulada: “Ocupar morros, sim. Sem confronto”. Rubens reclama, em suas considerações, a participação do movimento Viva Rio na formulação do GPAE.

Segurança Pública, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, em 2001, elencou várias estratégias do GPAE, dentre as quais se destacam: a) o aviso prévio da instalação do grupamento para evitar confrontos (inclusive com a distribuição de um jornal onde constariam suas regras e normas), b) a entrada anterior (e também avisada) do Bope para conter uma eventual resistência dos traficantes locais, e, finalmente, c) a preocupação central com o controle de armas e não, necessariamente, com o tráfico de drogas, que, embora proibido, passaria a “funcionar escondido, clandestino”.

E as semelhanças não param por aí, o diretor do movimento Viva Rio ainda chamou as ações do GPAE de “trabalho de pacificação do ambiente”, informando os bons resultados da experiência do projeto piloto – inexistência de mortes ou tiroteios, nos primeiros meses após sua implantação no Pavão-Pavãozinho/Cantagalo – e mencionando que o comandante do grupamento havia se tornado gestor da favela, uma espécie de “dono do morro”.

Quer pelas características descritas, quer pelas estratégias de ação, ou mesmo pelo emprego de certas expressões como “pacificação” ou do comandante atuando como “dono do morro”, há uma inequívoca relação de pertencimento das Unidades de Polícia Pacificadora com os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais. Na verdade, como uma coisa só pode ter uma origem, é necessário apontar, por uma questão de justiça e correção, o Mutirão pela Paz como a gênese do GPAE e, por conseguinte, da UPP. Entretanto, como já se disse anteriormente, isso não significa que os dois primeiros tenham conseguido a visibilidade, o apoio institucional e a abrangência da última.

É lamentável que o secretário de segurança José Mariano Beltrame não tenha reconhecido isso publicamente. Os trechos de sua entrevista, descritos no já mencionado trabalho de Joysi Moraes, Sandra Mariano e Andrea Franco, silenciam diante da vultosa experiência deixada pelos dois projetos gestados no governo de Antony Garotinho. Sobre as causas desse grande lapso, no entanto, podem ser feitas algumas ilações. Em primeiro lugar, isso poderia ser explicado pela tensa relação do governador Sérgio Cabral com os seus antecessores, Antony e Rosinha Garotinho, como noticiado pelos grandes veículos de comunicação, à época da criação das primeiras UPPs. Vincular a principal política de governo da gestão Cabral ao trabalho desenvolvido durante a administração de seus desafetos seria algo muito incomum no predatório cenário político brasileiro. Em segundo lugar, a

ideia de um ineditismo nas ações de segurança promovidas pelo Estado daria ao secretário Beltrame e, principalmente, ao governador Cabral um saldo político e uma popularidade maiores do que os que seriam obtidos por uma política declaradamente continuísta.

Beltrame preferiu utilizar, na entrevista supracitada, uma metáfora ao definir sua inspiração para o desenvolvimento da Unidade de Polícia Pacificadora.

A inspiração [para as UPPs] foi o tabuleiro de xadrez. O Rio de Janeiro é o tabuleiro de xadrez. Eu tenho os quadrinhos pretos e os quadrinhos brancos. A ideia era deixar tudo de uma cor só. Nem tudo preto, nem tudo branco, mas misturar as cores. Então eu e minha equipe tínhamos que responder uma pergunta: “como é que a gente faz para misturar as cores?”; a ideia não era acabar com a favela, mas acabar com a tirania que tinha ali dentro, imposta pela arma do comando do tráfico e das milícias.

A metáfora do tabuleiro de xadrez apresenta pelo menos dois problemas que precisam ser ressaltados. O primeiro é o empobrecimento, em termos históricos, da política de segurança proposta – ao se falar de um tabuleiro de xadrez, cria-se uma abordagem anacrônica, que negligencia e, no limite, desconsidera as experiências de segurança anteriores do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, a metáfora é um tanto imprecisa e caricatural. Afinal de contas, quem é quem no jogo dos quadrinhos pretos e brancos? Os quadrinhos são territórios (favelas, condomínios exclusivos, loteamentos irregulares)? Ou são pessoas (brancas, negras, pobres, de classe média)? Ademais, misturar o preto com o branco resulta apenas no cinza e isto constitui um atentado contra a diversidade, contra as especificidades criadas por cada uma dessas cores. E o mais difícil é imaginar como a referida mistura acabaria com a tirania dos traficantes ou milicianos. O que se deseja, para além de um cromatismo, são ajustes nas correlações de forças, nas relações de poder e não uma política de homogeneização dos espaços ou das pessoas, como parece sugerir o secretário de segurança.

José Mariano Beltrame ainda considerou, durante a referida entrevista, que a Unidade de Polícia Pacificadora surgiu de forma improvisada e em caráter experimental. Ele informou a intenção de testar suas ideias em uma pequena favela, na expectativa de sistematizar uma proposta de intervenção e, com isso, tentar convencer o governador a apoiar seu projeto. No entanto, o que determinou, segundo ele, a experiência pioneira no morro Dona Marta foram as favoráveis

circunstâncias criadas por uma operação policial realizada, em dezembro de 2008, na favela.

(...) tinha tido uma operação policial grande ali e o resultado foi que o Dona Marta ficou meio acéfalo. As lideranças do crime foram presas e seu principal líder foi morto no conflito com a polícia. Então, eu disse para o meu pessoal: “é agora ou nunca. Vamos aproveitar a oportunidade ou, então, vai aparecer outro para assumir o papel de líder da comunidade”. Fomos para o Morro Santa Marta (...).

O secretário de segurança, depois de informar que não houve apoio do Estado (ao que tudo indica, do próprio governador Cabral e dos outros secretários de governo) na experiência vivida no morro Dona Marta, revelou que todo o trabalho, desenvolvido no que se tornou a primeira UPP, ficava sob sua própria responsabilidade e também de sua esposa – que ele diz, tentava “apaixonar as pessoas pela polícia” (tarefa muitíssimo difícil, é bom que se diga, basta considerar o histórico de truculência e racismo que marca a atuação de boa parte da corporação) –, além do batalhão de Bangu.

As UPPs de Cidade de Deus e Jardim Batan, criadas logo a seguir, no início de 2009, também tiveram seu aparecimento definido organicamente, ao sabor das circunstâncias – semelhanças com a instalação dos primeiros GPAEs, como se viu alhures, não parecem ser mera coincidência – o que acabou marcando o início do projeto de segurança proposto por José Mariano Beltrame, como se pode ver na reprodução de outro trecho da já mencionada entrevista.

Nesse meio tempo, o Comandante de Jacarepaguá, onde fica localizada a Cidade de Deus disse: “Secretário, vamos ocupar a Cidade de Deus”. Foi uma ação até meio descolada da gente que estava no Morro Santa Marta, mas a situação, naquele momento, era parecida com o do Morro Santa Marta quando resolvemos ocupar. Ele foi ocupou e deu certo. Eu disse: “Nós não temos como voltar atrás, certo?”. Então, fui lá e dei apoio. Logo depois, fomos para o Morro do Batan, em Realengo. Também foi uma oportunidade que não podia ser perdida. Igual ao Morro Santa Marta, o tráfico no Batan também tinha perdido a liderança e estava se acomodando. Então, nós fomos pra lá e também não saímos mais. Aí, depois as coisas começaram a se ordenar. Conversei com o pessoal e disse “agora é hora de organizar um pouco disso no papel (...)”.

Essa declaração sugere, dentre outras coisas, que a experiência do morro Dona Marta não foi a única a contribuir para a concepção das Unidades de Polícia Pacificadora, mas também o aprendizado obtido com a Cidade de Deus e o Jardim

Batan. Afinal, depois da ocupação destas favelas é que chegou a “hora de organizar um pouco disso no papel”.

A fase embrionária das UPPs (e sua conseqüente elaboração teórica), no entanto, durou bastante tempo. O primeiro documento oficial preocupado em definir e regulamentar a implantação das UPPs, como discutido no subcapítulo anterior, foi o Decreto 42.787, publicado um pouco mais de dois anos após a ocupação do morro Dona Marta. O referido decreto foi divulgado algumas semanas antes da instalação da 14ª Unidade de Polícia Pacificadora⁶³, o que revela não apenas a opção de acumular muito conhecimento empírico antes da delimitação teórica do projeto, mas uma dificuldade para concebê-lo no gozo de certa independência em relação ao *know-how* desenvolvido pelos Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais. A propósito, o mesmo decreto em questão, em seu oitavo artigo, determinou a definitiva desativação dos GPAEs nas favelas que fossem contempladas pelas UPPs, o que mostra a evidente equivalência de funções dos dois programas, negada – mas, difícil imaginar não ter sido percebida – pela cúpula de segurança.

2.3 O que as UPPs trazem de novo para o relacionamento entre os policiais militares e os moradores das favelas cariocas?

Esta seção tratará, em caráter introdutório, da relação entre policiais e moradores das favelas onde foram implantadas as Unidades de Polícia Pacificadora. Para tanto, serão considerados diversos estudos que tratam do tema, mas com destaque para o artigo intitulado “O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas” e para o relatório de pesquisa “Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro”, coordenado pelo professor Ignácio Cano. Tratam de estudos que, por seu escopo, apresentam uma abordagem rica e abrangente sobre determinados aspectos das UPPs, frutos de trabalhos coletivos encabeçados por pesquisadores com experiência nos temas da segurança pública e favela. Os dois estudos apoiaram suas constatações em um farto número de entrevistas e também em

⁶³ A UPP São João, Quietão e Matriz, localizada no cinturão da Tijuca, foi inaugurada em 31 de janeiro de 2011.

observações de campo realizadas nas favelas selecionadas⁶⁴ por seus autores. Doravante, para uma maior fluidez do texto, os referidos trabalhos serão identificados, respectivamente, como BURGOS et al (2013) e CANO (2012).

A criação das Unidades de Polícia Pacificadora marcou uma inflexão na relação da polícia militar com os moradores das favelas cariocas. A “metáfora da guerra” contra o tráfico, tão presente no cotidiano de muitos desses espaços, cedeu lugar a um relacionamento menos belicoso e violento por parte da polícia. Essa mudança de rumos, rapidamente percebida pelos moradores das favelas que receberam UPPs, constituiu um voto a favor do “projeto de pacificação”. Isto não significa, por outro lado, que todos esses moradores apoiem, ou apoiem sem reservas, as atividades desempenhadas pelos policiais das Unidades de Polícia Pacificadora. Ainda prevalece, em um bom número de situações, um quadro de desconfiança e desconforto em relação ao trabalho da polícia. Isso pode ser facilmente percebido no relato de um morador de uma favela de Copacabana, transcrito no trabalho de BURGOS et al (2013):

Eles querem equiparar todo mundo. Eles não querem saber de diferença. Outro dia me pararam para revistar e, desculpa minhas palavras, mas ele virou assim e falou: “Para aí, ô veado!”. Assim mesmo. E eu chegando do trabalho (...). Aí eu falei assim: “Vem cá, eu sou da tua família, meu irmão?”. Pra ele estar falando assim comigo, né. Aí ele queria me algemar, me levar preso por desacato. Isso é certo?

Embora situações arbitrárias e com certas doses de violência, como a da narrativa acima, sejam menos comuns hoje do que nos antecedentes da UPPs, pode-se dizer que servem como um indício de que a tão propagada abordagem comunitária dessas unidades de policiamento é imatura e, em certa medida, desproporcional ao ideal da promoção da cidadania, previsto no Decreto 42.787 (analisado no início deste capítulo).

Se por um lado, persistem alguns excessos na abordagem dos policiais, por outro, aumentou sensivelmente o controle dos moradores sobre a sua atuação.

⁶⁴ Os autores do artigo realizaram um total de 94 entrevistas nas quatro favelas selecionadas, a saber: uma na Tijuca, uma em Copacabana, uma no Leme e outra na área suburbana do Rio de Janeiro. Com exceção da última, todas contavam com UPP (não foram especificados os nomes das favelas estudadas, mas alguns dos relatos deixam pistas para sua identificação.). Os autores do relatório de pesquisa, por sua vez, contaram com o material de 82 entrevistas provenientes, igualmente, de quatro favelas: Cidade de Deus, Macacos, Manguinhos e Caju. As duas últimas, na época em que o relatório foi concluído (2012), ainda não estavam participando do projeto de pacificação. Suas UPPs só foram instaladas no primeiro semestre de 2013. Nos dois estudos, foram utilizadas favelas sem UPP, como uma espécie de grupo de controle.

Segundo o estudo de CANO (2012), “a capacidade de controle social sobre a polícia nas UPPs é muito superior ao que era antes”. Essa constatação apoiou-se em relatos de moradores que tiveram suas denúncias não apenas acolhidas, mas levadas a efeito pelo comando da UPP. Trata-se de uma mudança que afeta o relacionamento entre policiais e moradores dos espaços pobres do Rio de Janeiro, em benefício dos últimos.

Como se disse parágrafos atrás, os policiais das UPPs não gozam de um apoio unânime e irrestrito dos moradores com os quais convivem. Os estudos de BURGOS et al (2013), CANO (2012) e OLINGER (2012) identificam uma clivagem entre as posições de jovens e idosos a respeito da legitimidade e da pertinência do trabalho desenvolvido pelos policiais nas UPPs. Os idosos, em bom número, apoiam as ações de pacificação, sobretudo por conta do aumento da segurança e da diminuição da agitação na favela, determinados pelo policiamento. Os mais jovens, de modo geral, reclamam da proibição dos bailes *funk* e das restrições ao uso do som em alto volume, o que mostra uma inversão de prioridades com relação aos mais velhos.

A percepção sobre a qualidade do trabalho policial também varia em função das características dos diferentes plantões realizados nas favelas. BURGOS et al (2013), ao analisar uma favela da Tijuca, percebeu a tendência de seus moradores para diferenciar as posturas dos policiais lotados na UPP. O relato de uma mulher, apontada como uma liderança religiosa da favela, foi, a esse respeito, emblemático. Ela teria dito, conforme registraram os autores, que “tem o plantão dos que são bacanas, dos que são legais e dos que são mal educados (...) são aqueles que não sabem abordar um morador”. CARVALHO (2012), ao estudar a experiência da pacificação no Borel, também constatou sensíveis diferenças na atuação policial de um plantão para outro. A autora citou relatos de moradores que revelam ações policiais conflitantes com acordos feitos entre os comerciantes locais e o comandante da UPP e, o que é ainda pior, uma falta de clareza sobre o que é ou não permitido pela UPP, tamanha a variedade de encaminhamentos que os policiais dão a um mesmo problema.

Há também, em boa parte da literatura consultada, apontamentos que revelam uma maior liberdade dos moradores de favelas com UPP para falar sobre assuntos de segurança pública, inclusive para fazer críticas ao próprio trabalho policial. Isso contrasta bastante com o caso das favelas ainda territorializadas pelo

tráfico de drogas, onde o temor de uma represália é muito grande e os moradores costumam silenciar diante de questões que evocam o assunto.

Outro elemento importante, talvez o mais relevante quando se pensa na possível (difícil dizer, se provável) longevidade do projeto de pacificação, é a diminuição acentuada da exposição de jovens e crianças pobres ao degradante quadro do tráfico de drogas. Outro relato destacado do trabalho de BURGOS et al (2013) é, a respeito disso, bastante ilustrativo. Uma jovem de 26 anos, moradora de uma favela do Leme, declarou: “As crianças não tem mais exemplo de querer ser bandido, pelo contrário, querem estudar, está mudando (...). Antes era tudo fácil, com o tráfico, você fazia favor para eles e conseguia dinheiro”. Conquanto se relativize essa facilidade apontada pela jovem entrevistada – afinal de contas, junto com a rapidez com que se conseguia o dinheiro, vinham também os enormes ricos de vida para aqueles que se envolviam com o tráfico baseado em favelas –, seu relato é representativo do suposto caráter pedagógico desenvolvido pelas ações da UPP.

Também é importante considerar que a presença das UPPs foi decisiva não apenas para diminuir os confrontos armados nas favelas atendidas pelo programa⁶⁵, mas para viabilizar o trânsito de moradores entre os espaços que, outrora, estiveram territorializados por comandos rivais do tráfico de drogas. Além disso, as Unidades de Polícia Pacificadora também animaram a entrada da classe média, de frações da elite carioca e de vários turistas nos morros do Rio de Janeiro, aparentemente reorganizando e, de algum modo, polarizando os fluxos entre algumas áreas pobres e destas com o clássico “asfalto” carioca. Era de se esperar que a reterritorialização de algumas favelas pelas UPPs abrisse caminho para todas essas mudanças, sobretudo, para a apreciação desses espaços, vistos como que dotados de certo exotismo, pelos indivíduos das classes mais abastadas.

CANO (2012), apoiado no conteúdo de suas entrevistas, não apenas mencionou a entrada livre e inédita de pessoas nas favelas atendidas pelas UPPs, como também destacou o surgimento de mais uma dualidade no tecido urbano do

⁶⁵ O autor desta dissertação optou por falar em diminuição dos confrontos armados e não em “fim dos confrontos armados”, como descrito no trabalho de CANO (2012), por conta de ainda existirem casos de tiroteios em favelas com UPPs. Um episódio, amplamente divulgado pelos meios de comunicação de massa, foi o ataque de bandidos contra a UPP do morro dos Macacos, na manhã do dia 04 de dezembro de 2014, o que, dentre outras coisas, suspendeu o funcionamento de quatro escolas, uma creche e um espaço de desenvolvimento infantil na favela. Os moradores da Mangueira, como se verá no próximo capítulo desta dissertação, amargam inúmeros casos de confrontos e tiroteios mesmo após a “pacificação” do território.

Rio de Janeiro: entre as favelas pacificadas – onde o trânsito de pessoas seria livre – e as não pacificadas – que são apontadas como que “condenadas a serem territórios proibidos”.

As questões ligadas ao tratamento policial, a diminuição acentuada dos tiroteios e a maior liberdade para os deslocamentos nas favelas pacificadas são itens importantes, mas não devem ser os únicos a serem considerados para entender a reação dos moradores das favelas com UPP, frente ao trabalho ostensivo desenvolvido pela polícia nesses espaços. A dimensão mais propriamente econômica associada à pacificação é algo importantíssimo. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a instalação de uma UPP muda substancialmente (ou, no limite, pode até acabar com) a geração de renda vinculada ao tráfico de drogas, não apenas por “desempregar” os traficantes (ou dificultar/diminuir seu ganhos), mas principalmente por deixar de injetar seu dinheiro no comércio da favela. O trabalho de SOUZA (2008), publicado um pouco antes do surgimento da UPPs, indicou (o que já vinha sendo discutido pelo autor desde os anos 1990) que “o tráfico de drogas e outras atividades ilegais permanecem sendo uma fonte de geração de dinheiro importante em meio às ruínas do capitalismo periférico pós-fordista (...)”. Em segundo lugar, a entrada da UPP, em um grande número de situações, não foi atendida por programas como o PAC ou o Morar Carioca e tampouco beneficiada por geração de renda associada ao turismo (o que parece ser algo mais comum nas favelas da zona sul carioca). O que tem ocorrido com frequência, como se discutiu na primeira parte deste capítulo, é o aumento do custo de vida por conta da regularização dos serviços nas favelas.

Esse quadro, muitas vezes complexo, deve ser colocado em questão diante dos relatos dos moradores acerca da UPP. O trabalho de CANO (2012) considerou brevemente o tema em questão e concluiu que:

(...) a relação custo-benefício da entrada da UPP varia de uma comunidade para outra, mas este balanço deve ser considerado na hora de entender a reação de cada comunidade. Nos locais em que a chegada de recursos associados à entrada da UPP é modesta e a perda da renda associada ao tráfico é considerável, a reação da comunidade tende a ser mais negativa do que no caso contrário. Vários dos policiais entrevistados eram muito conscientes da existência destas dinâmicas.

A despeito dos problemas associados ao programa de pacificação, o trabalho de CANO (2012) constatou a existência melhorias na autoimagem dos moradores

das favelas atendidas por UPPs. Essa suposta redução de estigma estaria vinculada, na concepção da equipe responsável por este estudo, às situações em que os moradores revelaram para terceiros seu verdadeiro endereço sem maiores constrangimentos.

No entanto, as passagens do referido trabalho que tratam do tema são muito breves e estão longe de esgotar o assunto. A questão do estigma não evoca apenas estudos sobre as representações sociais, mas conforme assinala CAMPOS (2006):

Se o estigma social se origina em uma prática estruturada, a tendência é que tenhamos um afastamento dos valores democráticos, uma vez que os signos e valores que corroboram com o estigma não poderão ser combatidos sem que os grupos estigmatizados estejam também organizados.

Considerando que os moradores das favelas cariocas são estigmatizados praticamente desde o surgimento dessa forma de habitação – o que constitui um problema historicamente determinado – e que não são apresentados, no trabalho em questão, quaisquer indícios de organização dos moradores para reversão dessa situação, a conclusão de CANO (2012), segundo a qual a simples menção do endereço de residência sem embaraços pelos moradores das favelas seria “um dos indicadores mais marcantes de sucesso do programa [de pacificação]”, parece ser apressada e deve ser vista com certa cautela. Até porque a superação do estigma não passa apenas pela livre referência ao local de moradia, mas por questões mais estruturantes, associadas a um convívio social mais equânime e à inserção em condições de maior justiça social.

O trabalho de BURGOS et al (2013) também procurou explorar o assunto e embora seus autores tenham encontrado relatos favoráveis a uma melhoria da autoimagem dos moradores da favela do Leme, o mesmo não se repetiu entre os que vivem na favela da Tijuca que, em sua maioria, não perceberam uma redução de estigma e também entenderam que o “preconceito contra o favelado vai continuar”. Essas constatações reforçam as observações feitas pelo autor desta dissertação no parágrafo anterior.

Outra forma de perceber a relação entre os policiais da UPP e os moradores da favela é olhar para os relatos dos primeiros. O estudo intitulado “O que pensam

os policiais das UPPs” (B. SOARES et al, 2012) foi pioneiro nessa empreitada⁶⁶ e constatou, dentre outras coisas, que 70% dos entrevistados achavam melhor trabalhar em outras unidades da Polícia Militar, como os batalhões, ao invés das UPPs. O mesmo percentual de entrevistados indicou uma pequena identificação com o projeto de pacificação por entender que o mesmo serviria apenas para garantir a segurança nos megaeventos esportivos e, provavelmente, teria vida curta.

Essas percepções, embora representativas apenas do início do projeto de pacificação, apresentam um vislumbre de como a corporação policial tão acostumada ao modelo tradicional de policiamento, notadamente violento e agressivo, resistiu ao modelo das UPPs.

O relatório de pesquisa “Os donos do morro”, coordenado por CANO (2012), também considerou o tema e concluiu que a grande insatisfação dos policiais, praças de modo geral, residia não apenas em dificuldades práticas associadas ao trabalho nas UPPs – como o grande desgaste para o patrulhamento a pé na favela, a necessidade de ir ao batalhão buscar arma e viatura antes do expediente na UPP, problemas de infraestrutura [algumas UPPs funcionando em containers], atrasos no pagamento da gratificação e grande distância do local de moradia de muitos policiais até as UPPs –, mas também em questões simbólicas, vinculadas à percepção de que o ideal de policiamento seria representado pela repressão aos criminosos, incluindo confrontos armados. O referido trabalho mencionou alguns relatos de praças que apontavam o trabalho na UPP como que assumindo menor importância ou não se caracterizando propriamente como atividade policial.

Essa percepção predominante na corporação dificultou ainda mais o direcionamento do projeto de pacificação para uma abordagem especificamente comunitária. Além da centralização de decisões na figura do comandante da UPP e da participação limitada de policiais responsáveis pelo patrulhamento nas reuniões com os moradores, a fragilização do entendimento dos policiais de que seu trabalho nas favelas poderia ser menos belicoso e conflitivo (e, não por isso, menos louvável ou eficiente) também contribuiu para acanhar o alcance das ações da UPP.

⁶⁶ Ele foi construído a partir da aplicação de mais de 350 questionários a policiais lotados nas primeiras nove UPPs, durante o segundo semestre de 2010.

O próprio secretário de segurança, em sua entrevista mencionada algures⁶⁷, reconheceu as dificuldades de implantar um policiamento comunitário nas favelas cariocas com uma polícia violenta e preparada para o confronto.

Como é que vamos colocar uma polícia de proximidade se só temos polícia que faz a guerra? O policial não foi preparado para fazer polícia comunitária. A academia ensina a fazer guerra. Então, nós começamos uma preparação especial de polícia de proximidade para poder colocar quem fosse treinado nas comunidades com UPPs. Começamos a reformular o currículo da Academia, para formar um policial-servidor, uma polícia de proximidade. A reforma do currículo da Polícia Militar durou um ano. Tão difícil quanto ocupar o Complexo do Alemão foi tentar mudar a cabeça da polícia. *Os grifos são do autor da presente dissertação.*

Além de revelar o seu esforço de pacificar a própria polícia, condição primeira para tornar exequível o funcionamento das UPPs sem maiores problemas, a declaração do secretário Beltrame reconhece oficialmente a responsabilidade do Estado – “A academia ensina a fazer a guerra” – na criação dos inúmeros confrontos contra traficantes nas favelas do Rio de Janeiro, confrontos que ceifaram a vida de fração expressiva da sua população pobre, principalmente jovem e afrodescendente, nas últimas décadas.

Contudo, a questão que mais tem suscitado debates quando se trata do funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora é a extrapolação das atribuições policiais. Há vários relatos que dão conta de que o trabalho policial passou a compreender várias responsabilidades estranhas a sua competência original. Além da promoção da segurança e da prevenção do crime, no esperado diálogo com os moradores, os policiais passaram: 1) a administrar o trânsito (e a circulação dos moto-táxis, como no caso da Rocinha, mencionado na primeira parte deste capítulo), 2) a decidir quais as formas adequadas de entretenimento (o que exclui os bailes *funk*), 3) a supervisionar aspectos da vida privada dos moradores e 4) a atuar pedagogicamente na organização de seu cotidiano e de suas práticas sociais.

Esses aspectos reforçam a tese de que o trabalho das UPPs constitui “um novo capítulo na militarização da questão urbana”, como sugere o título do trabalho de SOUZA (2010). Isso não significa, entretanto, que a atuação policial em todas as favelas pacificadas é pautada integralmente pelos aspectos acima descritos. A

⁶⁷ Vide trabalho de MORAES et al (2015).

literatura especializada mostra uma grande variedade de situações, em que a administração do trânsito, a proibição dos bailes funk e a interferência da polícia no cotidiano e nas escolhas dos moradores aparecem de modo mais ou menos explícito (ou até não aparecem em sua totalidade).

Um dos grandes riscos associados a essa “militarização” ou “policialização”, para empregar a palavra da moda, é a manutenção de uma baixa autonomia nas associações de moradores, problema que foi (e ainda é) fartamente identificado nas favelas territorializadas por traficantes de drogas⁶⁸. O trabalho de MACHADO DA SILVA (2010) apresentou uma consistente ilação sobre o assunto, ainda quando a criação das UPPs estava na sua fase inicial:

Aí está contido, parece-me, o principal risco das experiências das UPPs, que deve ser refletido, questionado e evitado: o de “policializar” a atividade político administrativa nos territórios da pobreza. Transformar um braço da repressão ao crime em organização política é tudo o que o processo de democratização não precisa.

Essa “policialização” não afeta apenas o associativismo nas favelas, mas o próprio dia a dia de seus moradores, por vezes, incomodados com as regras e rotinas impostas pela UPP. Ao analisar uma favela do Leme, que parece ter gozado de certa independência decisória em relação aos traficantes, nos antecedentes da implantação de sua UPP, BURGOS et al (2013) percebeu a apreensão de moradores e lideranças locais quanto a “baixa autonomia da comunidade em relação ao seu próprio cotidiano”. Essa constatação apoiou-se em relatos dos próprios moradores da favela, para quem: “o papel da UPP não é ditar regras, mas criar normas de convivência sem alterar a vida da comunidade” ou “(...) em vez de ser polícia, eles [da UPP] passam a querer ser juízes”.

CARVALHO (2012), reportando-se ao conhecimento empírico obtido com sua pesquisa no Borel, afirmou que a atuação da UPP estaria voltada para a

⁶⁸ SOUZA (1999) apresenta uma consistente e detalhada avaliação do problema: “(...) a asfixia e a manipulação das associações comunitárias, que cada vez mais sucumbem ao controle por parte do crime organizado, é um problema sério, especialmente a longo prazo. Situações em que presidentes e diretores de associações de moradores cedem a pressões de traficantes interessados em se utilizarem das dependências da associação para guardar drogas ou por qualquer outra razão são cada vez mais comuns, sem contar os casos em que os traficantes impõem um presidente à comunidade (...). É preciso admitir, entretanto, que os líderes comunitários via de regra não têm alternativa: se não fizerem uso de todos os seus talentos diplomáticos para lidar com os traficantes, evitando hostilizá-los e afrontá-los (o que implica reconhecê-los como a máxima instância decisória no local) e, assim, talvez preservando um mínimo de margem de manobra, provavelmente serão destituídos do cargo, forçados a se mudarem da favela e, no limite, fisicamente eliminados”.

manutenção da ordem pública e para o controle dos moradores, “quase tentando ensiná-los a melhor maneira de se comportar na sociedade”.

Uma abordagem desse tipo não constitui algo novo em termos de ação política para áreas pobres. A história das favelas cariocas revela vários episódios de intervenções estatais focadas no controle de seus moradores. A perspectiva advogada pelo autor da presente dissertação, no entanto, como se verá nos próximos capítulos, é a de que o trabalho policial das UPPs não busca apenas controlar os favelados, mas internalizar neles a ideia de que precisam mudar suas práticas sociais e refundar seu cotidiano conforme os ideais das classes dominantes. Isso seria uma espécie de expansão do bom senso construído pelas elites urbanas, numa tentativa de aproximação conceitual com os termos gramscianos.

A despeito do temor de parcela considerável dos moradores de favelas pacificadas quanto ao fim das UPPs (e a consequente reterritorialização dos traficantes), as ações policiais, em um bom número de situações, estão atentando contra a sua vivência e contra os elementos subjetivos de seu cotidiano.

2.4 Como ficam os traficantes e os milicianos na era das UPPs?

As Unidades de Polícia Pacificadora foram estabelecidas fundamentalmente em favelas territorializadas por traficantes de drogas, a única exceção foi a UPP do Batan⁶⁹, criada em uma área de atuação dos milicianos. Embora a espacialidade das UPPs deixe evidente a pequena – quase nula – atenção dispensada pela secretaria de segurança aos domínios das milícias, torna-se necessário também considerar alguns aspectos do tema.

Neste último subcapítulo serão abordados brevemente alguns impactos da instalação das UPPs para o tráfico de drogas de varejo e para as atividades dos milicianos até então estabelecidos no Jardim Batam.

A economia das drogas compreende dois subsistemas, conforme observou SOUZA (1999): o de importação/exportação/atacado (I-E-A) e o de varejo. O

⁶⁹ CANO e RIBEIRO (2014) destacam que “a UPP do Jardim Batam (3° UPP) foi criada como resposta ao impacto da atuação de milícias naquele local, mais precisamente após um episódio em que milicianos torturaram membros de uma equipe do Jornal O Dia no ano de 2008”.

primeiro subsistema congrega “os grandes traficantes de tóxicos, vinculados à importação, exportação e vendas para o abastecimento interno”. Aqueles que lavam dinheiro oriundo do tráfico ou estão ligados ao transporte das drogas seriam, nas palavras do autor, “sócios” ou “parceiros” dos grandes traficantes. E os policiais e demais agentes públicos que, mediante o pagamento de propinas e subornos, contribuem para os esquemas de transporte das drogas, também participam do subsistema I-E-A como “facilitadores”.

O subsistema varejo, por seu turno, é mais diverso e complexo que o anterior, “espelhando variações locais e regionais de poder aquisitivo do mercado consumidor, de nível de organização dos traficantes etc”. Um exemplo didático desse subsistema são as quadrilhas de traficantes que operam nas favelas do Rio de Janeiro. Elas são hierarquizadas e apresentam uma particular divisão do trabalho, compreendendo diversos atores, como mostra o esclarecedor trecho do referido trabalho de SOUZA (1999), transcrito a seguir:

O chefe local é o “dono”, o qual controla diversos pontos de venda de tóxicos (“bocas de fumo”). Uma vez que os “donos” cada vez menos moram em favelas e sim no “asfalto” (ainda que tenham origem favelada), quem responde pelo negócio em um dado local é o “gerente”, o qual realiza a contabilidade, supervisiona o pessoal da segurança e realiza diversos contatos em nome do “dono”. Além do “dono” e de seus “gerentes” há os “soldados”, que são aqueles indivíduos que, fortemente armados, garantem a segurança do negócio, impondo a ordem na favela e defendendo os pontos de venda de um “dono” contra as tentativas de captura realizadas por outras quadrilhas. Há, também, os “olheiros”, que são aqueles que avisam sobre a aproximação da polícia ou de “alemães” (estranhos, inimigos), e os “aviões” ou “aviõezinhos”, que entregam droga aos clientes, os quais muitas vezes aguardam na entrada da favela dentro de seus carros. Há, finalmente, as pessoas que trabalham na embalagem da droga a ser comercializada.

Essa classificação, embora construída na segunda metade da década de 1990, ainda é muito pertinente para entender a organização do tráfico de drogas nas favelas não pacificadas. As favelas com UPP, ao contrário, parecem conviver com o tráfico em outros modelos, de uma forma ainda mais pulverizada e não ostensiva, sem a boca de fumo e o paiol de armas (nós da tradicional logística das drogas nas favelas cariocas). Quase não há, até o momento da redação desta dissertação, trabalhos que tratem especificamente da reorganização dos traficantes na era das UPPs. Com exceção de um⁷⁰, os poucos estudos que mencionam o assunto, o

⁷⁰ BIRMAN, FERNANDES e PIEROBON (2014).

fazem de modo superficial, através de breves citações ou, o que é mais comum, como um desdobramento de outro elemento pesquisado. Esse tema, mesmo sendo de difícil tratamento metodológico, é imprescindível para a compreensão da dinâmica das UPPs, enquanto política de segurança, aparecendo como uma importante lacuna na agenda da pesquisa urbana brasileira.

A despeito de tudo isso, podem ser feitas algumas distinções importantes sobre o *day after* dos traficantes nas favelas com UPP. A julgar pelas constatações do relatório de pesquisa coordenado por CANO (2012), há consenso entre os policiais e moradores das favelas investigadas⁷¹ de que o tráfico de drogas continua de outras formas, como se explicou no parágrafo anterior. Uma questão relevante é saber quantos ainda permanecem traficando nessas novas condições, aparentemente, menos favoráveis e menos lucrativas. Isto é, tentar mensurar (por mais difícil que possa ser) o impacto efetivo da pacificação na economia do tráfico de drogas baseado em favelas, mesmo que esse não tenha sido o objetivo da criação das UPPs. O assunto é complexo se se pensar apenas naqueles que estão operando diretamente o subsistema varejo, quanto mais se houver uma extrapolação para os que têm outros níveis de envolvimento (ou que são de algum modo beneficiados) com a economia do tráfico⁷².

O antropólogo Luiz Eduardo Soares, ao fazer uma brevíssima avaliação das estratégias do tráfico de drogas no Rio de Janeiro⁷³, apresentou uma abordagem parcialmente divergente da que está sendo veiculada pelo autor dessa dissertação.

(...) o modelo [de tráfico de drogas] adotado no Rio, que eu considero irracional: ele é caro e arriscado demais, quando haveria alternativas mais simples, baratas, eficientes e mais seguras. Não é necessário recrutar,

⁷¹ Conforme a primeira nota do subcapítulo anterior, as favelas foram Cidade de Deus, Macacos, Manguinhos e Caju.

⁷² SOUZA (1999) identificou vários níveis de envolvimento (ou beneficiamento) com a economia do tráfico de drogas e os organizou em cinco grupos. O primeiro grupo (chamado de *A*) compreende todos os que foram mencionados na divisão do trabalho transcrita no início deste subcapítulo (os gerentes, soldados, olheiros, aviões e os responsáveis pela endolação), ou seja, os que são remunerados regularmente por manterem o negócio das drogas funcionando nas favelas. O grupo *B*, por sua vez, é formado pelos que são presenteados pelos traficantes, “por conta de uma eventual generosidade e/ou, especialmente, de um cálculo estratégico efetuado pelos criminosos, com o fito de granjear a simpatia da população local”. O grupo seguinte, denominado *C*, compreende todos os familiares e dependentes diretos dos que formam o grupo *A* e também outros para os quais converge a renda deste. O grupo *D* é formado pelos beneficiados com a maior circulação de renda associada ao tráfico na favela, o que inclui fundamentalmente os comerciantes, fornecedores de quentinhas etc. Finalmente, “os dependentes diretos dos atores do grupo *D* ou que fazem parte do mesmo domicílio para cuja renda contribui um dado ator do grupo *D* constituem uma última categoria, a categoria *E*”.

⁷³ Ver SOARES (2011).

treinar e manter coeso um pequeno exército, controlando territórios e comunidades, para vender drogas. Basta fazer como se faz em outros lugares: eleger locais, estabelecer códigos, praticar o “*delivery*”, etc. Nesse sentido, na medida em que as UPPs vão sendo implantadas e desalojam grupos de traficantes, elas, involuntariamente, forçam a modernização do tráfico, a qual garantirá sua permanência e elevará seu lucro, aumentando a expectativa de vida de seus operadores e reduzindo a carga política que se lhes opõe.

A ideia de que a operação do tráfico de drogas na metrópole carioca é irracional mostra-se muito sensata, a julgar pelo grande número de óbitos dos próprios traficantes quando dos confrontos armados com a polícia ou mesmo entre facções rivais. De igual maneira, é apropriado dizer que, na era das UPPs, o tráfico passa por uma modernização – que não é inédita, é bom que se diga, basta considerar os vários casos em que traficantes se associaram a policiais (mediante, por exemplo, o pagamento de propinas) ou celebraram acordos com políticos em épocas eleitorais.

No entanto, há algumas afirmações do mencionado antropólogo que parecem um tanto apressadas e carentes de confirmação empírica. A primeira delas é a de que a venda de drogas aconteceria sem maiores problemas fora da favela e na falta de uma territorialização ostensiva dos traficantes. Quando o tráfico ocorre nos apartamentos da classe média ou em espaços da elite urbana, o que inclui algumas das famosas festas *rave*, de fato, não é de se esperar frequentes incursões policiais, sobretudo com requintes de violência, mas com a disseminação de pontos de venda em outros espaços pobres, como loteamentos irregulares, ocupações dos sem-teto ou áreas de grande obsolescência, fica difícil não imaginar a interferência da polícia (negociando o “arrego” ou até trocando tiros) ou mesmo a existência de disputas entre traficantes (principalmente se o negócio for muito lucrativo). Diante do histórico de violência policial no Rio de Janeiro, essas alternativas mais “simples, baratas, eficientes e seguras” para o tráfico de drogas – de que fala Luiz Eduardo Soares – parecem não ser facilmente aplicadas para os territórios de grande vulnerabilidade socioambiental, não importa exatamente onde estejam.

A outra afirmação que deve ser devidamente investigada é se os lucros dos traficantes, como afirmado no trecho supracitado, tendem a aumentar nesse novo cenário criado pelas UPPs. Na perspectiva do autor dessa dissertação, esta é uma elucubração perigosa e prematura, pensando tanto nos traficantes que permanecem na favela quanto naqueles que, eventualmente, migrem para outros espaços. Há

relatos de perseguições policiais a traficantes e denúncias de moradores sobre venda ou consumo de drogas em áreas territorializadas por UPPs⁷⁴, o que, ao invés de aumentar os lucros, naturalmente cria transtornos para esse comércio ilegal em (pelo menos uma fração das) favelas pacificadas.

Quanto ao aumento da expectativa de vida e à majoração dos lucros dos traficantes nas favelas pacificadas, preditos na citação em análise, não há muito que dizer, senão que inexistem estudos (mesmo que introdutórios) que os confirmem. Na verdade, como mostrará o autor desta dissertação no capítulo seguinte, há indícios de que o comércio de drogas na Mangueira tenha enfraquecido após a policialização do território.

A migração de traficantes para outros espaços e sua consequente reterritorialização é algo que ainda precisa de investigação. Dos trabalhos consultados pelo presente autor, o único que apresenta informações consistentes sobre o assunto é o de BIRMAN et al (2014). As autoras constataram o estabelecimento e a ingerência do tráfico de drogas em uma ocupação autogestionária⁷⁵ localizada no entorno da estação ferroviária Central do Brasil, logo após a criação da UPP no morro da Providência.

Após os traficantes invadirem o prédio da referida ocupação, as autoras relataram a criação de uma boca de fumo no local e um emaranhado de situações que incluiu a morte de um gerente do tráfico por policiais da UPP da Providência e sua substituição por outro (e deste por outros dois, todos armados), além da realização de uma festa *rave* que – com dois dias de duração e contando com segurança policial e a presença de muitos bandidos – publicizou para a vizinhança “quem era agora o dono do imóvel e o novo gerente do tráfico da região”.

Esse terrível episódio certamente limitou a autonomia dos ocupantes do imóvel e enfraqueceu o seu movimento de luta pela habitação, como puderam perceber as referidas autoras.

O controle do tráfico sobre o imóvel se apresentava como parte do emaranhado que tornava quase impossível uma ação dos moradores capaz de o expulsar dali. Por um lado, temia-se a conivência da polícia, por outro, a vingança do tráfico, caso a polícia agisse. E ainda, para completar, o

⁷⁴ CANO (2012) chegou a considerar a existência de uma “guerra fria contra as drogas” em várias favelas com UPP.

⁷⁵ Segundo as autoras, a ocupação surgiu na década de 2000 e apresentava um número de moradores que variava entre 150 e 200 pessoas. Ao longo do texto, essa ocupação foi chamada de Nelson Mandela, em lugar de seu nome verdadeiro (que não foi revelado).

imobilismo forçado era compreendido por setores do Estado como uma falta dos próprios moradores, que inviabilizava o financiamento para as melhorias do prédio já prometidas, por permitirem a presença do tráfico.

Essa constatação, embora trate apenas de um caso específico, reforça a ideia de que os efeitos deletérios do tráfico de drogas continuarão afetando fundamentalmente os territórios mais vulneráveis à violência. A criação da UPP no morro da Providência, descolada de outras ações de segurança concomitantes, certamente contribuiu para os problemas descritos no relato acima.

Agora, a relação entre UPP e milícia apresenta, ao que tudo indica, contornos bem diferentes, em grande parte pela existência de certa convivência ou indiferença da Polícia Militar para com os milicianos. Sua atuação é bem tolerada pelo Estado e uma prova disso é a dificuldade de encontrar referências sobre operações policiais voltadas à desestruturação dos negócios desses indivíduos.

A milícia tem sido definida, segundo constatação de ZALUAR e CONCEIÇÃO (2007), como uma associação de policiais, ex-policiais, alguns bombeiros e uns poucos agentes penitenciários que “tomam para si a função de proteger e dar ‘segurança’ em vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes predadores”. SOARES (2011), por sua vez, chegou a denominar a milícia de “hidra criminosa, que aterroriza comunidades e se apropria de percentuais de todos os negócios que nelas se realizam – além de transacionarem drogas e armas, quando conveniente”.

Sua expansão, desde o início da década passada, ocasionou a expulsão de traficantes de várias favelas do Rio de Janeiro, como foi o caso do Jardim Batan, na zona oeste carioca. A implantação da UPP nesta favela ocorreu quando a milícia já havia imposto aos seus moradores um ideal de proteção contra o tráfico e de manutenção da ordem, o que aumentou o alcance do discurso legitimador da “pacificação”.

O estudo de OLINGER (2012), além de apresentar importantes constatações sobre a relação dos policiais da UPP com os moradores e lideranças do Jardim Batan, demonstrou alguns resquícios das práticas milicianas na favela. A autora contou que desde a instalação da UPP, a associação de moradores estava sendo presidida por um policial do Bope, residente na comunidade. Ele seria responsável por ações violentas na favela, que incluíam ameaças e surras nos consumidores de drogas. Como se não bastasse, esse policial – que figurava como uma importante liderança local – mantinha uma relação difícil e conturbada com a UPP, desafiando

frequentemente suas ações. Toda essa situação aponta para a terrível herança da atuação da milícia no Batan, aparentemente negligenciada pela secretaria de segurança pública.

Conforme concluíram CANO e RIBEIRO (2014), as UPPs enfraqueceram apenas o tráfico de drogas, alterando muito pouco o domínio das milícias. Isso deverá provocar, segundo os autores, “alterações na economia política e na configuração espacial do crime na cidade e no estado do Rio de Janeiro”. O que corrobora para essa previsão é que, diante da criação de UPPs em áreas estratégicas da cidade e da expansão das milícias (principalmente para áreas mais periféricas), houve uma significativa diminuição dos espaços territorializados pelo Comando Vermelho no Rio de Janeiro.

3 AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DA UPP MANGUEIRA

Este longo capítulo é a parte principal da dissertação. Ele apresenta cinco seções, onde serão mostradas descrições, explicações, inferências e análises referentes às implicações da atuação dos policiais da UPP na favela da Mangueira, entendida aqui como um território. Em outros termos, pode-se dizer que o presente capítulo é uma resposta aos objetivos específicos que nortearam a pesquisa de mestrado conduzida, nos últimos 30 meses, pelo autor.

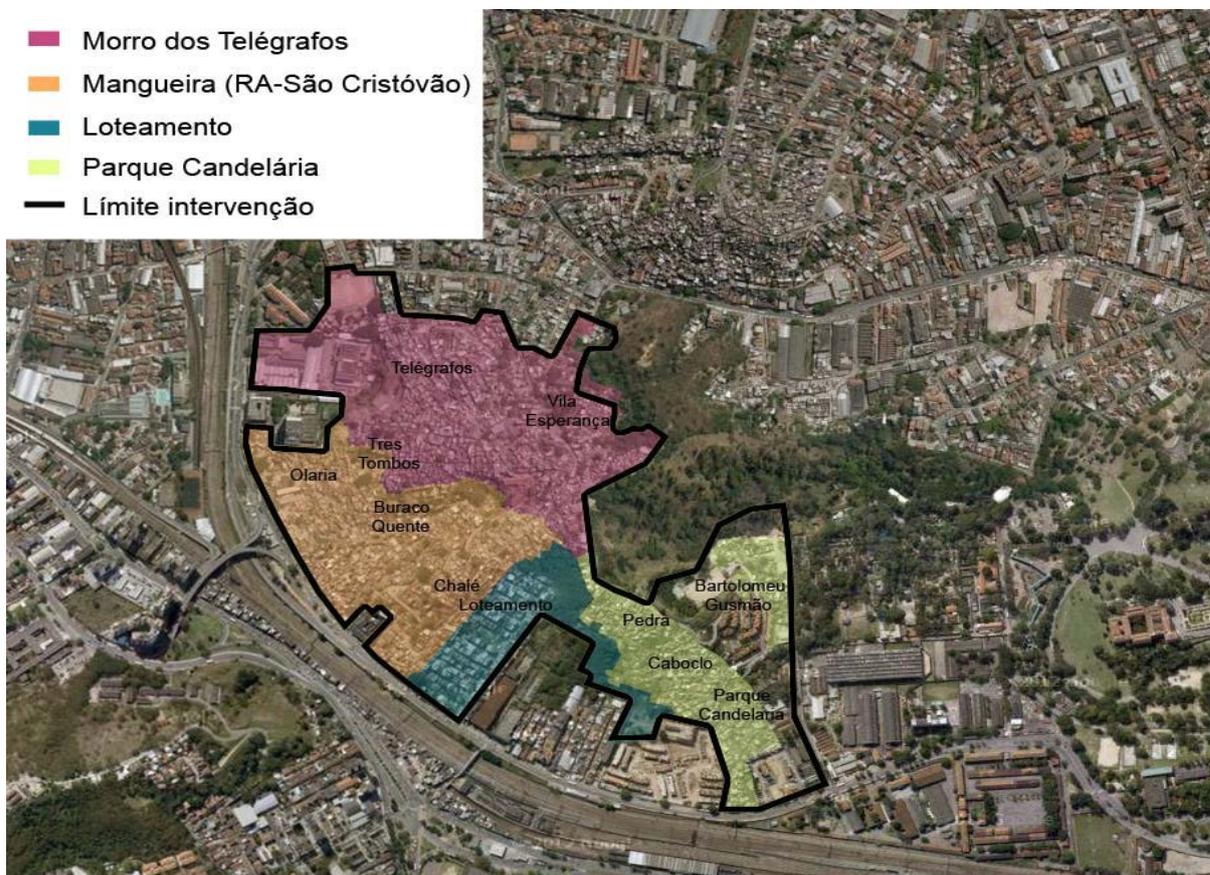
3.1 Para iniciar a conversa: historiando algumas especificidades da Mangueira

Mangueira é o nome de uma favela localizada próximo da zona central da cidade do Rio de Janeiro – especificamente, entre Benfica, São Cristóvão, Maracanã e São Francisco Xavier – e que compreende três morros: o da Mangueira, o dos Telégrafos e o da Candelária. Em toda a extensão dessa favela podem ser identificadas 11 localidades⁷⁶, segundo levantamento diagnóstico preparado pela EMOP⁷⁷, a saber: Parque Candelária, Caboclo, Bartolomeu Gusmão, Pedra, Loteamento, Chalé, Buraco Quente, Olaria, Três Tombos, Telégrafos e Vila Esperança.

⁷⁶ A expressão “localidade” foi empregada pelo autor como um sinônimo (imperfeito) de região, já que este conceito não costuma designar porções do espaço geográfico em escalas locais ou microlocais.

⁷⁷ A Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) publicou o referido levantamento, em novembro de 2012, visando as obras do PAC 2 na favela.

Figura 2 – Subdivisões da Mangueira



Favela da Mangueira e suas subdivisões segundo delimitação proposta por EMOP (2012). O perímetro da favela coincide com o "limite de intervenção" apresentado na legenda.

Segundo dados do Censo realizado em 2010, mais de 40 mil pessoas residem na favela, cuja área é de, aproximadamente, 45 hectares⁷⁸. Ela pode ser visivelmente delimitada por conta de sua típica fisionomia urbana, que inclui, dentre outras coisas, uma ocupação densa em toda a sua extensão.

A longa descrição a seguir, extraída do aludido diagnóstico produzido pela EMOP, é bem apropriada para apresentar a estrutura viária e alguns dos equipamentos urbanos presentes na favela.

O morro dos Telégrafos localiza-se na parte mais alta do Complexo da Mangueira e está limitado pela área de tiro do Exército na linha de cumeeira do morro. Limita-se também com o Parque da Candelária pela travessa São Pedro, num local denominado "Pedra"; e com a Mangueira por um muro de contenção. O morro do Telégrafo (*sic*) possui dois acessos principais, ambos pela rua Ana Neri, seguindo pela rua Abdon Milanez ou pela rua

⁷⁸ O que corresponde a 450.000 metros quadrados.

Dias da Silva se tem acesso à rua Jupará, uma via interna da comunidade. Ele pode ser dividido em três localidades: Três Tombos, limitado pela rua Domingos Ferreira a leste, a quadra da Poló a oeste, a rua Saião Lobato ao sul, e o prédio do IBGE e a Faetec a norte; Telégrafos, no centro do morro, próximo ao campinho, na área mais alta do morro e Vila Esperança (...), situada no limite leste do morro.

O morro da Mangueira pode ser dividido em três localidades: Chalé, localizado próximo à área conhecida como Loteamento; Buraco Quente, localizado na área do entorno da rua Saião Lobato, onde se localiza também a associação de moradores (...) e Olaria, no entorno da quadra da Mangueira e onde se localiza a creche Vovó Lucíola.

O morro da Candelária é limitado pela rua Bartolomeu de Gusmão, tendo a Escola Estadual Professor Ernesto de Faria, na avenida Visconde de Niterói, e o Batalhão Policial como vizinhança imediata. É também possível identificar três localidades: Parque Candelária, área mais próxima de vias carroçáveis e da praça onde está localizada a sede da UPP – Unidade de Polícia Pacificadora; Caboclo, área localizada bem no centro do morro Candelária e Pedra, área localizada junto à caixa d'água [a localidade Bartolomeu Gusmão foi identificada na imagem produzida pela EMOP, mas não aparece descrita aqui].

É importante destacar que os nomes dos locais descritos no fragmento acima não são empregados unanimemente pelos moradores. Alguns destes relataram para o autor desta dissertação que residem na Joaquina ou na Fundação⁷⁹, termos que não aparecem na subdivisão proposta pela EMOP.

Na década de 1990, a Mangueira recebeu intervenções, do programa de urbanização Favela-Bairro⁸⁰, que compreenderam a criação de logradouros e unidades habitacionais, além da implantação de redes de água e esgoto – o que melhorou sensivelmente as condições ambientais para uma parcela considerável de seus moradores. No entanto, boa parte dessas intervenções não recebeu qualquer manutenção da prefeitura e, conforme declarou o vice-presidente da associação de moradores⁸¹, está se deteriorando. Recentemente, acrescentou o entrevistado, foram realizadas obras, de envergadura muito menor, que ele acredita serem do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

A ocupação da favela, por seu turno, remonta ao final do século XIX, quando capatazes e cocheiros do Paço Imperial começaram a habitar o morro dos

⁷⁹ O autor não conseguiu identificar onde a Joaquina se localiza na favela, mas está certo de que a Fundação é um sinônimo de Telégrafos.

⁸⁰ Foi um programa de urbanização de favelas de pequeno e médio porte, desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro entre 1994 e 2008.

⁸¹ Em entrevista realizada, pelo autor, no dia 30 de julho de 2015. A associação de moradores da Mangueira funciona em três unidades diferentes: Candelária, Telégrafos e Buraco Quente. Cada uma dessas unidades possui um diretor, responsável pelos expedientes locais. Além disso, há um presidente e um vice que, geralmente, despacham da unidade do Buraco Quente, uma espécie de matriz da associação.

Telégrafos⁸². GOLDWASSER (1975) menciona informações que dão conta de que o referido morro foi sendo ocupado de modo planejado à medida que os proprietários dos terrenos (ou os arrendatários por eles designados) construíam barracos para alugar.

A aludida autora, com o intuito de ratificar suas constatações sobre a gênese da favela da Mangueira, reproduziu, em seu clássico “*O Palácio do Samba*”, o conteúdo de uma entrevista que fizera com Carlos Cachça, um reconhecido compositor que havia presenciado boa parte do processo de ocupação desse espaço. Um trecho da referida entrevista, dada sua grande representatividade, será transcrito a seguir.

Tomás Martins alugando do Alberto Saião Lobato esta área com a finalidade de localizar suas carroças, pastagem de seu gado, etc., aqui foi-se constituindo a favela. Os primeiros barracos foram feitos para os empregados de Tomás Martins na época, aí já pelos idos de 1904, uma coisa assim. E de forma que depois vieram os familiares desses empregados de Tomás Martins residir aqui na Mangueira. Aí, deu-se a exploração da favela pelo Tomás Martins, que este cara era meu padrinho. Aí que acompanhei um bocado, nesse tempo já tinha uns dezoito anos, residia com ele aqui.

E (...) nesse tempo houve a demolição do Regimento de Cavalaria [em 1908] que era aqui na Quinta da Boa Vista. Ali residiam os soldados e os familiares, empregados civis também. Como o Regimento de Cavalaria era muito grande (...), qual foi o recurso? Depois do quartel demolido, o lugar mais próximo era a Mangueira.

Aí começou o Tomás Martins a explorar, começou a cobrar aluguel dos barracos (...). A doação de material foi tirada do próprio quartel. O Comandante da época deu o material para atender à construção dos seus barracos aqui. E vieram e aqui foram chegando e construindo a favela.

Quando foi pelos idos de 1910, a favela já estava iniciada, só que naquele tempo, a denominação não era favela; era Morro de Mangueira⁸³ (...).

Enquanto Tomás Martins existiu, ele teve o Morro sob o controle de sua exploração, e não se achava franqueada a construção de barracos (...).

Tomás Martins faleceu em 1917, foi quase o tempo da epidemia espanhola. Nesta época, tinha aproximadamente uns cem barracos.

A partir de então, a favela começou a receber pessoas de diferentes locais, tornando sua ocupação cada vez mais heterogênea e numerosa. Nesse contexto, a Mangueira recebeu desde moradores da favela Santo Antônio, ainda nos anos de 1920, até prostitutas e marginais que tiveram que deixar a zona do Mangue durante a década de 1940.

⁸² Esse nome faz referência aos postes de linhas telegráficas construídos, no início da segunda metade do século XIX, no referido morro.

⁸³ Era assim denominado pela grande quantidade de árvores frutíferas, principalmente mangueiras, naquele local. O “Morro de Mangueira” era tão agradável a ponto de ser chamado de “Petrópolis dos pobres”.

Tendo resistido às insalubres condições ambientais da favela e ao fantasma da remoção, que marcaram as décadas seguintes, os moradores da Mangueira se depararam, já nos anos de 1980, com outro grande desafio: a territorialização do tráfico de drogas de varejo.

Fazendo referência à expansão do crime organizado como fator de agravamento dos problemas que afetam os moradores da Mangueira, GONÇALVES (2003) declarou que: “Hoje se percebe a marca do crime em todos os espaços da favela. As crianças brincam com armas produzidas por elas mesmas (...). Convivendo com a violência, simulam bocas de fumo (...)”. A autora também destacou os efeitos nocivos dos conflitos entre policiais e traficantes para a esfera doméstica e relatou que alguns dos equipamentos urbanos, criados pelo programa Favela-Bairro no local, passaram a ter seu uso controlado pelo tráfico⁸⁴ – de forma que é “impossível viver em favela sem se relacionar com as regras impostas pelo crime organizado, o que contribui para a fragmentação das associações vicinais”.

Diante desse quadro, GONÇALVES (2003) produziu uma etnografia que engloba a relação da G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira com certas políticas sociais e a criação da Vila Olímpica da Mangueira como um espaço alternativo de socialização para o jovem da favela. Seu estudo aponta para o fortalecimento das relações comunitárias e para o combate à violência como consequências da difusão do esporte e da construção de relações centradas no samba.

Não obstante, os problemas associados ao tráfico de drogas persistiram e também continuaram a se somar a outros de longa data, como o estereótipo que rotula a favela como um lugar de ausências (as mais diversas) e grande pobreza.

Ao longo deste capítulo, essas questões serão tratadas, sobretudo, considerando os efeitos da policialização da favela, iniciada com a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira no final de 2011.

3.2 Para ensinar aos favelados quem eles são e no que devem se tornar

O Rio de Janeiro vem sendo apontado como um importante laboratório para os estudos de segurança pública e para o exame de políticas governamentais que

⁸⁴ O autor desta dissertação apresentou, em estudo anterior (VALLE, 2006), um panorama sobre a ingerência do tráfico nos projetos do Favela-Bairro.

tratem do assunto. Isso se justifica em grande parte por conta dos efeitos sócio-espaciais da atuação do tráfico de drogas de varejo nas favelas cariocas, da disseminação do medo a eles associado e do histórico de violência e extermínio que tem pautado a atuação das forças policiais nos espaços segregados da cidade, durante as últimas décadas.

As favelas cariocas, frequentemente classificadas como territórios da pobreza – em função da inexistência de regularização fundiária, da precariedade de boa parte de suas habitações, da baixa qualidade ou (no limite, inexistência) de determinados equipamentos urbanos, além da informalidade que marca a inserção de um bom número de seus moradores no mercado de trabalho –, também vêm sendo consideradas espaços da violência e do conflito. Essa representação das favelas é grandemente amplificada pelos meios de comunicação, o que dissemina no imaginário de boa parte da sociedade a ideia de que essa histórica forma de habitação é um agregado de problemas e nada mais.

Mesmo reconhecendo a necessidade de que as questões supracitadas não sejam negligenciadas – elas devem compor a agenda de adequadas políticas *stricto sensu* públicas –, sabe-se que a exposição dada à favela pela mídia de massa e pelos veículos de comunicação das administrações governamentais acaba ocultando a diversidade, a heterogeneidade e a importância histórica dessa forma de apropriação do espaço urbano.

Nesse contexto, as favelas dificilmente serão compreendidas como “espaços de resistência”⁸⁵ da população pobre ou, em outras palavras, territórios criados pelo exercício do direito universal à cidade, não apenas o direito de percorrê-la, mas de nela se instalar.

A incompreensão da gênese e dos reais significados da favela como fenômeno sócio-espacial, de modo geral, enviesa e atropela a formulação de um planejamento urbano verdadeiramente eficaz, que crie mecanismos para diminuir a vulnerabilidade desses espaços à violência e assegurar direitos fundamentais aos seus moradores.

O que tem ocorrido, recentemente, é uma redução das “políticas públicas dirigidas a esses territórios aos segmentos ‘vulneráveis ao crime’”, conforme observou LEITE (2014). Segundo a autora, ao mesmo tempo em que são

⁸⁵ Expressão utilizada pelo Prof. Jorge Luiz Barbosa durante entrevista ao Programa Entrelinha da TV ALERJ. A entrevista foi publicada no canal www.youtube.com, em 15 de setembro de 2010.

mobilizados recursos e agenciamentos, como o de organizações não governamentais (ONGs), para afastar os jovens do mundo do crime, empregam-se dispositivos para tratar do extermínio⁸⁶ dos “favelados violentos”, como uma forma de conduzir adequadamente o controle social nas favelas cariocas.

Mas o que isso tem a ver com a pacificação das favelas cariocas? O trabalho desenvolvido pelas UPPs não deveria mudar radicalmente esse quadro?

A tão propagada inflexão na atuação policial, mencionada alhures nesta dissertação, a julgar pelo estudo desenvolvido pelo presente autor na favela da Mangueira, não pode ser negada, mas ela ocorre essencialmente em termos estéticos. Ou seja, houve certa diminuição da truculência nas ações policiais, o que constituía um pré-requisito básico para a garantia de um nível mínimo de governabilidade da UPP, mas aparentemente não pelo respeito à alteridade e sim como uma estratégia de aproximação para operar mudanças no *status quo* dos moradores da favela.

O Major Márcio Rodrigues, que atuou como comandante da UPP Mangueira de setembro de 2013 até março de 2016, ao analisar um projeto desenvolvido por um de seus soldados em escolas e creches da favela, declarou: “Nós buscamos, com esses projetos, integrar ainda mais a polícia com a comunidade. Os policiais passam a ser uma referência para os moradores”⁸⁷. Outra afirmação emblemática foi ouvida pelo autor da presente dissertação, durante entrevista realizada, em 18 de fevereiro de 2016, com um dos soldados que atuam no setor de prevenção policial na Mangueira: “A UPP cumpre uma função educacional, não de forma enérgica, [mas] através do convencimento”.

As citações acima, mais do que apontarem uma estratégia de controle moral para os moradores da Mangueira, indicam ações policiais visivelmente paternalistas e voltadas a um ideal de transformação dos sentidos da vida na favela. Noutros termos, é como se os moradores precisassem se despir da favela, retirá-la de seu cotidiano.

⁸⁶ BARBOSA (2014) apresentou dados representativos a esse respeito: como reação da polícia ao domínio crescente do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, “os homicídios mais que triplicaram (eram 15 mil há 30 anos atrás, atualmente são 50 mil)”, além disso, acrescenta que “a corrupção policial se tornou comum, o uso de armas de alto calibre se difundiu, a sensação de insegurança na cidade cresceu desmesuradamente, assim como as situações de violência contra os moradores de favelas”.

⁸⁷ A declaração consta em matéria intitulada “Projeto educativo de policial militar faz sucesso em escolas da Mangueira”, publicada, em 27 de maio de 2014, no site www.upprj.com (consulta realizada em 26 de janeiro de 2016).

3.2.1 O Menino Maluquinho “legitimando” o bom senso criado pelas UPPs: para além de simples especulações

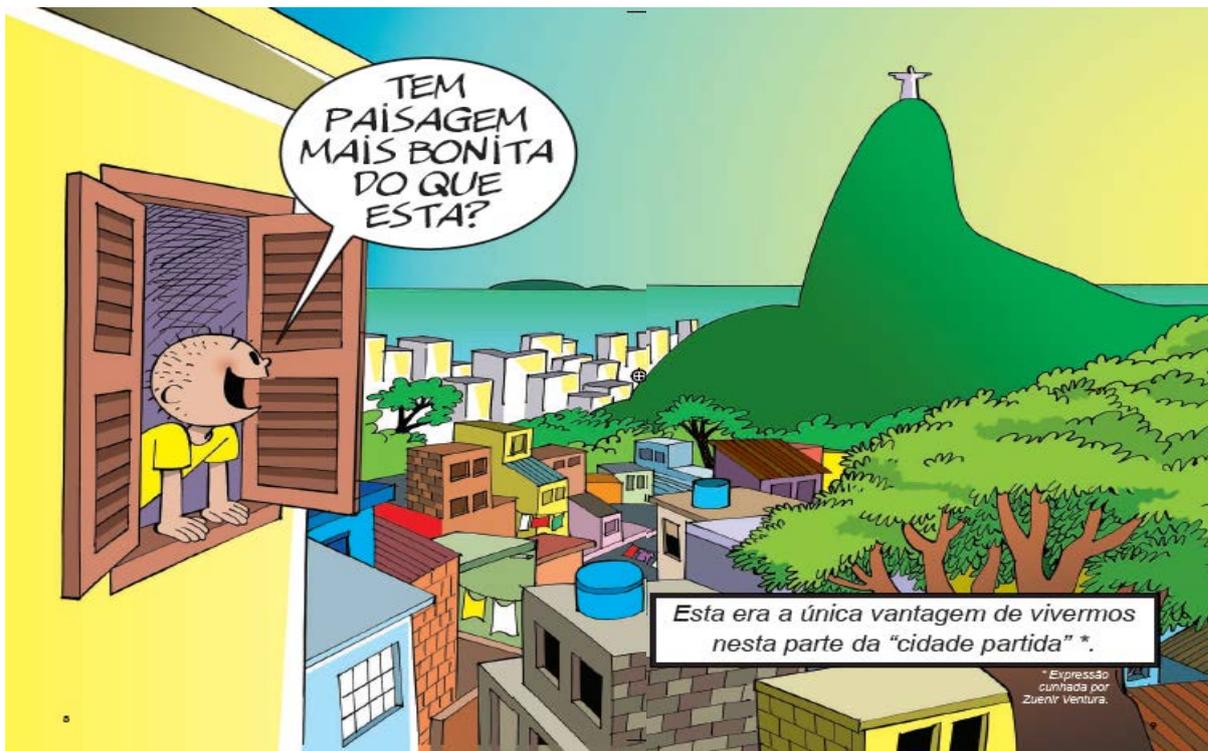
Esse caráter heterônomo das ações de pacificação pode ser facilmente percebido no conteúdo da cartilha “*UPP. A conquista da Paz*”, publicada pela secretaria de segurança do Rio de Janeiro para os moradores das favelas atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora. A referida cartilha, que tem uma de suas citações figurando como epígrafe de abertura do capítulo 2 desta dissertação, foi elaborada pelo famoso cartunista Ziraldo, amplamente reconhecido pela criação da personagem “Menino Maluquinho”, resgatada para essa publicação.

A propósito, a presença de o Menino Maluquinho na história apresentada na cartilha em questão mostra não apenas a maleabilidade dessa personagem (criada, na década de 1980, para retratar as aventuras de uma criança com uma panela na cabeça), mas, acima de tudo, a estratégia de utilizar sua popularidade para aumentar o alcance da difusão de normas e valores da pacificação de favelas. Caso semelhante foi relatado por ZUKIN (1996), quando analisou a criação de Mickey Mouse, na década de 1930 (ainda durante o período da Grande Depressão), e o seu rejuvenescimento, cinquenta anos mais tarde, durante o período de socialização do mercado e surgimento do neoliberalismo.

Nesse contexto, o próprio Ziraldo poderia ser considerado um *consumidor primário*, nos termos apresentados no aludido trabalho da autora, isto é, um artista responsável por contribuir com a legitimação de certa ideologia (neste caso, uma ideologia fundamentalmente contrária aos interesses dos moradores das favelas cariocas) a partir de sua produção cultural.

A cartilha tem 34 páginas dedicadas à apresentação dos direitos e deveres que deveriam pautar a conduta dos moradores das favelas cariocas após a pacificação. Não é necessária uma grande acuidade em termos de crítica social para perceber a perspectiva pedagógico-civilizadora do aludido material. Depois de apresentar o Menino Maluquinho, observando as amenidades do clássico “asfalto” carioca, de uma das casas de determinada favela (figura 02), Ziraldo escreveu, na página nove de sua cartilha, que: “Esta era a única vantagem de vivermos nesta parte da ‘cidade partida’”.

Figura 3 – A contemplação das amenidades do “asfalto”



Aglutinação das páginas 08 e 09 da Cartilha “UPP: a conquista da Paz”.

Essa frase, que finaliza o parágrafo precedente, abre espaço para exploração de importantes questões sobre o conteúdo ideológico da pacificação de favelas. Em primeiro lugar, o autor negligencia as experiências, o (possível) senso de comunidade e os vínculos identitários dos moradores da favela, além de desconsiderar o valor subjetivo que eles atribuem a tudo isso. De outra parte, afirmar que a observação das áreas elitizadas da cidade é *a única vantagem* de viver na favela cria uma abordagem, no mínimo, anacrônica para tratar dessa forma de habitação e do que ela representa na história urbana do Rio de Janeiro, tema (é bom que se diga) muito caro para as Ciências Sociais. Em segundo lugar, a favela (e, por extensão, seus moradores) é apresentada implicitamente como um ambiente a ser vencido e superado.

A frase em questão e a imagem apresentada (figura 02) ignoram as diversas manifestações do senso comum dos moradores e também ocultam a densidade de suas vidas cotidianas e a importância dos diversos modos de se ver e viver o espaço urbano carioca.

A importância da valorização da vivência para os indivíduos e para a sociedade foi lucidamente tratada pelo prestigiado sociólogo francês MAFFESOLI (2005), como se observa no fragmento a seguir.

(...) é a vivência que, em suas formas paroxísmicas, irradia as diversas manifestações da existência do dia-a-dia. Constitui, de certa forma, o conservatório energético desta última, sem o qual não se pode compreender a espantosa perduração do ser, tanto social quanto individual. É o que faz do sensível, da naturalidade das coisas, o verdadeiro fundamento do 'corpo místico' que é toda a sociedade.

Negar por completo a vivência dos moradores das favelas, tentar ultrapassar seu modo de ser cidadão, seu modo de conceber e interagir na cidade é, em última instância, negar sua participação no corpo social. Essa perspectiva, embora veiculada através de uma cartilha com desenhos coloridos e aparentemente inocentes, concebida para um público infanto-juvenil, revela uma intencionalidade cruel na concepção teórica do programa de pacificação.

Não foi necessário um “mergulho profundo” no cotidiano dos moradores e policiais estabelecidos na Mangueira, para o autor desta dissertação perceber o efeito replicador da concepção geral dessas “ações de pacificação”, presente na cartilha em análise. A maioria dos policiais entrevistados⁸⁸ declarou, em uníssono, que os moradores precisam mudar sua postura e aprender a fazer escolhas adequadas e que contribuam efetivamente para melhoria de suas vidas. Estes últimos foram acusados de serem individualistas e preguiçosos e de sempre escolherem o que é supérfluo, ao invés de lutarem por ganhos coletivos em termos da provisão de saneamento básico e assistência em saúde.

Algumas das frases relatadas pelos referidos policiais, dada sua representatividade, para os propósitos aqui tratados, serão reproduzidas a seguir:

⁸⁸ Foram entrevistados sete policiais militares nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2016, na sede na UPP Mangueira. Além de alguns soldados designados para o trabalho preventivo, realizado nos fóruns (estes serão tratados em outro momento), o autor ainda ouviu o policial Assed e o Major Márcio Rodrigues, respectivamente, o responsável pelas relações públicas da UPP local e o comandante desta unidade. As entrevistas foram conduzidas segundo roteiro com questões formais abertas (veja anexo 02), preparado pelo próprio autor. Embora a ideia inicial fosse a de gravar as declarações feitas pelos policiais, para o melhor aproveitamento das informações fornecidas, o autor entendeu que isso poderia inibir certos pronunciamentos representativos para o entendimento do objeto de estudo desta dissertação e, por isso, resolveu apontar os relatos em blocos de notas. Algumas dessas entrevistas foram longas e, por terem ocorrido na sede da UPP, permitiram que o autor conhecesse melhor a máquina administrativa dessa unidade policial. Além dessas sete entrevistas formais, houve um diálogo informal realizado com outro policial, também na sede da UPP, em 18 de março do mesmo ano.

Há locais sem saneamento e as pessoas pedem festas, acontece muito;

- Muitos moradores preferem a festa do que saúde e educação;
- Os moradores apresentam demandas individuais, não há demandas coletivas;
- (...) se oferecer uma política assistencialista [aos moradores da Mangueira], 95% da população ficarão acomodados;
- A favela só vai mudar quando mudar sua cultura, suas práticas culturais;
- A cultura deles [moradores] é a do pássaro com a boca aberta, quando chegar a ser do pescador, acabou, isso aqui vira um bairro;
- (...) com o passar do tempo, eles [os moradores] vem voltando meio que para a civilização.

Uma informação relevante é que todos os policiais entrevistados, com exceção do comandante da UPP, são jovens e recém-ingressos na corporação. Logo, considerando a legislação que regulamenta a formação de pessoal para o trabalho em “áreas de pacificação” (como se discutiu no subcapítulo 2.1), é provável que eles tenham feito curso de formação específico para o policiamento preventivo e comunitário. Diante disso, a partir da experiência da UPP Mangueira, o autor visualiza duas possibilidades para o entendimento contextual das declarações supracitadas: a primeira indica que essa capacitação, tão propagada pelo secretário de governo José Mariano Beltrame como necessária ao desenvolvimento de um policiamento mais humanizado, não forneceu elementos suficientes aos policiais para uma adequada compreensão dos *status quo* dos moradores de favelas cariocas. A segunda possibilidade reforça a tese de que há uma intencionalidade, nas práticas e discursos da Secretaria de Segurança (e de seus subordinados imediatos), em descrever os moradores de favela como incivilizados e culturalmente inferiores, coisa que acaba reverberando, com maior ou menor intensidade, nos discursos dos policiais que estão em campo.

Há vários policiais que não compreendem efetivamente *o que é favela e quem são seus moradores* e os cursos oferecidos pela secretaria de segurança, de modo geral, tornam ainda mais nebulosas essas questões. No entanto, o argumento que finaliza o parágrafo anterior é mais coerente e pragmático para o entendimento das ações e declarações dos policiais da UPP Mangueira.

Diante do referido argumento, é necessário reconhecer que o individualismo, o gosto por festejos e a própria indisposição para o trabalho, supracitados nos fragmentos de entrevistas como recorrentes entre os moradores da Mangueira, também encontram parada nas áreas nobres do Rio de Janeiro. E da mesma forma

que essas questões não são estruturantes para definir a classe média e a elite urbana cariocas como incivilizadas, não devem servir para estigmatizar e, principalmente, generalizar a condição dos que residem nas favelas.

Além disso, a afirmação de que as intenções da secretaria de segurança reverberam nos discursos dos policiais de campo, não os isenta das responsabilidades por seus atos ou declarações, nem tampouco considera que todos compartilham integralmente dessa visão, em grande parte, deturpada da vida nas favelas cariocas. Torna-se imprescindível, nesse momento, fazer certas mediações para que injustiças não sejam cometidas. A própria experiência do autor com o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a esta dissertação, permite afirmar que alguns dos policiais entrevistados demonstraram clara convicção de que um “processo civilizatório”⁸⁹ seria bom para a melhoria de vida dos moradores da Mangueira. Nesses casos, a incompreensão precede e explica (pelo menos, parcialmente) o erro. Noutros casos, o discurso mais inflamado, eivado de um senso de justiça que rotulava sempre como culpados os moradores da favela, dava indícios de uma concordância mais consciente com os propósitos institucionais da “pacificação de favelas”. E houve também, dentro desse quadro múltiplo, um policial que, embora reconhecesse a necessidade de mudança na conduta dos moradores da favela – de algum modo, fazendo coro à voz predominante entre os entrevistados –, tinha por certo que ele e seus colegas da corporação eram usados pelos governantes para atendimento dos propósitos particulares destes últimos. Ele declarou que o “policial é pobre matando traficante pobre” e que a maioria da corporação policial é “o capitão do mato moderno”, demonstrando uma visão crítica, lúcida e substancial, inclusive, sobre o trabalho realizado na própria unidade de que faz parte.

Esse mesmo entrevistado também abordou um elemento que deve ser considerado para o entendimento do comportamento antissocial de alguns policiais: a influência negativa gerada pela morte dos colegas de farda afetaria a conduta policial. Essa questão ganha visibilidade diante do crescente número de policiais mortos em confrontos ou executados em momentos de folga, no Rio de Janeiro. O

⁸⁹ No sentido de etapas de evolução da humanidade, em marcos que se aproximam, guardadas as devidas proporções, daqueles apresentados pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, em seu livro *O processo civilizatório*.

Jornal *O Globo*, em reportagem publicada em 13 de julho de 2016⁹⁰, destacou o assassinato de 67 agentes de segurança do Rio de Janeiro, apenas no primeiro semestre deste ano, considerando estudo realizado pela CPI dos Policiais Mortos (da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro). A matéria ainda acrescentou que o número de mortes de policiais militares é quase oito vezes maior que o de agentes civis, quando considerado o período de 1998 até 2015, dada a maior exposição dos primeiros aos riscos associados ao trabalho ostensivo.

Essa questão, embora importante, vista isoladamente, apresenta um poder explicativo muitíssimo reduzido e limitado acerca das manifestações da violência policial. Em primeiro lugar, porque o número de pessoas mortas por polícias (em sua maioria, pobres e negros) é historicamente muito maior que o de óbitos na corporação. Em segundo lugar, é necessário supor que um considerável percentual das mortes de policiais esteja relacionado a desacordos entre estes e traficantes quanto ao pagamento de propinas e “arregos”, como bem destacou a socióloga Lia de Matos Rocha⁹¹, em reportagem da revista eletrônica UOL. Portanto, não apenas os perigos associados ao policiamento ostensivo figuram como causa dos óbitos policiais, mas também a relação promíscua entre certo número de PMs e os criminosos. Em último lugar, uma análise da violência policial alheia à história gerará, inevitavelmente, constatações prematuras e equivocadas, como se verá nos parágrafos seguintes.

Para além da possível retroalimentação que a morte de policiais ocasione na condução de práticas violentas pelos agentes da corporação, como sugeriu o entrevistado, mencionado parágrafo atrás, existe um elemento estruturante que precisa ser enfatizado: a contribuição do pensamento herdado para o desenvolvimento das práticas policiais. Essa questão foi muito bem teorizada pelo filósofo grego CASTORIADIS (1986).

As visões mais profundas, mais verdadeiras sobre o social-histórico, as que mais nos ensinaram, sem as quais só poderíamos balbuciar ainda na incoerência, encontram-se sempre implicitamente dirigidas por um alhures –

⁹⁰ Matéria intitulada “Número de policiais mortos no estado do Rio chega a 2,5 mil, de 1998 a 2016”. Disponível em <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/numero-de-policiais-mortos-no-estado-do-rio-chega-25-mil-de-1998-2016-19703774>.

⁹¹ Declaração constante em reportagem publicada pelo canal UOL, em 24 de agosto de 2015, sob o título “Número de mortos por policiais no Rio cresce 22,8% no 1º semestre de 2015”. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/08/24/numero-de-mortos-por-policiais-no-rio-cresce-228-no-1- semestre-de-2015.htm>.

e também isso pertence à essência e à história do pensamento; é para esse alhures que elas visam conduzir o que elas dizem do social-histórico.

Há uma grande necessidade de desnaturalizar a violência policial e enquadrá-la em um contexto mais amplo, do pensamento herdado. Buscar o alhures, a que se refere o autor supramencionado, é fazer um esforço teórico para não compreender as ações presentes em desassociação com as questões fundamentais do passado, haja vista que estas últimas apresentam uma grande força inercial.

Longe de apelar para um determinismo das ações policiais, no estilo “os PMs são violentos hoje porque outros policiais foram violentos ontem”, o autor desta dissertação entende que sem a compreensão da violência policial de uma perspectiva socioespacial e histórica⁹², pouco se avançará na proposição de ações que minimizem a brutalidade e a truculência dirigida pelo braço armado do Estado aos moradores de espaços segregados, como as favelas.

Retomando-se a análise da cartilha produzida por Ziraldo, é relevante registrar que já em suas últimas páginas é mostrada uma imagem que contrasta bastante com a cena descrita anteriormente, na figura 02: o Menino Maluquinho agora chama a atenção das crianças que o acompanham para a beleza da favela que, antes da chegada da UPP, era retratada como feia e vazia de significados (veja figura 03). Percebe-se claramente, na passagem da primeira para a segunda figura, não apenas uma valorização demasiadamente grande do trabalho realizado pela polícia militar, mas a atribuição de um poder de transformação quase mágico à pacificação, em representações que chegam a ser jocosas. Os policiais são chamados, por exemplo, de “amigos verdadeiros” e os turistas, que (com o sentimento de segurança que parece abundar na favela pacificada) começam a frequentar aquele espaço, de “novos amigos”.

⁹² Segundo BRETAS (1997), a polícia é um órgão público originado do estado absolutista e que cumpre um papel essencial no estado contemporâneo. O autor acrescenta que: “Se na história oficial a polícia simplesmente desaparece, na historiografia crítica ela aparece ‘naturalmente’, fazendo o que dela se esperava. A polícia se fazia presente para impor, não raro violentamente, as leis desiguais do estado contra seus inimigos. Deve haver inúmeros relatos de greves, por exemplo, onde a polícia aparece para espancar os trabalhadores como era de se esperar, e novamente se recolhe à sua sombria existência, até a eclosão da próxima greve. Até a década de 1960, praticamente nada sabíamos sobre o trabalho desenvolvido pela polícia especialmente nos interregnos entre as greves (...). O tema das relações entre a polícia e o público impôs-se como importante, mas o caráter sigiloso e imediato da maioria das ações policiais tornou-se esse aspecto extremamente difícil para a análise histórica”.

Figura 4 – A “pacificação” embelezando a favela



Aglutinação das páginas 32 e 33 da Cartilha “UPP: a conquista da Paz”.

O destaque dado ao trabalho de pacificação foi tão grande que Ziraldo (entenda-se a secretaria de segurança) chegou ao cúmulo de creditar para UPP a capacidade de resolver quaisquer problemas, nos marcos de uma verdadeira policialização da questão urbana. Isso fica bastante evidente na já mencionada frase que abre o segundo capítulo desta dissertação, onde se cria uma esperança de que a polícia acabará, dentre outras coisas, com o *medo*, a *insegurança*, os *falsos amigos* e os *falsos heróis* dos moradores das favelas cariocas. Projeta-se, assim, a UPP como a panaceia de todas as mazelas que historicamente encontraram parada nas favelas cariocas.

A ideia de que os policiais são os *heróis* capazes de livrar os moradores de sua própria ignorância e também dos males do tráfico e da pobreza foi enfatizada por dois dos soldados entrevistados pelo autor. O primeiro afirmou: “Eu tento ser o herói, o cara que tá aqui para ajudar”, o outro foi além, ao mencionar que: “A UPP atinge mais as crianças. A imagem da polícia não é boa, a ideia é mostrar que o policial é o herói”. Essa perspectiva é veiculada para uma boa parte do público

infanto-juvenil da Mangueira através de algumas atividades e projetos desenvolvidos pelos policiais na favela.

O site oficial das Unidades de Polícia Pacificadora⁹³ apresenta várias reportagens que mencionam a realização de aulas de música, danças, lutas e rodas de leitura como ações direcionadas ao público mais jovem da Mangueira. Uma dessas reportagens⁹⁴, publicada em 04 de setembro de 2015, destacou o trabalho da policial Emanoela Rosa, que atende mais de 70 crianças da favela com aulas de idioma e reforço escolar. Segundo ela: “As crianças passaram a nos enxergar [os policiais] também como amigos e não apenas como agente de segurança pública”. Outro exemplo, também extraído do mesmo site⁹⁵, menciona a realização de uma colônia de férias que atendeu 40 crianças e jovens, de 08 até 17 anos, e teve como culminância a visita à sede do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). O cabo Alan Valvano, um dos responsáveis pela atividade, declarou que “Às vezes, a criança que mora na comunidade tem uma visão deturpada do que é o Bope. A gente acha muito importante trazê-las para cá, porque quebra um pouco desse paradigma, desse estigma e mostra o lado mais humano do BOPE”.

Em que pese o fato de a tentativa de mostrar o “lado humano do BOPE” ser uma tarefa hercúlea – bastando para isso considerar o histórico de desmedida violência que tem pautado as incursões de grupamentos desse batalhão nas favelas cariocas, inclusive, à vista de muitas crianças e jovens ou, pior do que isso, à custa de suas próprias vidas –, as atividades relatadas parecem constituir um bom elenco de ocupações para o público infanto-juvenil, tornando-o aparentemente menos vulnerável ao tráfico de drogas. Este é um aspecto positivo das ações realizadas pela UPP, mas está longe de outorgar aos policiais o título de heróis da favela, até porque eles não são os únicos e nem foram os primeiros a desenvolver atividades dessa natureza na Mangueira. Além disso, o que é mais importante, essas ações não são gratuitas, elas têm uma intencionalidade: a de construir um novo cenário para favela nos próximos anos, impregnando o ideário de seus moradores mais jovens de novos sentidos e concepções de vida. Isso ficou visível no conteúdo das entrevistas realizadas com os policiais e com alguns moradores da Mangueira e bem

⁹³ www.upprj.com.

⁹⁴ Matéria intitulada “Projetos sociais conquistam moradores do Complexo da Mangueira”, publicada no site www.upprj.com (consulta realizada em 26 de janeiro de 2016).

⁹⁵ Matéria intitulada “Colônia de férias da UPP Mangueira leva crianças da comunidade à sede do BOPE”, publicada, em 31 de julho de 2015, no site www.upprj.com (consulta realizada em 26 de janeiro de 2016).

explícito em duas declarações constantes em matéria veiculada pelo site oficial das UPPs⁹⁶. O Soldado Baraúna, responsável pela promoção de rodas de leitura para crianças de um até 10 anos, em escolas da Mangueira, afirmou na referida publicação: “Não sigo exatamente o enredo do livro, sempre dou uma modificada, para passar uma mensagenzinha no final”. O mesmo ainda acrescentou: “É legal ver que nós nos tornamos referência para eles. Sinto que eu planto uma semente na cabecinha deles”.

Agora, mesmo diante de todo esse esforço ideológico e ocupacional, as ações de pacificação não surtiram efeito sobre os desvios de conduta e as práticas delituosas de crianças e adolescentes na Mangueira. Uma assistente social do CRAS⁹⁷ Candelária, com 10 anos de trabalho na favela, relatou para o autor, em entrevista⁹⁸, que os jovens entram para o crime cada vez mais cedo e que, nos últimos anos, o número de menores infratores aumentou significativamente. Mencionou que meninos com oito anos descem a favela para roubar cordões de ouro e acrescentou que há crianças com 12 anos de idade cumprindo sua segunda medida socioeducativa. Esse triste cenário, pintado por uma servidora pública experiente e responsável pelo acompanhamento das medidas socioeducativas aplicadas ao público adolescente da favela, contrasta com a expectativa por heroísmo que os policiais depositam sobre suas ações “pacificadoras”.

É difícil precisar os fatores condicionantes desse aumento da delinquência infanto-juvenil na Mangueira. Uma primeira ilação é a de que houve uma diminuição do controle exercido pelo tráfico de drogas sobre os desvios de conduta dos moradores (aqui incluídos os jovens) como um desdobramento da presença permanente da polícia. Outra inferência consistente é a de que a reorganização do tráfico de drogas pós-pacificação, pautada, dentre outras coisas, pela extinção de certas funções típicas, como fogueteiro e soldado, tenha liberado um bom número de adolescentes (já de algum modo vinculados aos negócios) de suas responsabilidades. Esse grupo, pelo menos em parte, deve ter iniciado a prática de pequenos delitos no entorno da favela. Um terceiro elemento não é propriamente uma ilação e sim uma clara constatação: a quase inexistência de ações sociais que

⁹⁶ www.upprj.com.

⁹⁷ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública municipal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias.

⁹⁸ A entrevista foi realizada, em 18 de março de 2016, nas instalações do CRAS Candelária.

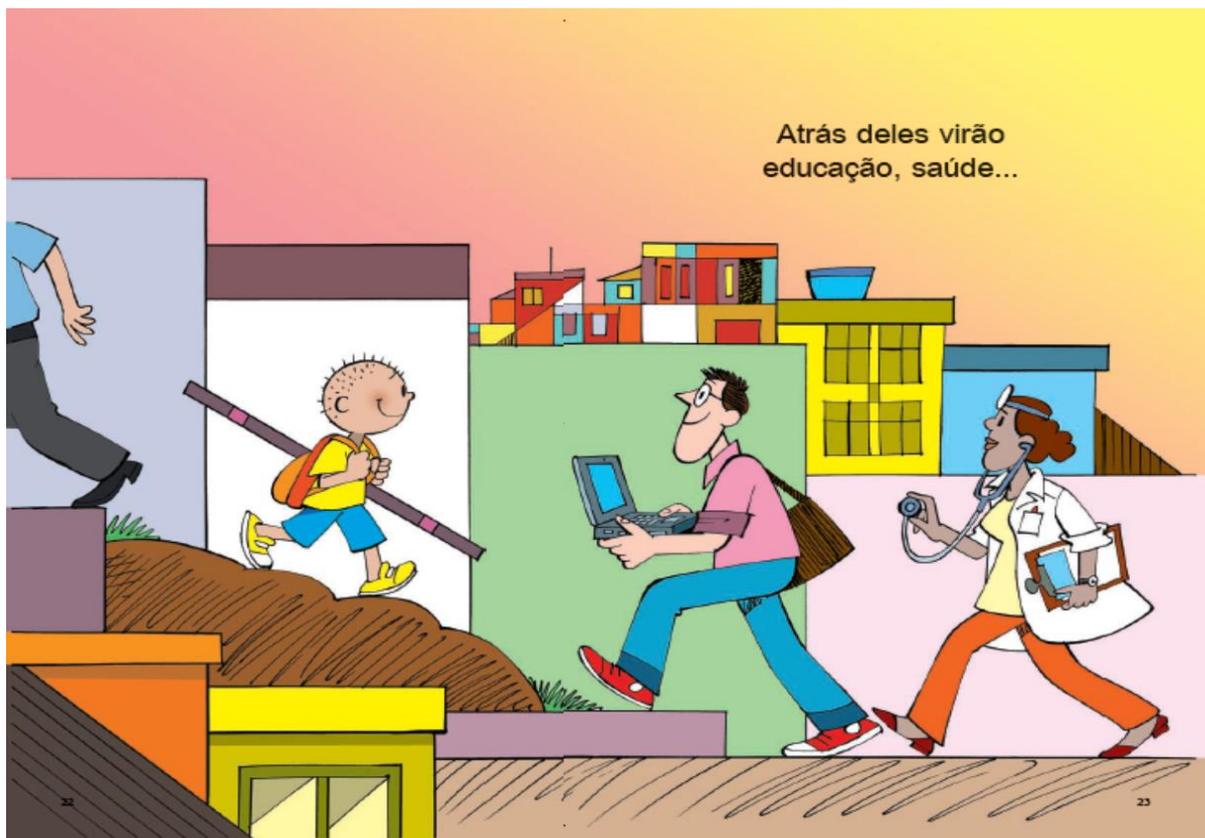
acompanhem a policialização da Mangueira. A UPP Social não foi efetivamente implantada na favela. As imagens a seguir (figuras 04 e 05), extraídas da cartilha de Ziraldo, ilustram bem a promessa de que a chegada dos serviços ocorreria após o início das atividades policiais.

Figura 5 – A UPP e a policialização da favela



Aglutinação das páginas 20 e 21 da Cartilha "UPP: a conquista da Paz".

Figura 6 – A UPP e as promessas não cumpridas



Aglutinação das páginas 22 e 23 da Cartilha “UPP: a conquista da Paz”.

Depois de quase cinco anos da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora da Mangueira, pode-se, sem maiores problemas, trocar a frase: “Eles foram os primeiros a chegar” (inscrita na figura 04) por “Eles foram os únicos a chegar”. Todos os moradores e policiais entrevistados relataram a falta dos investimentos prometidos nesta última imagem. As atividades em curso, mencionadas parágrafos atrás, são produto de um esforço do comando da UPP local e, inevitavelmente, acabam tendo uma existência mais efêmera e um alcance reduzido (geralmente, são os próprios policiais que conduzem aulas, oficinas, excursões) se comparadas a projetos de maior envergadura, realizados por outras secretarias de governo.

Os policiais entrevistados trataram abertamente do assunto, fazendo claras referências ao descaso do governo estadual na provisão de intervenções sociais:

- A polícia entrou sozinha nas favelas, falta uma maior participação do Estado;
- Fazemos coisas que não são a nossa função, nossa função é garantir a segurança;
- A UPP na teoria é excelente, porém o governo não investe em outras áreas.

Uma ilustração pintada em um dos muros da Rua Visconde de Niterói, nas proximidades da sede da UPP, sugere não apenas a inexistência de projetos sociais na Mangueira, mas uma abordagem policial descolada do ideal comunitário tão propagado pelo *slogan* da pacificação de favelas, como mencionado ao longo deste trabalho.

Fotografia 1 – UPP Social



Fotografia do autor, de 30 de julho de 2015.

Esse quadro de escassez de investimentos inviabiliza a garantia de direitos fundamentais aos moradores da Mangueira e torna os adolescentes e jovens mais vulneráveis ao envolvimento em atividades criminosas. Certamente, esse fator contribui com boa intensidade para a regulação da supramencionada delinquência infanto-juvenil na favela.

Uma observação mais panorâmica de todo conteúdo da cartilha de Ziraldo revela que, ao mesmo tempo em que a atuação policial é superdimensionada, as perspectivas intelectuais e a capacidade de escolha dos moradores da favela são amesquinçadas. Estes são sempre representados como figuras passivas e, em larga

medida, incultas diante das inúmeras transformações atribuídas às ações de pacificação.

Figura 7 – A UPP exige respeito



Página 28 da Cartilha "UPP: a conquista da Paz".

A imagem acima – para além de um estímulo à solidariedade para com os deficientes visuais – sugere que a ação policial é que possibilita a manifestação do respeito ao próximo e a obediência às leis, como se os moradores das favelas cariocas não soubessem quais são suas responsabilidades ou como se fossem incapazes por si mesmos de tratar respeitosamente seus vizinhos.

As próprias afirmações do secretário de segurança José Mariano Beltrame apontaram, quando do início da pacificação, os moradores das favelas do Rio como incultos e desorientados. O fragmento de texto abaixo, extraído dos trabalhos de

LEITE (2012; 2014), reproduz uma emblemática declaração⁹⁹ do referido secretário a esse respeito.

Tenho recebido e visitado os moradores dessas comunidades com frequência. Há uma dívida social que veio desde a colonização destas terras. A maioria negros, pardos, mulatos, pobres e muito pobres. Carências tão grandes que é preciso ajuda-los a pedir, pois lhes é difícil até priorizar as emergências.

Essa declaração, diga-se de passagem, ecoou fortemente entre os policiais entrevistados pelo autor. Todos, à exceção do comandante da UPP¹⁰⁰, confirmaram o entendimento do secretário de que os moradores da Mangueira são tão carentes ao ponto de se tornarem incapazes de pedir sem a ajuda de terceiros.

Os agentes responsáveis pela promoção da “pacificação de favelas” fazem não apenas declarações e descrições sobre os moradores desses espaços. Aqueles se apresentam como verdadeiros *hors concours*, capazes de ensinar, analisar e até decidir sobre e à revelia da vontade destes.

LEITE (2014), depois de sugerir que o programa de pacificação constituiria um novo dispositivo para gestão do que ela chama de “territórios de margem”, fazendo clara alusão às favelas cariocas e aos seus moradores, emprega o termo “favelismo”, como a busca por “colonizar aqueles territórios e civilizar aquela população, ali produzindo dispositivos de ordem territorial e normalização específicos para reconfigurar as favelas ‘pacificadas’ como margens disciplinadas e ‘integráveis’”.

Não existe um conceito de “favelismo”, há apenas noções preliminares e preparatórias, podendo-se admitir interpretações diversas e até contraditórias para este termo. Celso Athayde¹⁰¹, por exemplo, definiu “favelismo” como “a disseminação dos valores das favelas”¹⁰², reivindicando para si a criação do termo, em abril de 2016, o que mostra seu desconhecimento sobre o trabalho mencionado no parágrafo anterior.

⁹⁹ Conforme LEITE (2012) afirmou em nota, a declaração consta no site www.uppsocial.com.br/o-projeto, consultado em novembro de 2011.

¹⁰⁰ O Major Márcio Rodrigues argumentou que a questão central não é que os moradores não saibam priorizar as emergências, mas que optam sempre por questões individuais.

¹⁰¹ É autor ou coautor de: *Falcão: meninos do tráfico*, *Falcão: mulheres e o tráfico* e *Cabeça de Porco*, livros que trabalham a temática da favela. Também é fundador da Central Única de Favelas (CUFA).

¹⁰² Disponível em: <https://zh-cn.facebook.com/celsoathaydepro/posts/948415215275731>. Consulta realizada em 18 de agosto de 2016.

Essas diferentes concepções resultam da grande variedade de significados atribuídos ao afixo “ismo”, que pode, segundo o *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*, designar desde doutrinas, sistemas, tendências, atitudes ou atividades – o que parece dar sentido ao “favelismo” de Athayde –, até doenças, como reumatismo, daltonismo etc. Essa última acepção é compatível com a ideia, presente no trabalho de LEITE (2014), de que as Unidades de Polícia Pacificadora teriam por objetivo “reconfigurar as favelas” e civilizar seus moradores.

Classificar os moradores de espaços segregados dessa forma depreciativa e torpe não é algo inédito na história urbana do Rio de Janeiro. É um problema antigo, manifestado, por exemplo, na construção do mito da marginalidade¹⁰³, que definia os favelados como vagabundos, desajustados e marginais. Ou, antes disso, “na proposta dos parques proletários de civilizar os moradores de favelas”¹⁰⁴ e também no ideal de civilização burguesa ambicionado por Pereira Passos para os pobres cariocas, no início do século passado, conforme observou AZEVEDO (2003), nos longos trechos a seguir:

Na perspectiva de fomentar o seu ideal de civilização na cidade, Pereira Passos estabeleceria uma série de medidas proibitivas. Esta tencionava promover uma nova ética urbana, novos usos e costumes considerados condignos com os padrões daquilo que se julgaria civilizado. Ser civilizado em uma grande cidade seria sobretudo enquadrar-se nos códigos burgueses de civilidade, associados a posturas pertinentes ao senso de individualidade, ao reconhecimento da legitimidade do espaço privado e da percepção do espaço público como um espaço que deve ser utilizado a partir da observação às regras estabelecidas por leis. No entanto, tais leis eram fixadas a despeito de elementos da tradição popular da cidade, pois eram feitas pela elite urbana do Rio de Janeiro, na qual se destacava à época o prefeito Pereira Passos.

Assim, podemos afirmar que em sua ação reformadora o prefeito expressou uma visão de integração típica de determinados setores da elite europeia – perplexos diante do fenômeno do crescimento da classe operária – que, a partir de uma visão de mundo aristocrática, pensaram em ‘elevar espiritualmente o operariado’, possibilitando o seu convívio com as elites urbanas das grandes cidades através de sua adesão à visão de mundo destas (...). Longe de empreender uma intervenção urbana com o fim de isolar as camadas populares do centro da cidade, o organicismo da reforma

¹⁰³ SOUZA (1999), ao analisar o estudo feito pela socióloga norte-americana, Janice Perlman, no Rio de Janeiro, entre fins da década de 1960 e início da década seguinte, constatou que a autora “logrou mostrar a fragilidade de alguns clichês e ideologias tanto de esquerda quanto de direita. Ela reduziu a pó a ingênua crença, comum entre observadores de esquerda nos anos que precederam o golpe militar de 1964, de que os favelados, em razão de sua condição de explorados, seriam contestadores natos do *status quo*, potencialmente receptivos à pregação revolucionária; mas também demoliu os estereótipos simplistas e estigmatizantes abrigados no campo conservador – notadamente a visão dos favelados como ‘parasitas’, ‘desajustados’, ‘vagabundos’ etc.”.

¹⁰⁴ Como afirmou LEITE (2014).

urbana de Pereira Passos pensou em aproximar e atrair o operariado ao centro do Rio de Janeiro, a fim de que este, inserto em uma ética burguesa na utilização do espaço público, disseminasse a urbanidade desejada pelo prefeito para além dos limites do centro urbano.(Os grifos são do autor desta dissertação)

As arejadas constatações, veiculadas nas citações em tela, permitem reconhecer que o ideal “civilizatório” das elites cariocas perpassa a história da cidade, pelo menos em seu período republicano.

O autor da presente dissertação visualiza grandes semelhanças ideológicas entre os trechos sublinhados nas citações acima e as práticas, posturas e declarações oficiais usadas para justificar a “pacificação das favelas” cariocas, em que pese o fato da Reforma Passos estar distante um pouco mais de um século da criação das UPPs e de ambas serem intervenções de natureza distinta: a primeira foi uma transformação urbanística do centro do Rio de Janeiro e a segunda é um projeto de policiamento permanente e ostensivo de algumas favelas da cidade.

Um aspecto interessante é que as contradições do espaço urbano existentes no Rio de Janeiro, da virada do século XIX para o século XX, conforme registrou ABREU (2013), mesmo sendo resolvidas pelas intervenções de Pereira Passos¹⁰⁵, geraram novas contradições para o momento de organização social seguinte. A esse respeito, o referido autor declarou:

É a partir daí [Reforma Passos] que os morros situados no centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século [XX] – a favela (...). A destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela, a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego.

O referido autor ainda considerou que as intervenções criadas por Pereira Passos e a reorganização do espaço daí resultante não eram compatíveis com a presença dos pobres na área central da cidade. Neste aspecto, sua abordagem difere substancialmente daquela apresentada na citação de AZEVEDO (2003), reproduzida parágrafos atrás. Este entendeu que o objetivo de Passos não era o de isolar e sim o de aproximar os pobres do centro do Rio, para que, uma vez

¹⁰⁵ ABREU (2013) declarou que o Reforma Passos representou, “para o Rio de Janeiro, a superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial-escravista, e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do modo de produção capitalista”.

doutrinados pela ética hegemônica, pudessem ser vetores de propagação de seus ideais de urbanidade e conduta.

Em se tratando da “pacificação de favelas”, também não faltam evidências de que as declarações e publicações da secretaria de segurança, além das ações policiais, inclusive na Mangueira, não se limitam a um paternalismo ou a uma tentativa de controle moral dos moradores das favelas cariocas. O que está em jogo é a construção de um *bom senso*, em termos gramscianos¹⁰⁶, para explicar quem são e como devem pensar e agir os moradores de favelas.

Um dos maiores diferenciais de Antonio Gramsci, em relação a outros pensadores de corte marxista, é que sua produção intelectual valoriza as dimensões política e cultural no entendimento do ser social. Suas análises não ficam restritas à esfera econômica. Nesse contexto, ele trata com muita lucidez de questões como a transmissão da ideologia da classe dominante e o controle do consenso. Além disso, faz uma importante avaliação da atuação e da finalidade do Estado, com base em sua experiência e militância na Itália fascista, das décadas de 1920 e 1930. Mesmo que suas teorizações tenham sido feitas em outro contexto, seu conteúdo pode ser extrapolado, com os devidos cuidados e ajustes necessários, para o entendimento da relação entre o Estado e a população pobre estabelecida em espaços segregados, aqui especialmente os moradores das favelas cariocas “pacificadas”.

Gramsci afirmou, em um dos seus *Cadernos do Cárcere*¹⁰⁷, que o Estado tem por finalidade:

Criar novos e mais elevados tipos de civilização, adequar a civilização e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto, elaborar, também fisicamente, tipos novos de humanidade.

¹⁰⁶ Antonio Gramsci foi um importante teórico da primeira metade do século XX, fortemente influenciado por concepções socialistas e pelas obras de Marx. A maior parte de sua produção intelectual está reunida nas *Cartas* e nos *Cadernos do Cárcere*, cuja redação teve início a partir do final de 1926, quando Gramsci foi preso por determinação do governo fascista de Mussolini. Segundo SIMIONATTO (2004), as páginas das *Cartas* “fornecem, no seu conjunto, mesmo que fragmentariamente, elementos de uma ampla autobiografia, constituindo uma obra histórica que remete à relação de vida pessoal com a realidade concreta. São páginas cheias de humanidade, que nos fazem penetrar no mundo das reflexões e dos afetos mais íntimos de Gramsci e que ajudam, sobretudo, a seguir fases importantes do nascimento e desenvolvimento das notas contidas nos *Cadernos do Cárcere*”. A publicação das *Cartas* e dos *Cadernos* acontece postumamente. A primeira edição das cartas ocorreu em 1947 e os *Cadernos* foram publicados a partir do ano seguinte.

¹⁰⁷ GRAMSCI (1977) *apud* SIMIONATTO (2004).

E o *bom senso* será o elemento central da elaboração desses “novos tipos de humanidade”, a que se refere o autor. Faz-se necessário, nesse momento, esclarecer que o *bom senso* é a base do consenso social, está situado no tempo (portanto, pode mudar com as transformações sociais e os conflitos daí resultantes) e ele também apresenta uma coerência interna e uma intencionalidade.

Para o filósofo francês DEBRUN (2001), um importante comentarista¹⁰⁸ do trabalho de Gramsci, as causas do aparecimento do *bom senso* não são acidentais, ou seja, não são determinadas simplesmente por exigências de uma época, mas “só podem residir nas motivações concretas de determinados grupos”. Essa afirmação enverniza teoricamente as constatações empíricas do autor dessa dissertação sobre a “pacificação dos moradores” da Mangueira. As várias entrevistas e trabalhos de campo realizados, as informações veiculadas pelos canais de comunicação do Estado (principalmente, o site oficial das UPPs), as declarações do secretário Beltrame e as publicações da secretaria de segurança, a exemplo da Cartilha, analisada neste capítulo, fornecem material suficiente para sustentar a tese de que as “ações de pacificação” ambicionam não apenas a disseminação de novos códigos de conduta para os moradores de favelas, mas a apresentação de uma nova concepção de vida que se pretende que seja consensual entre estes.

O supracitado filósofo francês ainda considerou que a contribuição do *bom senso* para o fortalecimento da hegemonia de um determinado grupo pode ocorrer de diversas maneiras, que vão desde a “adaptação coletiva às exigências éticas ou técnicas da nova civilização [em construção]” até o controle do sistema educacional, passando por questões como o reforço das posições de mando do grupo hegemônico e o estabelecimento do consenso no grupo dominado.

Nesse ínterim, torna-se imprescindível a atuação de intelectuais, que Gramsci chega a chamar de “comissários do grupo dominante”¹⁰⁹ e também do que ele nomeia de “aparelhos privados de hegemonia”, a saber, a escola, os meios de comunicação de massa etc. MODESTO (2014), em sua interpretação gramsciana,

¹⁰⁸ Michel Maurice Debrun assessorou o Ministério da Educação brasileiro, no final da década de 1960, e tornou-se professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, na década seguinte. Essa grande vivência no Brasil, associada à notória relevância de seu trabalho, lhe renderam, em 1982, o título de Livre-Docente em Filosofia Política pela mesma universidade. Na oportunidade, Debrun apresentou trabalho sobre o tema: “A partir de Gramsci: Filosofia, Política e Bom Senso”.

¹⁰⁹ GRAMSCI (1977) *apud* SIMIONATTO (2004).

considerou que o “uso dos aparelhos privados advém da necessidade de conquistar consenso ativo organizado como base para dominação (...)”.

Atualmente, olhando para a problemática da segurança no Rio de Janeiro, essa estratégia de busca do consenso ganha sentido diante da percepção do Estado e das elites urbanas de que é impossível conter e invisibilizar (por completo) a força e a diversidade da população residente nas favelas cariocas. Se até meados dos anos 1990, as favelas mal figuravam nos mapas cadastrais da Prefeitura do Rio de Janeiro, atualmente, elas chegam a constituir cenários para várias tramas televisivas¹¹⁰ (o que, obviamente, não significa que as representações realizadas são verossímeis e condizentes com o cotidiano dos seus moradores).

Retomando o contexto apresentado nos parágrafos anteriores, é necessário destacar que há notória resistência de um bom número de moradores da Mangueira quanto ao estabelecimento da UPP na favela, quer por uma compreensão mais clara dos reais propósitos da pacificação, quer pela insatisfação com algumas ações policiais ou pelo temor de que futuramente, em um possível quadro pós-pacificação, o tráfico de drogas penalize aqueles que têm mantido diálogos frequentes com os policiais, como bem destacou um casal de meia idade, residente na Candelária, durante entrevista conduzida pelo autor, em 18 de março de 2016.

Sete dos doze moradores entrevistados são adolescentes ou jovens. Estes demonstraram insatisfação com a conduta de alguns policiais da UPP. Foram feitos relatos de revistas desrespeitosas, de agressão contra adolescentes, de conduta inadequada no relacionamento com as meninas residentes na favela e também de atitude racista, como a que foi exposta¹¹¹ por uma jovem de 17 anos, moradora da Fundação. Ela relatou que seu primo, um rapaz negro, passou por duas revistas policiais, em um mesmo dia, quando retornava para sua casa, enquanto seu namorado, branco, fazendo o mesmo percurso, não foi revistado em momento algum.

Embora esse tipo de prática não encontre respaldo na atuação de todos os policiais lotados na Mangueira – como bem destacou outra jovem, moradora da

¹¹⁰ A Rede Globo de Televisão produziu, nos últimos anos, pelos menos três novelas ambientadas em favelas: “Lado a Lado” (2012), “Salve Jorge” (2013) e “I Love Paraisópolis” (2015). Mais informações disponíveis em: <http://rd1.ig.com.br/relembre-novelas-que-abordaram-o-universo-das-favelas/>.

¹¹¹ A jovem, que informou morar na favela desde o seu nascimento, foi entrevistada no Colégio Estadual Ernesto Faria (estabelecido no entorno da Mangueira), no dia 18 de fevereiro de 2016.

Joaquina, durante entrevista¹¹² concedida ao autor: “há quem respeite, policiais tranquilos” –, os episódios supracitados ajudaram os referidos entrevistados a se posicionarem fundamentalmente de duas formas: desfavoráveis ao funcionamento da UPP ou até favoráveis, desde que sejam feitas mudanças significativas nas rotinas e práticas policiais. É bom destacar que o referencial básico para a avaliação da conduta policial pelos jovens entrevistados não foi, *lato sensu*, o histórico de violência da corporação, mas o ideal de um policiamento comunitário, prometido quando da instalação da UPP e lembrado constantemente pelos meios de comunicação de massa.

Entre os relatos dos demais moradores entrevistados, em sua maioria, pessoas de meia idade, os policiais foram caracterizados como despreparados para o que propõe o projeto de pacificação e como descuidados e até irresponsáveis com o uso do *spray* de pimenta durante operações na favela. Chamou a atenção o receio de alguns dos moradores mais velhos em fazer comentários sobre a atuação policial. Uma mulher, que se identificou como líder comunitária, se negou a dar qualquer informação sobre o funcionamento da Unidade de Polícia Pacificadora, durante entrevista realizada em 30 de julho de 2015. O fato de o presente autor estar identificado como pesquisador e acompanhado de um conhecido morador da favela não impediram a referida entrevistada de manifestar grande desconforto diante de questões muito gerais sobre a relação entre os policiais e os moradores. Depois de hesitar bastante, ela declarou estar “despreparada para responder questões sobre a UPP” e que esse tema de segurança pública poderia ser muito bem esclarecido pelo vice-presidente da associação de moradores, Thiaguinho da Mangueira. Além desse, houve outro caso em que dois moradores, também entrevistados pelo autor¹¹³, demonstraram bastante temor diante de questões relacionadas ao “trabalho de pacificação”.

Esse quadro contrasta bastante com os dados levantados em uma pesquisa realizada pela UPP Mangueira¹¹⁴ com os moradores da favela, em agosto de 2015.

¹¹² Essa jovem de 16 anos também foi entrevistada no Colégio Ernesto Faria, em 18 de fevereiro de 2016.

¹¹³ Durante trabalho de campo realizado na Candelária, em 18 de março de 2016.

¹¹⁴ Há elementos suficientes para supor falta de rigor no desenvolvimento deste *survey*, quer pela inexperiência em pesquisa dos policiais envolvidos (sobretudo nos aspectos metodológicos), quer por ser tratar de um estudo elaborado pela polícia para fundamentalmente medir o sucesso de seu próprio trabalho, sem qualquer tipo de monitoramento externo. O relatório com os resultados da pesquisa não foi disponibilizado para o autor sob a alegação de se tratar de um documento interno.

Segundo o soldado Assed, responsável pelo setor de relações públicas da referida UPP, a elaboração dos questionários e a definição da metodologia dessa pesquisa ficaram por sua conta e as entrevistas foram realizadas por policiais novatos, descaracterizados e orientados a informar aos moradores que pertenciam aos quadros da Prefeitura do Rio de Janeiro. De acordo com Assed, apenas 18% dos 700 entrevistados mencionaram ter problemas com a polícia, os demais 82% destacaram outros problemas existentes na Mangueira (sem relação com a atuação policial), o que aponta para uma significativa aceitação do trabalho desenvolvido pela UPP.

Em que pese o fato de o número de entrevistados na pesquisa supracitada ter sido muito superior ao de interlocutores do autor desta dissertação¹¹⁵, que se configura como um estudo visivelmente mais qualitativo e consistente, é de estranhar tamanha discrepância em relação à satisfação dos moradores com as ações policiais nos dois estudos.

As insatisfações ouvidas pelo presente autor constituem um obstáculo ao estabelecimento da concepção de vida que se pretende disseminar entre os moradores da Mangueira. Por mais que exista um esforço do comando da UPP de manter um relacionamento mais amistoso com eles, como se mencionou alhures, as manifestações violentas e visivelmente preconceituosas de alguns policiais somadas ao discurso recorrente de que os moradores da favela precisam mudar sua cultura comprometem substancialmente o alcance das “ações de pacificação” e a mudança pretendida no *status quo* da Mangueira.

A concepção teórica do “projeto de pacificação” tornou-se muito fragilizada quando desconsiderou a capacidade de reflexão e questionamento dos moradores das favelas cariocas. Nesse contexto, são apropriadas as constatações de MAFFESOLI (2005), para quem:

Com efeito, não se deve esquecer que, em todas as épocas, e de diversas maneiras, a “reserva” popular soube desenvolver uma tradição de desconfiança, de ironia, de humor em relação a todas as formas de poder (...).

Segundo o Comandante Márcio Rodrigues, o acesso ao mesmo só seria possível mediante solicitação ao Comando Geral das UPPs.

¹¹⁵ Como se mencionou na introdução deste trabalho, o autor entrevistou 29 pessoas, das quais, 12 são moradores e/ou líderes comunitários, 07 são policiais e 10 são residentes ou trabalhadores no entorno da Mangueira.

O autor ainda considera que a referida “reserva popular” frequentemente gera atitudes que vão desde levantes e revoltas agressivas até um simples quadro de indiferença e também que tais ações são, ao mesmo tempo, causa e efeito do *senso comum*, visto, nessa ótica, “como uma forma de resistência que assegura o perdurar societal na longa duração”.

Essa abordagem mostra-se muito consistente para o entendimento dos relatos colhidos pelo autor desta dissertação quando da realização de trabalhos de campo na favela. Algumas ações dos moradores da Mangueira escapam visível e conscientemente às imposições ideológicas da “pacificação” e à tentativa de estabelecimento de um consenso nos moldes gramscianos. Essa percepção começou a aflorar a partir do diálogo com o primeiro interlocutor do autor¹¹⁶ e foi reforçada por observações e reflexões feitas ao longo da pesquisa. Foram vistos casos em que moradores se mostraram indiferentes às ações policiais e também ouvidas declarações que deixaram entrever uma resistência ao que era proposto ou realizado pela UPP.

Esse enfoque sobre a força do *senso comum* vai de encontro ao que propõe Antonio Gramsci, para quem o *senso comum* é algo importante, mas incapaz de promover significativas mudanças diante da ideologia dominante. DEBRUN (2001), ao estudar os escritos gramscianos, constatou que o *senso comum* “consiste num aglomerado de opiniões sem conexão orgânica, incapazes de se oferecer em uma inteligibilidade mútua e que, por isso, se apresentam como dogmas avulsos”.

Gramsci vincula a mudança social à passagem de um momento corporativo (ou meramente econômico) para um momento ético-político, na consciência dos homens. O escritor marxista ainda estabeleceu etapas¹¹⁷ para a tomada de consciência política e ideológica das forças sociais e também considerou a

¹¹⁶ Um jovem com pouco mais de vinte anos. Além de conceder uma entrevista, em 30 de julho de 2015, ele acompanhou o autor na realização do primeiro trabalho de campo na favela.

¹¹⁷ SIMIONATTO (2004), ao analisar os escritos gramscianos, identificou as seguintes etapas ou momentos: “o primeiro é o econômico-corporativo cujas relações evidenciam ‘a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unicidade do grupo social mais amplo’; o segundo momento ‘é aquele que adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes; reivindica-se o direito de participar da administração e da legislação e talvez de modificá-las, reforma-las, mas dentro dos quadros fundamentais existentes’. Um terceiro momento é a fase mais estritamente política, ou fase da hegemonia propriamente dita, ‘na qual se atinge a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados’”.

constituição de classe a partir de uma relação dialética entre hegemonia e subalternidade, o que demonstra um caminho crível – sobretudo pensando a Itália das décadas de 1920/30, *lócus* privilegiado de observação do autor –, mas não único, para o entendimento da sociedade.

O autor desta dissertação, embora concorde com Gramsci acerca da multiplicidade de abordagens possíveis do senso comum, deve ressaltar que o pensador marxista, ao que tudo indica, não contemplou em seu arcabouço teórico a possibilidade das diversas experiências individuais (que dão forma ao *senso comum*) convergirem para um mesmo ponto, ou seja, tomarem uma mesma direção em situações adversas, independentemente da luta política de classe.

Outro aspecto que precisa ser destacado é que o *senso comum* pode ser tanto um conjunto de ideias distintas e desvinculadas – vistas, de modo geral, como distantes do cultuado rigor científico –, como um amálgama de manifestações que soldam as relações das pessoas em torno do seu *lugar*. É o contexto que definirá qual dessas concepções estará em jogo.

Algumas das manifestações dos moradores da Mangueira não tinham vínculo com o ideário da luta de classe, eram simples questionamentos diante de certos problemas da favela, mas que ganhavam força quando eram partilhados e repetidamente canalizados para a UPP, entendida, no quadro de carência assistencial do Estado, como uma espécie de receptáculo das queixas e insatisfações da população local. O próprio comandante Márcio Rodrigues, na entrevista mencionada algures, declarou que ouvia os moradores para diminuir as ocorrências policiais na favela, o que dá indícios de que uma parcela dos mangueirenses apresenta um comportamento potencialmente reativo em face de adversidades.

Enfim, o *senso comum*, mesmo denso, diverso e em constante mutação, pode, em conjunturas específicas, como se advoga neste trabalho, reagir às ações de um novo *bom senso*, veiculado por um grupo dominante. O referido *senso comum* é, nesse contexto, a personificação dos moradores da favela situados no meio do percurso (movimento) que vai dos indivíduos aos sujeitos ou da singularidade em direção à universalidade.

3.3 Olhando de perto o território da Mangueira: Sujeito não hegemônico e Pessoas-para-o-outro “*versus*” Agência (reflexões introdutórias que apontam uma agenda de pesquisas)

As questões apresentadas no final da seção anterior foram amplamente discutidas por CAMPOS (2011, 2013, 2014), para quem existe um movimento ascendente de *indivíduo humano* para a *pessoa-para-si* (um estar-no-mundo sem interação) e desta para a *pessoa-para-o-outro* (a interação, a troca, o estar-no-mundo-com-os-outros) até chegar, finalmente, ao *sujeito* (um coletivo de *pessoas-para-o-outro* que se funda na construção de um projeto e em um acontecer histórico).

O citado movimento ascendente leva consigo um ganho qualitativo em termos de mudança social e construção da história. O mesmo não se pode dizer do movimento oposto, o descendente, que, chegando ao indivíduo, torna-se operacional apenas para o tratamento estatístico e matemático, como, por exemplo, na produção dos censos populacionais.

É importante destacar, conforme registra o autor supracitado, que a passagem do *indivíduo* ao *sujeito não hegemônico* (não universal) é acompanhada pelo movimento da singularidade até a particularidade. O *sujeito da universalidade*, paradoxalmente, é autor de uma história exclusiva e excludente, em que não se projeta um horizonte de mudança, salvo nas situações em que uma alteração do *status quo* reforce sua condição hegemônica, como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 03 – Base de atuação e os recortes socioespaciais do sujeito

Universalidade	Sujeito	Dimensão espacial ou territorial, os elementos da história são percebidos em quase toda parte, contudo a história não pertence a todos os sujeitos, mas aos grupos hegemônicos e legitimados pela dimensão da pessoa-para-o-outro sem projeto de alteração-transformação radical da mudança.
Particularidade	Sujeito	Produção do imaginário, sentido de si e dos outros – lida com as imaterialidades da relação entre si, entre os outros e as coisas.
	Pessoa-para-o-outro	
Singularidade	Pessoa-para-o-outro	Explicado pela corporeidade e pela relação direta com as coisas, incluindo aí o lugar.
	Pessoa-para-si	

Fonte: Extraído na íntegra de CAMPOS (2013).

Agora, dois aspectos relevantes devem ser mencionados. O primeiro é que nem todas as *peessoas-para-o-outro* formulam projetos que ambicionem a mudança social e, por esta razão, não chegam a constituir *sujeito*. Os moradores da Mangueira, mencionados alguns parágrafos atrás, não chegaram a constituir um *sujeito*, o que também não significa uma postura imobilista e comodista, como se pôde perceber. O outro aspecto importante trata da necessidade de recorrer à particularidade para visualizar as histórias e ações das *peessoas-para-o-outro* e também o protagonismo dos *sujeitos não hegemônicos*. CAMPOS (2011) mostra que “o sujeito dos movimentos sociais forma-se na dimensão da particularidade, onde história e projetos são gestados para estágios descendentes ao seu (...)”.

O grande problema da *universalidade* está em rotular e homogeneizar o que – por uma questão de justiça e igualdade social – precisa se manter diverso, apagando as especificidades dos *sujeitos* que são considerados inaceitáveis pelos grupos hegemônicos ou, no limite, transformando-os em *não-sujeitos*, conforme observou LIMA (2014), no trecho reproduzido a seguir:

A supressão do sujeito do conhecimento nos mais variados contextos da modernidade consistiu, igualmente, em um expediente político de ocultamento dos diferentes sujeitos sociais que não se adequassem ao perfil das classes hegemônicas da sociedade capitalista. Assim, indivíduos brancos, cristãos, de sexo masculino, de classe alta e, pelo menos na vida pública, heterossexuais teriam sua condição de sujeito garantida em prejuízo de todos os outros que não se enquadrassem nesse perfil. Tais agentes seriam convertidos, então, em não-sujeitos, ou seja, em objetos daqueles que se investiram do estatuto (universalista) de sujeito histórico.

Boa parte das associações de moradores das favelas cariocas pode ser vista como *sujeito não universal*. Em que pese o fato de muitas dessas instituições terem sido cooptadas por políticos e líderes religiosos mal intencionados ou intimidadas e controladas por traficantes de drogas, como ficou visível por ocasião das intervenções do programa de urbanização Favela-Bairro, a ideia da construção coletiva de projetos e de um acontecer histórico, que acompanha a gênese e o desenvolvimento de várias dessas associações, desautoriza, nos marcos de uma teoria socioespacial crítica, que elas sejam rotuladas como *não-sujeitos*.

Os relatos do vice-presidente da associação de moradores da Mangueira e de um de seus diretores, colhidos durante trabalho de campo realizado pelo autor, em 30 de julho de 2015, dão indicativos de que está sendo gestado um projeto que ambiciona mudanças socioespaciais na favela. O referido vice-presidente,

Thiaguinho da Mangueira, declarou que a nova direção da associação de moradores surgiu de uma manifestação da população local contra o descaso e a corrupção das gestões anteriores. De acordo com a declaração de um dos diretores da atual gestão, as eleições realizadas na favela, em 2014, puseram fim ao controle exercido pelo tráfico de drogas na associação de moradores¹¹⁸.

Para além do “expediente político de ocultamento dos diferentes sujeitos sociais que não se enquadrassem ao perfil das classes hegemônicas”, mencionado no supracitado fragmento, extraído de LIMA (2014), situações como essa, dificultam ainda mais um reconhecimento mais amplo da associação de moradores como *sujeito histórico*. Alguns policiais entrevistados pelo autor comentaram a existência de vínculos entre esta e os traficantes locais. O próprio Thiaguinho da Mangueira, ao analisar a questão em tela, afirmou que: “a associação de moradores ainda é considerada a parte burocrática do tráfico: organiza baile, tira traficante das mãos da polícia. Há uma tentativa de romper com isso”.

Na verdade, o ocultamento de muitos sujeitos históricos também é parte de uma compreensão enviesada de mundo, presente nos trabalhos de muitos estudiosos, inclusive geógrafos. Analisar todos os sujeitos de uma perspectiva universalista, deixando à margem suas contingências e particularidades, é uma forma muito abstrata e restritiva de tratar a produção do espaço geográfico.

Ao tratar da elisão do sujeito no discurso ambiental, LIMA (2014) identificou que a visão holística acerca da problemática ambiental tem turvado a compreensão do papel das ações do homem na produção da natureza e do próprio espaço.

Admitir o “homem” como um dado universalista, um fator objetivo essencialista, sem inferir acerca das complexas determinações históricas e geográficas que incidem sobre a produção social e que lhe conferem identidades (de classe, de raça, de gênero, de territorialidade, etc.), é uma forma, sob certo sentido, de não reconhecer homem algum (...). Não obstante, os geógrafos têm reiterado, eloquentemente, essa concepção universalista de homem. A começar por geomorfólogos, climatólogos, biogeógrafos, dentre muitos outros especialistas que encontram na retórica da intervenção antrópica um suposto alento para um corpo de doutrinas teórico-metodológicas que não comporta os sujeitos sociais na qualidade de agentes transformadores do espaço geográfico.

Embora a concepção de *sujeito* implícita no fragmento acima, que parece se confundir com o conceito de *homem*, se distancie um pouco daquela defendida pelo

¹¹⁸ O entrevistado comentou que desde 2002 não havia eleições para a Associação de Moradores.

autor da presente dissertação¹¹⁹, com base nos trabalhos de CAMPOS (2011, 2013, 2014), ela é útil para mostrar que não é prerrogativa dos grupos hegemônicos invisibilizar determinados sujeitos, o problema chega, voluntária ou involuntariamente, aos círculos acadêmicos. Ou, noutros termos, especificamente gramscianos, os intelectuais podem vir a ser promotores das ideias hegemônicas ou, mais precisamente, “comissários do grupo dominante”¹²⁰.

A propósito, o próprio conceito de *sujeito* está longe de ser consensual entre os estudiosos das ciências sociais, conforme apontam os trabalhos de ORTNER (2007), LIMA (2014) e MODESTO (2014). A primeira autora, por exemplo, após sinalizar que as diferenças na conceituação de “sujeito” são antigas dentro da filosofia, identifica que apenas no século passado houve um adensamento das discussões a respeito do tema, sobretudo entre as ainda jovens ciências sociais e uma parcela do pensamento filosófico.

Na primeira metade do século XX, segundo ORTNER (2007), a discussão sobre o “sujeito” compreendeu um debate sobre as categorias de liberdade, determinismo e restrição social – arrolando, respectivamente, concepções de autores como Sartre, Marx e Durkheim – e também as ideias de Lévi-Strauss, segundo as quais, a estrutura é significativamente priorizada sobre a atuação consciente do sujeito.

A referida autora, fortemente influenciada por grandes nomes da antropologia, como Clifford Geertz e Marshall Sahlins, ao tratar do período mais atual do pensamento social e cultural, identificou três linhas de discussão sobre o “sujeito”. A primeira, de cunho pós-estruturalista, visa disseminar uma universalização do homem (os *sujeitos* aqui incluídos), como estratégia de promoção da dominação. Essa perspectiva dificulta, como bem destacou a autora, o entendimento das “tentativas dos subalternos (no sentido gramsciano) de conseguir o privilégio de se tornarem sujeitos”. A segunda linha de discussão, fomentada por reconhecidos autores, como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Marshall Sahlins, se esforça por recolocar o “sujeito” no centro da teoria social crítica e romper com o universalismo do homem (marcante no grupo anterior), mas ainda apresenta dificuldades de se libertar de uma visão estruturalista. A última linha de discussão enxerga o “sujeito”

¹¹⁹ Um coletivo de *peçoas-para-o-outro* que se funda na construção de um projeto e em um acontecer histórico.

¹²⁰ Gramsci (1977) *apud* SIMIONATTO (2004).

como complexo de uma perspectiva existencial, valorizando a questão da subjetividade, como em trabalhos de Clifford Geertz. O "sujeito" nessa concepção é capaz de buscar e dar significado às coisas.

É importante que se diga que a classificação supramencionada, embora consistente, lógica e relevante para o entendimento do pano de fundo acerca da discussão sobre o "sujeito", apresenta um filtro analítico fundamentalmente antropológico (basta ver a formação dos autores que encabeçam as linhas de discussão citadas) e não dá conta de todas as abordagens críveis sobre o tema em análise. LIMA (2014), por exemplo, procura objetivar o "sujeito" e analisá-lo conceitual e metodologicamente como algo "corporificado", de forma a destacar seu potencial de intervenção e transformação social. CAMPOS (2011), por sua vez, rompe com a ideia de "sujeito" como um ente isolado. O referido autor fez um esboço do movimento responsável pela criação coletiva do sujeito, como se tratou parágrafos atrás e também se pode perceber na representativa citação a seguir:

Não nascemos pessoa ou sujeito, nascemos indivíduos humanos, nos tornamos parte do sujeito que é coletivo. Ele se faz pela história por meio de projetos que são desenvolvidos para si e para a sociedade que se pretende construir. Compreender esta dimensão da vida é compreender que a sociedade é uma arena em constante disputa, pois somos constituídos de diferentes interesses e psiques.

É essa conceituação que o autor da presente dissertação vem utilizando para afirmar que a associação de moradores é um *sujeito*, construído coletivamente por uma parcela dos moradores da Mangueira. Isso não nega ou esconde a existência de tensões ou divergências entre os moradores da referida favela e também não assegura uma conduta genuinamente democrática de todos os líderes eleitos para conduzir a associação, mas é um indicativo de que houve um movimento de *pessoas-para-o-outro* no sentido de construir um projeto que ambiciona mudanças para a população local. Infelizmente, por conta das dificuldades operacionais de campo e dos elevados riscos à segurança pessoal do autor, não foram feitos avanços na investigação do mencionado projeto, mas se sabe por conta dos rápidos relatos de alguns moradores e das declarações de líderes comunitários¹²¹ que a diminuição das desigualdades socioespaciais figura como maior demanda constitutiva daquele *sujeito não hegemônico*. O presente autor presenciou uma das

¹²¹ Os relatos e declarações foram colhidos quando da realização dos cinco trabalhos de campo, realizados entre julho de 2015 e março de 2016.

reuniões da associação de moradores, em 30 de julho de 2015, e pôde perceber a organização e a disposição dos líderes presentes não apenas para resolver demandas cotidianas, mas, principalmente, para traçar planos de ação, que incluíam sua articulação com alguns parceiros na reivindicação de direitos fundamentais aos governos municipal e estadual.

Ao mesmo tempo em que o aludido *sujeito não hegemônico* difunde e organiza seu propósito fundamental, ele resiste ao projeto civilizatório veiculado pela Unidade de Polícia Pacificadora, como se mostrou claramente ao longo desse capítulo. Nesse contexto, a Secretaria de Segurança (com toda sua estrutura constitutiva, aqui incluídas as UPPs) poderia ser definida como uma *agência*, nos termos definidos por ORTNER (2007B), ou seja, uma instituição que pode dominar (e também resistir a) determinado grupo, bem como instituir seus propósitos e intenções através de um projeto culturalmente estabelecido, o que constituiria a “dimensão mais fundamental da ideia de agência”.

As “ações de pacificação” realizadas na Mangueira primam mais pela instituição de um projeto cultural – basta considerar os relatos de policiais, já transcritos neste capítulo, que fazem referência direta à necessidade de mudança da cultura da favela (e de seus moradores), entendida como um obstáculo a ser ultrapassado ou um problema a ser vencido – do que propriamente pelo exercício visível de dominação, que, entretanto, não deixa de estar presente.

A autora supracitada, após analisar alguns estudos etnográficos, concluiu que o exercício de poder e a dominação dos poderosos sobre outros “raramente é um fim em si, mas está, antes, a serviço da realização de seus próprios projetos”. Essa proposição teórica, muito semelhante aos escritos gramscianos já mencionados neste trabalho, dá envergadura ao argumento, recorrente aqui, de que tanto as declarações e publicações oficiais da secretaria de segurança, a exemplo da Cartilha assinada por Zivaldo, como as intervenções da “polícia de pacificação” na Mangueira têm a intencionalidade de mudar o *status quo* da favela, de criar um novo *bom senso* para explicar aos seus moradores quem eles devem ser e quão distante estão do ideal pretendido. Essa é a força motriz da *agência* e é na questão da realização do seu projeto civilizatório que são investidos os seus recursos mais bem elaborados.

A questão da autonomia – entendida aqui não simplesmente como autossuficiência, conforme ensinam as ciências naturais, mas como o direito ou a

possibilidade de se governar por si mesmo, sem a tutela de outrem – deve receber significativa atenção para o entendimento da relação entre a *agência* (secretaria de segurança → UPP), o *sujeito não hegemônico* (associação de moradores) e os moradores da Mangueira. Isso ficou implícito ao longo deste capítulo, sobretudo quando se afirmou a existência de uma postura paternalista e civilizatória da polícia. Entretanto, é analisando o projeto de implantação de fóruns comunitários pela UPP local ou o funcionamento do Núcleo de Mediação de Conflitos que se podem perceber com maior nitidez as dificuldades de se superar um ordenamento territorial visivelmente heterônimo.

O projeto dos referidos fóruns comunitários foi apresentado ao autor pelo policial Maicon Assed¹²², durante entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2016, como uma estratégia para estreitar a relação entre os moradores e os policiais da UPP. O entrevistado mencionou a criação, em setembro de 2015, de três fóruns que compreenderiam as “15 localidades da favela”. Esses espaços de diálogo foram concebidos para tratar mensalmente das demandas da população local e, em seguida, encaminhá-las para uma reunião geral que deveria ocorrer (também mensalmente) na quadra da escola de samba.

O assunto já havia sido noticiado na seguinte matéria: “UPP Mangueira cria projeto de subdivisão de áreas para aproximar a polícia aos moradores”, veiculada, em 21 de setembro de 2015, pelo site oficial das UPPs. Em que pese o fato desta reportagem prever a criação de 10 fóruns e não apenas três (como informado ao autor durante a entrevista citada há pouco), o seu texto, de forma geral, coincide com o que havia sido mencionado pelo policial Assed.

A reportagem pormenorizou as etapas de criação dos fóruns, que incluíram:

- “pesquisa, planejamento e mapeamento da necessidade local”;
- divulgação sobre a implantação do fórum através da distribuição de panfletos;
- constituição do fórum, 48 horas após a entrega dos panfletos.

Cada fórum foi formado por quatro policiais – um mais graduado e três soldados – que deveriam trajar uma farda branca e distribuir panfletos explicativos, contento o número de seu telefone e também um número para contato com o

¹²² Responsável pelo setor de relações públicas da UPP Mangueira.

comandante da UPP, a exemplo do prospecto a seguir, obtido pelo autor durante a referida entrevista com o policial Assed.

Figura 8 – Panfleto do Fórum Candelária

FÓRUM CANDELÁRIA
CX. D'ÁGUA E PEDREIRA

Você sabe quem são os policiais responsáveis pelas demandas da sua localidade?

SD BARAÚNA

O canal de voz para diálogo, solicitações e informações sobre demandas acerca da SUA área é:

(21) 96414-9492

e-mail:
forummangueiraupp@gmail.com

Contamos com sua colaboração e nos disponibilizamos para suas solicitações.
Contem conosco!!!!

Críticas e Elogios
Comandante da UPP Mangueira: **Major Rodrigues**
(21)96413-0585

A reportagem supracitada acrescentou que “nenhum fórum teve qualquer tipo de problemas com a criminalidade, ou recebeu relatos que os moradores estavam coagidos a não manter contato”. Além disso, foi reproduzida uma declaração do comandante Rodrigues, segundo a qual existia uma expectativa de que o projeto dos fóruns mudasse a imagem da polícia diante dos moradores da favela – preocupação, é bom que se diga, recorrente nos relatos dos policiais da UPP, o que sugere, contrariando o discurso oficial, uma aceitação limitada das ações de pacificação na Mangueira.

Em uma primeira aproximação, a proposta de funcionamento dos fóruns se mostra como um razoável canal de comunicação entre a polícia (atuando aqui, fundamentalmente, na condição de intermediária e mediadora no acesso a serviços essenciais) e os moradores da favela. No entanto, uma observação mais cuidadosa,

revestida de um verniz empírico, apresenta outros contornos ao projeto criado pela UPP local.

O último trabalho de campo realizado pelo autor, em 18 de março do ano corrente, teve como um dos focos a investigação do grau de participação e envolvimento dos moradores no fórum Candelária/Caixa D'água/Pedreira e apresentou constatações relevantes, a começar pelo total desconhecimento de todos os quatro moradores entrevistados nessa oportunidade¹²³ sobre a existência do fórum ou de qualquer folheto que anuncie sua realização (ou mesmo, de comentários de vizinhos a respeito do assunto). Dois dos entrevistados, moradores de longa data do local, disseram que só tomaram conhecimento de reuniões com a polícia quando da instalação da UPP, no final de 2011, o que lança dúvidas sobre a consistência da participação popular nos fóruns, ainda que em caráter meramente informativo, e sobre a própria credibilidade do projeto (criado, não fazia seis meses, com o objetivo de ouvir a população).

Excetuando-se os diálogos com os policiais e o breve relato de uma jovem moradora da localidade (feito em fevereiro de 2016, um mês antes do citado trabalho de campo), o autor só teve conhecimento da ocorrência de uma reunião do fórum Candelária/Caixa D'água/Pedreira (realizada em dezembro de 2015), por conta das informações de uma assistente social do CRAS Candelária, cuja entrevista foi mencionada algures, e mesmo essa interlocutora tinha dúvidas se, de fato, a reunião de que participou era do fórum. A entrevistada chegou a mencionar que o encontro reuniu mais líderes comunitários do que moradores e que o “espaço foi limitado e não acomodava muitas pessoas”.

Outro aspecto sintomático do caráter heterônomo do projeto ficou visível na própria redação da reportagem citada há pouco: foram apresentadas três declarações que procuravam delimitar a criação e a execução dos fóruns com completa independência da associação de moradores – entendida, para os propósitos deste trabalho, como um *sujeito não hegemônico* – e da própria população local, como um todo, como se pode notar nos trechos reproduzidos a seguir:

¹²³ Um dos entrevistados, uma senhora com aproximadamente 60 anos de idade, trabalha em uma birosca numa importante via da Candelária, o que, a julgar pela quantidade de pessoas com quem interage, lhe dá acesso privilegiado a informações sobre eventos ou acontecimentos que ocorram nas proximidades de seu negócio.

- A ideia de criar o projeto partiu do major Márcio Rodrigues, comandante da UPP Mangueira. Ele queria fazer na comunidade algo parecido com o Gabinete Integrado de Prevenção a Violência, que existia em Barra Mansa e que era de responsabilidade da prefeitura. Ele tentou levar a ideia para a Associação de Moradores da Mangueira, porém como não despertou o interesse, decidiu ele mesmo por (*sic*) em prática;
- (...) os moradores culpavam a polícia pela falta de resposta de serviços públicos, mesmo que a função de cobrar fosse da associação de moradores;
- “(...) em vez de procurarem a associação, eles (os moradores da favela) entram em contato com a gente para resolver questões com os órgãos municipais. Sem contar que nós estamos implantando novos projetos sociais”, disse o sargento Moraes (responsável pelo fórum Mangueira I/Loteamento/Mangueira II).

Uma informação relevante é que um dos diretores da associação de moradores da Mangueira revelou, durante um breve diálogo com o autor, em março deste ano, que desconhecia a existência de reuniões dos fóruns comunitários realizados pela UPP Mangueira. Essa declaração vai de encontro ao que foi mencionado na primeira citação elencada acima, segundo a qual a associação teria tomado conhecimento do projeto e decidido por não apoiá-lo.

Para além de problematizar se a associação de moradores foi ou não procurada para participar da execução do projeto, o autor tem grandes dúvidas de que a UPP tenha esboçado preocupação em realizar uma parceria com o referido *sujeito não hegemônico* e alguns moradores da favela para pensar a elaboração do projeto – o que, certamente, traria algum ganho de autonomia para estes, notadamente, “em sentido fraco”¹²⁴, para utilizar uma expressão cunhada por SOUZA (2006). O que corrobora para o entendimento de que a UPP desconsiderou a provável contribuição da associação na criação dos fóruns é o relato do policial

¹²⁴ Buscando complementar as concepções teóricas castoriadianas, SOUZA (2006) propõe a “conveniência de uma diferenciação entre *autonomia ‘em sentido forte’* e *autonomia ‘em sentido fraco’*. Em ‘sentido forte’ a referência à autonomia equivaleria a ater-se a um horizonte de pensamento e ação: o projeto de construção de uma sociedade basicamente autônoma. Já o ‘sentido fraco’ refere-se à necessidade de valorizar conquistas táticas e conjunturais em meio a uma navegação de longo curso, durante a qual, mesmo sem superar os marcos gerais heterônomos, avanços menores, localizados, para além do significado positivo que possam ter em si mesmos (redistributivo, político ou outro), podem colaborar, político-pedagogicamente, para abrir caminho para conquistas mais ambiciosas no futuro”. Além de criar essa diferenciação, SOUZA (2006) também trata da distinção entre *autonomia individual* e *autonomia coletiva*, presente nos trabalhos de Castoriadis. A primeira consiste na “capacidade individual de decidir com conhecimento de causa e lucidamente, de perseguir a própria felicidade livre de opressão” e a segunda é “a existência de instituições garantidoras de um acesso realmente igualitário aos processos de tomada de decisão sobre assuntos de interesse coletivo e auto-intuição lúcida da sociedade, em que o fundamento das ‘leis’ não é metafísico, mas a vontade consciente de homens e mulheres” (SOUZA, 2006). O autor desta dissertação, embora reconheça a importância desta última forma de classificar a autonomia, em seu sentido castoriadiano, resolveu não adotá-la no presente trabalho para não alongar demasiadamente a discussão sobre o tema.

responsável pelo setor de relações públicas na Mangueira, obtido durante entrevista já mencionada anteriormente. Segundo ele, a UPP “pula a burocracia da associação de moradores para resolver problemas”. Uma leitura crítica dessa afirmativa aponta para uma desqualificação das formas de organização e das contribuições dos representantes eleitos pela população local, o que estrutura e reveste de uma perspectiva heterônoma o projeto dos fóruns comunitários.

Além do mais, o conteúdo das entrevistas conduzidas pelo autor revelou certa animosidade e um elevado grau de desconfiança no relacionamento entre os policiais da UPP e os líderes da associação de moradores. Enquanto o vice-presidente dessa afirmava¹²⁵ que os “policiais chegam para oprimir”, aqueles faziam declarações de um suposto envolvimento da associação com o tráfico de drogas (tema já mencionado algures). E mais do que isso, um policial, entrevistado em 18 de fevereiro de 2016, afirmou que Thiaguinho da Mangueira (vice-presidente da associação) era pré-candidato a vereador e estaria se beneficiando politicamente das intervenções realizadas pela UPP, o que constituía uma injustiça.

Na verdade, os fóruns parecem constituir, na prática, uma versão ampliada e descentralizada do Núcleo de Mediação de Conflitos – em atividade, desde 2014¹²⁶, na favela da Mangueira – e não espaços de construção coletiva de propostas para enfrentamento dos problemas identificados na favela.

O referido Núcleo de Mediação (vide figura 06) funciona no Centro Social da Mangueira (próximo à sede da UPP), onde há policiais que tentam resolver alguns problemas e conflitos cotidianos como forma de evitar ocorrências de maior gravidade. A reportagem mencionada na última nota de rodapé apresenta alguns exemplos de atendimentos feitos pelo mencionado núcleo, como a intermediação entre os moradores e a Rio Luz para resolução de um problema de falta de energia e também a intervenção junto ao Instituto de Medicina Veterinária Jorge Vaitsman (localizado no entorno da favela) para que fossem feitas adequações no crematório e mudança no horário da cremação dos animais (que coincidia com o período de almoço dos moradores e, por isso, gerava grande desconforto).

¹²⁵ Em entrevista realizada em 30 de julho de 2015, já mencionada algures nesta dissertação.

¹²⁶ O autor não conseguiu precisar o início das atividades do Núcleo de Mediação de Conflitos na Mangueira. Com base em reportagem publicada no site oficial das UPPs, em 25 de novembro de 2014, sob o título “Representantes de 35 países conhecem a mediação de conflitos da UPP Mangueira”, o autor foi levado a crer que o projeto teve início em 2014, mas isto não está explícito no texto.

Figura 9 – Panfleto do Núcleo de Mediação



Longe de querer reduzir a importância de intervenções como as que foram relatadas no parágrafo precedente e outras relacionadas à atuação dos fóruns comunitários, o autor precisa salientar que essas iniciativas: 1) são necessárias para que um bom número de moradores tolere mais pacificamente a presença permanente da polícia, ou seja, constituem uma forma de autopreservação do “projeto de pacificação” (como já se afirmou anteriormente); 2) estão longe de estimular (ou, no limite, abrir caminho para) uma gestão mais autônoma do território, pelo contrário, apresentam um caráter de tutela, nos marcos de um verdadeiro paternalismo, uma das principais expressões socioespaciais heterônomas da *agência* (secretaria de segurança → UPP).

O paternalismo, como manifestação da heteronomia¹²⁷, é uma arquitetura cuidadosa e estratégica criada, pelos *sujeitos hegemônicos* e pela *agência*, para

¹²⁷ SOUZA (2006), baseando-se em concepções teóricas de Cornelius Castoriadis, considerou que “a heteronomia se instala quando as leis e normas com base nas quais uma sociedade é, direta ou indiretamente, governada e organizada, são deliberadas não pelo conjunto dos indivíduos pertencentes a essa sociedade, de maneira lúcida e bem informada quanto possível, mas sim impingidas na base da opressão interna, da opressão externa e/ou ‘divinizadas’ ou ‘naturalizadas’ (...)”.

gerar (ou alimentar) uma condição de alienação política em determinada parcela da população. Em outras palavras, pode ser definido como um exercício de contra-autonomia dirigido aos moradores estabelecidos em determinado território.

Talvez, a definição mais lúcida para paternalismo tenha sido cunhada pelo sociólogo Richard Sennett que – tentando compreender as formas sociais criadas pelos compromissos afetivos entre as pessoas – produziu, em 1980, um estudo pautado nas complexas relações entre a política e a psicologia¹²⁸. O referido autor, nesse quadro analítico, entendeu o paternalismo como uma autoridade do amor falso, isso porque o “líder [a *agência*] só se importa com [seus] subalternos na medida em que isso atenda a seus interesses”. Além disso, SENNETT (2014) considerou que:

Nas ideologias paternalistas, há uma promessa de amparo, mas a qualidade essencial desse amparo é negada: a de que os cuidados prestados farão a outra pessoa fortalecer-se.

Não foram identificadas, dentre as ações realizadas pela UPP Mangueira, iniciativas que efetivamente contribuíssem para o fortalecimento de um ideal coletivo ou para avanços na participação dos moradores na administração de questões de seu interesse, na favela. As atividades voltadas à ocupação de crianças e jovens (tratadas no subcapítulo anterior), além da intermediação da polícia – na relação entre os moradores e determinadas instituições, para viabilizar o fornecimento de certos serviços essenciais ou para dirimir querelas entre alguns moradores (como ocorre nos fóruns ou no Núcleo de Mediação de Conflitos) – não são suficientes para acreditar que a “policialização” da favela ou de qualquer outro espaço segregado constitui um avanço significativo em matéria de promoção da justiça social e redução de desigualdades.

A própria participação popular na gestão do território, tema em voga no planejamento urbano, desde a década de 1990, não parece ser substancialmente maior ou mais genuína em um quadro em que os moradores da favela se veem tutelados ou controlados por policiais se comparada ao que ocorria, por exemplo, por ocasião das intervenções urbanísticas promovidas pelo Programa Favela-

¹²⁸ Vide SENNETT (2014).

Bairro¹²⁹, quando, inclusive na Mangueira, os traficantes se manifestavam de diferentes maneiras, intimidando a contribuição dos moradores na elaboração do projeto, como analisou o presente autor em estudo anterior (VALLE, 2006).

Diante disso, é possível problematizar a declaração¹³⁰ do comandante da UPP Mangueira, major Márcio Rodrigues, segundo a qual “antes era difícil para os moradores resolverem os próprios problemas, pois o tráfico assumia o papel de mediação. Agora, a população traz suas demandas para a polícia”. Na verdade, a dificuldade para resolver determinados problemas persiste, com a diferença de que, nos últimos anos, a presença permanente da polícia instituiu outra forma de regulação, diferente daquela adotada pelos traficantes no período anterior à instalação da UPP na Mangueira.

Por outro lado, duas questões precisam ser enfatizadas: 1) o tráfico não deixou de ter grande influência em determinados acontecimentos na favela (como se verá no próximo subcapítulo) e 2) os moradores não precisam de mediação de terceiros para resolver todos os seus problemas. Há questões que podem, devem e são tratadas pelos mangueirenses sem que ninguém lhes determine uma direção. Pensar diferente é acreditar que, por exemplo, alguns trabalhadores adultos e bem intencionados causarão mal, uns aos outros, diante de certas dificuldades ou problemas, apenas pelo fato de serem favelados.

Longe de pretender considerar a declaração do comandante Rodrigues sob o prisma da *análise do discurso*¹³¹ – como bem fazem os profissionais da Comunicação Social –, o autor desta dissertação percebeu que o seu conteúdo textual corrobora, de uma forma bem sutil, para a visão paternalista da *agência* (secretaria de segurança → UPP), segundo a qual os moradores da favela devem

¹²⁹ O Favela-Bairro foi o maior programa de urbanização de favelas da prefeitura do Rio de Janeiro. Atendeu 140 favelas entre 1994, quando foi criado pelo então prefeito César Maia, e 2008, ano de sua descontinuação. Maiores referências podem ser encontradas em VALLE (2006; 2014).

¹³⁰ Reproduzida em matéria, já citada neste subcapítulo, com o título “Representantes de 35 países conhecem a mediação de conflitos da UPP Mangueira”.

¹³¹ Um esforço da compreensão da ideologia e dos sentidos expressos em um texto ou em declarações. SILVA (2005) entende que: “A Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente e procura detectar, então, num texto, como ele significa. Ela o vê como detentor de uma materialidade simbólica própria e significativa. Portanto, com o estudo do discurso, pretende-se apreender a prática da linguagem, ou seja, o homem falando, além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história”.

ser conduzidos, tutorados e protegidos pela polícia, que encarna, assim, um papel quase demiúrgico.

No mais, para conclusão desta seção, é importante destacar que a associação de moradores, na condição de *sujeito não hegemônico*, esteve à margem das iniciativas da UPP, precisando escrever sua história em meio (ou contra) à territorialidade heterônoma instituída por esta *agência*.

3.4 A reorganização espacial do tráfico de drogas na Mangueira após a “pacificação” do território

As intervenções da *agência* (secretaria de segurança → UPP) na favela, as ações do *sujeito não hegemônico* (associação de moradores) e das *peessoas-para-o-outro* (moradores que não chegaram a criar um projeto, mas que reagem conjuntamente diante de interferências no seu modo de vida ou de necessidades urgentes) expressam-se no ordenamento do território, entendido aqui como projeção espacializada de relações sociais orientadas pelo exercício de poder.

Antes da instalação da UPP, pode-se dizer que o ordenamento territorial da Mangueira era pautado, principalmente, pela resultante da relação entre o tráfico de drogas (considerado o “dono do morro”) e os moradores e suas lideranças. Nesse contexto, as incursões de policiais apresentavam apenas ameaças conjunturais ao domínio imposto pelos traficantes baseados na favela, até porque estes últimos mantinham (e é possível, porém menos provável, que ainda mantenham) relações promíscuas com os primeiros (acertos, pagamento de “arregos” etc.). Com a policialização permanente desse espaço, surgiu um cenário diferente, no qual os traficantes precisaram submeter suas atividades a uma nova regulação, sem a qual a venda de drogas correria o risco de definhamento substancialmente.

Diante disso, não se quer afirmar que o tráfico de drogas deixou de ter importância no ordenamento territorial da Mangueira ou mesmo que tenha perdido por completo sua lucratividade – bastando, nesse contexto, considerar as disputas que resultaram na morte de Tuchinha (personagem que, por muito tempo, controlou o tráfico na Mangueira) e os vários confrontos que tensionaram a favela a partir

desse episódio¹³² –, mas que a instalação da UPP e a operação permanente da polícia nesse espaço, com toda a visibilidade política e midiática que antecedeu e acompanhou essas iniciativas, forçaram os traficantes a uma reorganização espacial do negócio das drogas, bem como ao recuo da prática de expor armas pesadas (como o fuzil, por exemplo), atitude necessária para evitar uma afronta direta ao “projeto de pacificação”.

Para explicar a referida reorganização espacial, o autor precisará primeiro descrever o *day before* do tráfico de drogas, ou seja, como operavam os traficantes até o final de 2011, quando foi instalada a Unidade de Polícia Pacificadora na Mangueira.

Os relatos de vários entrevistados e as observações de campo realizadas pelo autor dão conta de que a territorialidade dos traficantes era manifestada de forma ostensiva na favela. Além disso, o tráfico apresentava uma divisão do trabalho típica (dono do negócio, gerente, soldado, avião – conforme apontamentos do subcapítulo 2.4) e apoiava-se logisticamente na boca de fumo, onde a droga era armazenada e vendida. A boca de fumo, dada sua importância para o comércio varejista de drogas, ficava sob vigilância constante dos soldados do tráfico, a exemplo com o que acontecia com o paiol de armas.

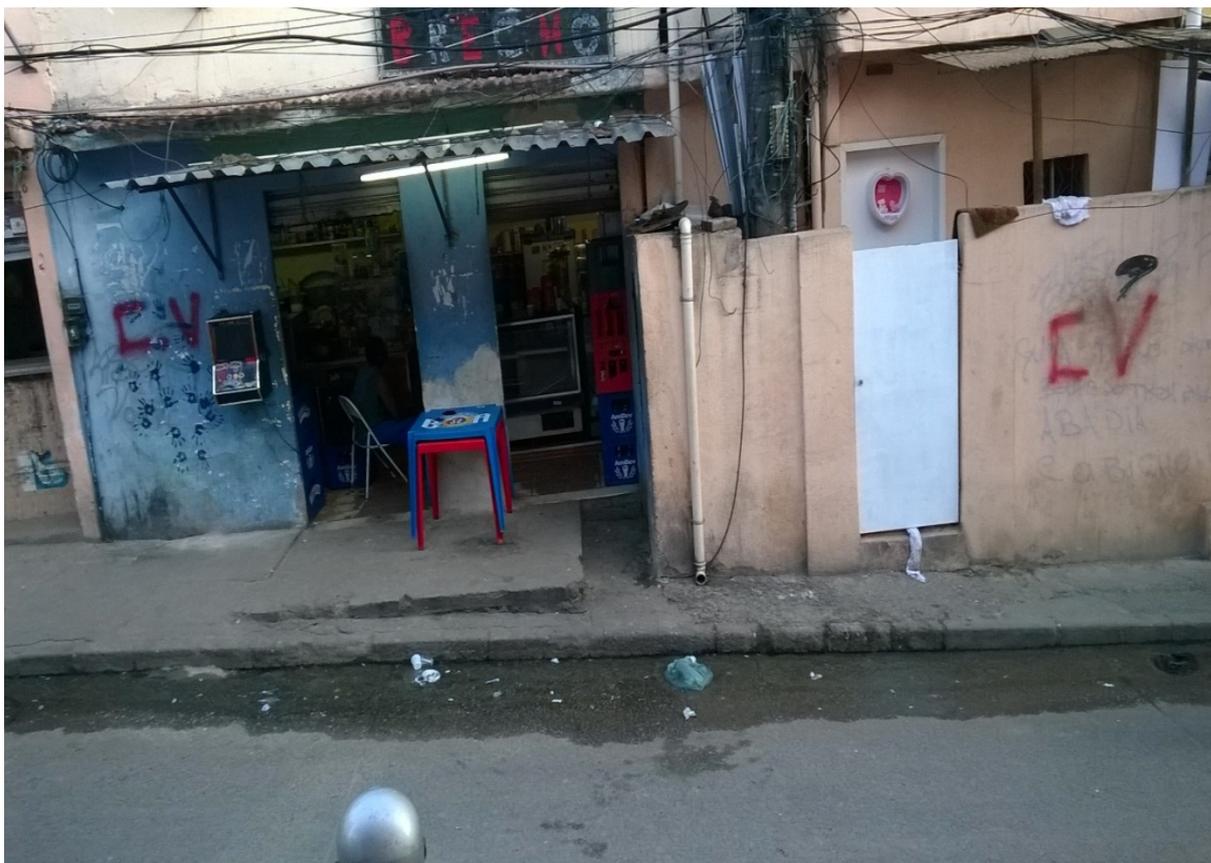
Com certa frequência¹³³, durante a realização dos bailes *funk*, grandes quantidades de droga eram levadas para o mais importante logradouro da favela, a rua Saião Lobato (no Buraco Quente) e ali, diante de um grande público, ocorria sua comercialização, livre de quaisquer problemas ou constrangimentos. Um jovem morador, durante entrevista realizada em 30 de julho de 2015, explicou que, quando da realização dos bailes, que chegavam a reunir milhares de pessoas, as drogas eram dispostas em banquetas, que ficavam sobre as calçadas da referida rua, tornado o comércio varejista semelhante ao de uma feira.

¹³² Conforme relataram um morador e vários policiais, entrevistados pelo autor desta dissertação em diferentes trabalhos de campo, entre julho de 2015 e março de 2016. As declarações de um policial, durante entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2016, são bem esclarecedoras a esse respeito e merecem destaque. Segundo ele, a morte de Tuchinha trouxe vários transtornos. Os traficantes locais se armaram para evitar incursões de rivais, além disso, uma parte dos traficantes mudou do Comando Vermelho (CV) para a facção Amigos dos Amigos (ADA) e prometeu voltar para tomar a favela. Esse policial ainda mencionou que traficantes do Jacaré teriam chegado a entrar na favela, deixando-a logo em seguida. Como percebido pelo próprio autor desta dissertação, esse “clima de tensão” durou bastante tempo, estendendo-se de setembro de 2014, quando Tuchinha é assassinado, até quase o final do ano seguinte.

¹³³ O autor não sabe se semanal ou mensal.

A fotografia a seguir mostra um pequeno trecho da rua Saião Lobato, onde podem ser vistas inscrições do Comando Vermelho, pintadas no muro de uma casa e na parede de um bar. Esses registros, que se repetem por quase toda a extensão do logradouro, apontam para a territorialização do tráfico no período anterior ao estabelecimento da UPP.

Fotografia 2 – Inscrições do Comando Vermelho em logradouro do Buraco Quente



Fotografia do autor, datada de 30 de julho de 2015. Inscrições do Comando Vermelho na rua Saião Lobato, em frente ao prédio da associação de moradores da Mangueira.

A assistente social do CRAS Candelária, mencionada nos parágrafos precedentes, ainda considerou outro fator relevante acerca do tema: não era só a economia das drogas que crescia com os bailes, os comerciantes das biroskas do Buraco Quente viam seus negócios prosperarem com esses eventos na favela. Essa interlocutora chegou a declarar que: “Os bailes bombavam: eram patricinhas em carrões, que ficavam até seis horas da manhã, não havia como estacionar”.

De modo geral, a compra de drogas acontecia de forma muito simples: recorrendo-se a boca de fumo, estabelecida em local bem conhecido pelos consumidores ou durante a realização dos bailes *funk*, quando o comércio parecia

chegar ao seu ápice (vide figura 10, a seguir). Outro aspecto relevante é que nem sempre o usuário era quem cuidava da compra da droga. Quando membro da classe média ou da elite urbana, não raro, delegava essa tarefa a um de seus funcionários ou mesmo a taxistas.

Mesmo com uma manifestação ostensiva, os traficantes não deixavam de alimentar uma prática assistencialista na favela, contribuindo para a satisfação de necessidades urgentes de alguns moradores (a exemplo da compra de medicamentos), como evidenciaram alguns dos interlocutores do autor, durante o curso da pesquisa.

Quando começaram a ser postas em prática as “ações de pacificação” na Mangueira, no final de 2011, o tráfico deixou de ser ostensivo e “aberto” e passou a ocorrer de forma mais discreta e “camuflada”, o que parece ser um comportamento predominante nas favelas com UPP.

O elemento central para a compreensão dessa reorganização do tráfico de drogas é a extinção da boca de fumo (pelo menos na sua concepção tradicional) e o início de um comércio varejista de tipo itinerante, móvel. Em outros termos, ao invés de armazenar e comercializar as drogas em um local fixo e conhecido dos consumidores e da própria polícia, os traficantes estabeleceram pontos de venda (com vida mais efêmera) em diferentes locais da favela e também passaram a levar as drogas para o seu entorno – estabelecendo, inclusive, uma associação com outros traficantes, os da (micro)favela do metrô, conforme bem destacou o comandante da UPP Mangueira, durante entrevista realizada pelo autor em 19 de fevereiro de 2016. Além disso, com a proibição dos bailes *funk*, a rua Saião Lobato, importante via carroçável da Mangueira, deixou de ser um espaço privilegiado da venda disseminada de drogas.

Nesse novo cenário, os traficantes precisaram construir uma rede de facilitadores que: 1) informassem e/ou conduzissem os compradores ao local onde, naquele momento, a droga estava disponível para venda; ou 2) levassem as drogas para locais no entorno da Mangueira, previamente combinados com os consumidores¹³⁴.

¹³⁴ Há indícios de que essa modalidade de tráfico do tipo *delivery* já existia, com frequência bem menor, antes da favela ser “pacificada”.

Segundo relatos de um policial e de uma jovem moradora da favela¹³⁵ (que corajosamente informou ter parentesco com alguns traficantes locais), os maiores facilitadores do comércio varejista pós-pacificação são os moto-taxistas. Ela informou que os traficantes avisam onde estão e pedem que moto-taxistas levem os consumidores ao seu encontro. As declarações do mencionado policial corroboram com o relato acima e ainda ratificam a constatação do autor, segundo a qual os traficantes cuidam para que as drogas também cheguem aos compradores, no entorno da favela. A questão que deve guiar as ações do comprador/usuário passa a ser *quem procurar* e não mais *para onde ir*.

Os pontos de venda itinerantes, por sua vez, podem ser desde a varanda de uma casa ou uma birosca até o pequeno trecho de uma calçada, onde se deixa uma mochila repleta de drogas. Esse último tipo (estratégia), que pareceu ser comum, preserva de modo mais eficiente o traficante de uma eventual abordagem policial. Nesse caso, o responsável pela venda das drogas só vai ao encontro da mochila quando aparece algum comprador e, rapidamente, se afasta do local quando percebe a chegada de policiais.

Essa reestruturação territorial do tráfico (figura 11) de drogas cria uma nova divisão do trabalho, com destaque para o papel desempenhado pelos *facilitadores*, como o autor resolveu chamar os que transportam as drogas ou os seus compradores, dependendo do caso. É óbvio que as figuras do “*dono do negócio*” e do *gerente* do tráfico continuam (e continuarão) a existir, os soldados também são mantidos, mas com uma atuação ligeiramente diferenciada: eles cuidam principalmente dos locais de armazenamento das drogas e das armas¹³⁶ e da defesa do negócio diante da tentativa de invasão de um grupo rival¹³⁷, no entanto, ficam desincumbidos de defender os pontos de venda (até porque sua presença nesses espaços despertaria a atenção dos policiais e comprometeria o comércio varejista).

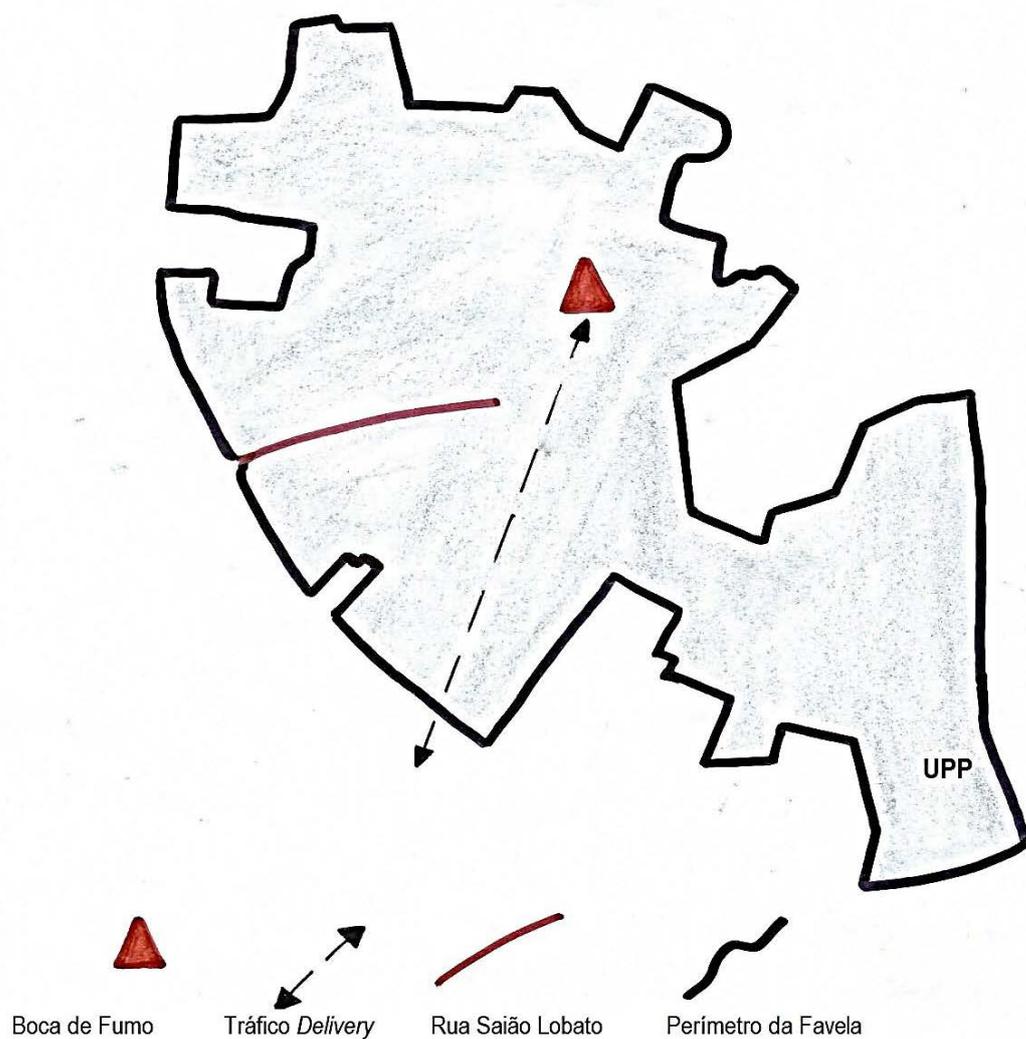
¹³⁵ Entrevistados pelo autor, respectivamente, em 19 e 18 de fevereiro de 2016.

¹³⁶ O autor não teve fôlego e condições operacionais para investigar a natureza desses locais.

¹³⁷ Como ocorreu após a morte de Tuchinha.

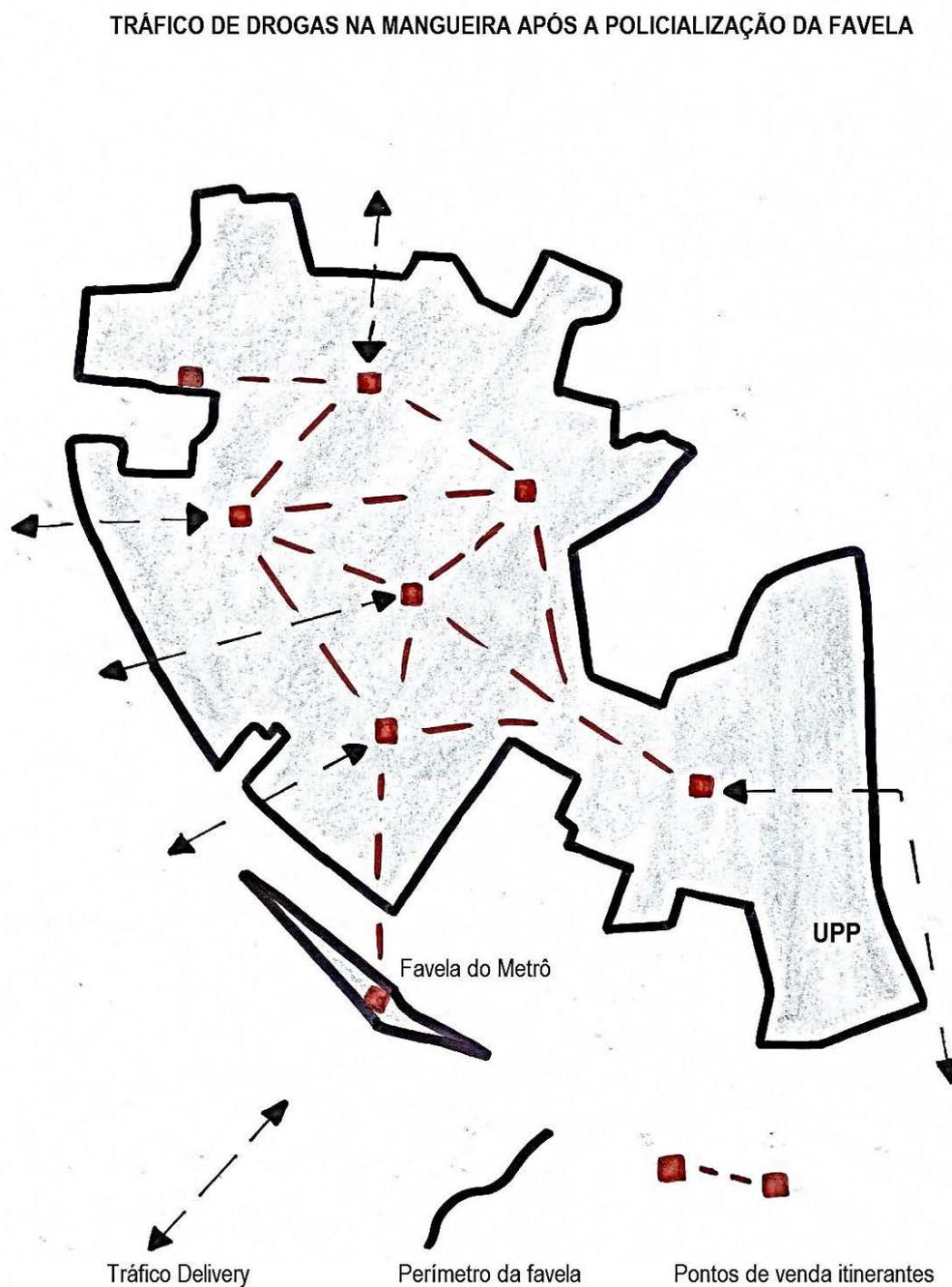
Figura 10 – Tráfico de drogas na Mangueira antes da policialização da favela

TRÁFICO DE DROGAS NA MANGUEIRA ANTES DA POLICIALIZAÇÃO DA FAVELA



Croqui elaborado artesanalmente pelo autor com base em levantamentos de campo e entrevistas. A localização da boca de fumo e a rota do tráfico de tipo *delivery* são conjecturas.

Figura 11 – Tráfico de drogas na Mangueira após a policialização da favela



Croqui elaborado artesanalmente pelo autor com base em levantamentos de campo e entrevistas. A localização dos pontos de venda itinerantes e as rotas do tráfico de tipo *delivery* são conjecturas.

Seria difícilimo precisar como esse processo de reestruturação do tráfico (alguns prefeririam falar em modernização) afetou numericamente o contingente de

traficantes estabelecidos na favela. Na verdade, quantificar as pessoas associadas, em diferentes níveis, ao comércio varejista de drogas sempre foi uma tarefa complicada¹³⁸. A grande questão é que, mesmo sabendo da emigração de alguns traficantes, a julgar pelo relato de um policial, entrevistado em 19 de fevereiro do ano corrente, não se sabe como e quando se deu (e se, de fato, ocorreu) o recrutamento de novos *soldados*, por exemplo. A única certeza nessa seara é a associação (poderia se falar também em recrutamento, embora o termo não seja o mais adequado) dos *facilitadores* ao negócio das drogas, em que pesem os fatos de estes não se dedicarem exclusivamente ao tráfico e de seu número ser potencialmente variável em função da maior ou menor procura por drogas na favela.

Se por um lado, há poucos indícios sobre o impacto da “pacificação” na quantidade de traficantes em operação na Mangueira, por outro, não são poucos os relatos de que, mesmo com a sua reestruturação, o tráfico de drogas se tornou menos lucrativo. O policial responsável pelo setor de relações públicas da UPP Mangueira afirmou, durante entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2016, que “o tráfico vende bem, mas bem menos do que antes da UPP”. A moradora que disse ter parentesco com alguns traficantes, mencionada alguns parágrafos atrás, também declarou que o tráfico foi lesado financeiramente após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora na favela.

O quadro empírico pintado por esses dois relatos e por outros menos emblemáticos (coletados pelo autor, mas não mencionados aqui) permite rechaçar a afirmação de Luiz Eduardo Soares, analisada no subcapítulo 2.4, segundo a qual o tráfico de drogas, dentre outras coisas, se tornaria mais lucrativo após a “pacificação de favelas”. Não o é na Mangueira e o autor desta dissertação tem grandes dúvidas de que o seja em outras favelas com UPP.

Agora, a fragilização econômica dos traficantes não é tão significativa a ponto de comprometer sua capacidade de ingerência no ordenamento territorial da favela. Os traficantes continuam:

- 1) Mantendo uma prática assistencialista, conforme declararam algumas moradoras entrevistadas: “os traficantes ajudam os moradores, é só saber quem procurar”¹³⁹ e “os moradores têm acesso livre aos traficantes”¹⁴⁰;

¹³⁸ Consultar SOUZA (1999) para maiores informações.

¹³⁹ Relato de uma jovem moradora da Fundação, entrevistada em 18 de fevereiro de 2016.

¹⁴⁰ Relato de uma jovem moradora da Joaquina, também entrevistada em 18 de fevereiro de 2016.

- 2) Sendo consultados e/ou informados sobre relevantes iniciativas encabeçadas pela população local (sobretudo pelas *peessoas-para-o-outro*). Um conhecido líder comunitário da favela¹⁴¹ mencionou que a última eleição para a associação de moradores, realizada em 2014, precisou ser precedida por diálogos com o comando da UPP local e com os traficantes para que transtornos fossem evitados;
- 3) Interferindo, deliberada ou involuntariamente, em algumas atividades ou projetos propostos para os (ou pelos) moradores da Mangueira. Um policial, com quem o autor estabeleceu um diálogo rápido e informal na sede da UPP, durante o trabalho de campo realizado em março deste ano, declarou que as reuniões dos fóruns comunitários (analisados no subcapítulo anterior) estavam suspensas por conta de tiroteios e conflitos na favela. O vice-presidente da associação de moradores, Thiaguinho da Mangueira, já havia informado, oito meses antes, a ocorrência de, aproximadamente, cinco confrontos armados por mês entre policiais e traficantes locais, o que interfere sensivelmente no cotidiano dos mangueirenses. Outro policial, entrevistado em 18 de fevereiro de 2016, declarou que “a presença e influência do tráfico traz instabilidade, o tráfico é forte ainda”.

Uma moradora da Fundação¹⁴², contrariando o discurso oficial da UPP e a maior parte dos demais entrevistados¹⁴³, levantou uma questão interessante e que merece ser destacada: a de que, após a policialização da favela, os seus moradores teriam ficado mais inseguros e vulneráveis aos riscos associados às trocas de tiros. Ela explica que: “Antes da UPP, os traficantes avisavam quando ocorriam operações policiais, soltando fogos de artifício. Hoje, acontecem episódios inesperados, envolvendo tiroteios”. O seu relato sugere que, de modo geral, no período anterior à “pacificação do território”, havia tempo para que os moradores buscassem abrigo antes de iniciarem os confrontos entre a polícia e o tráfico. Seguindo este raciocínio, essa “vantagem” parece ter sido perdida com o estabelecimento da polícia na Mangueira – o que, em determinadas situações, pode vir até a precipitar alguns desentendimentos ou confrontos com os traficantes. O vice-presidente da

¹⁴¹ Entrevistado pelo autor, em 30 de julho de 2015, na sede da associação de moradores (no Buraco Quente).

¹⁴² Entrevistada pelo autor em 18 de fevereiro de 2016.

¹⁴³ Aqui incluídos moradores, policiais e pessoas que trabalham na favela ou em seu entorno imediato.

associação de moradores, em entrevista mencionada há pouco, declarou que a UPP não é uma “estratégia inteligente para combater o tráfico e para aproximar o Estado da população da favela; há uma exposição [da população local] ao risco [de morte] com o policiamento em áreas conflagradas pelo tráfico” – corroborando para a afirmação da moradora supracitada.

Embora esses relatos pareçam lógicos, eles não são empiricamente suficientes para constatar que a UPP tornou a Mangueira mais insegura. Esse é um tema que ainda precisa ser cuidadosamente investigado.

3.4.1 Tráfico de drogas e intervenções urbanísticas em favelas: o que mudou na Mangueira após a instalação da UPP?

Há outra questão bastante relevante: a investigação da postura do tráfico de drogas diante de projetos urbanísticos propostos ou executados na favela desde o início da “pacificação do território”.

O período anterior à criação das UPPs foi marcado por inúmeros casos de ingerência de traficantes nos projetos do programa de urbanização Favela-Bairro, conforme apontaram o presente autor – em sua monografia de bacharelado (VALLE, 2006) e em artigo posteriormente publicado (VALLE, 2014) – e SOUZA (2008).

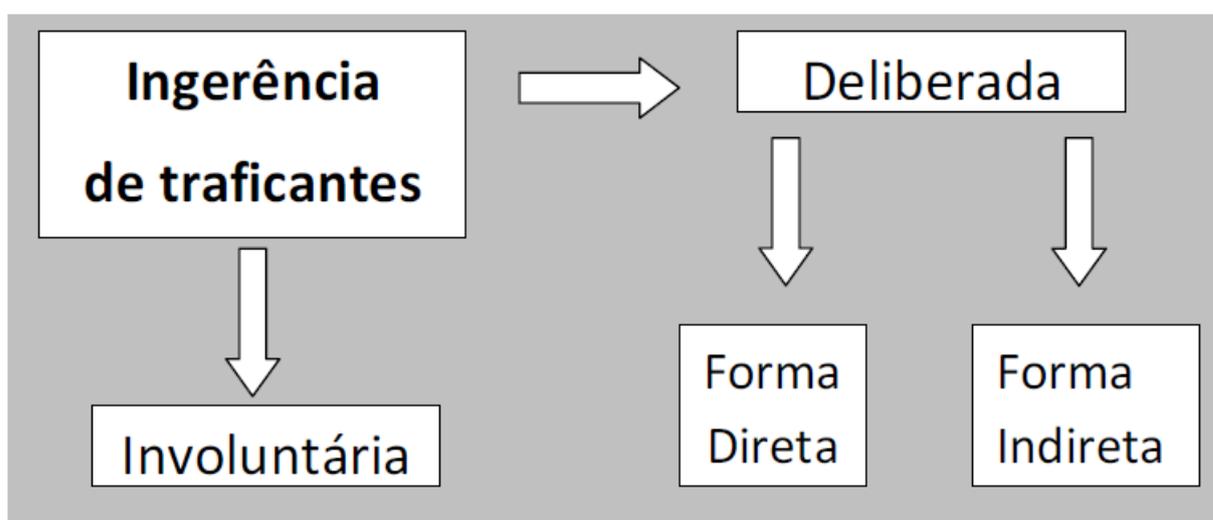
O Favela-Bairro foi um programa de urbanização de favelas de pequeno e médio porte, desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro entre 1994 e 2008. Ao longo de sua história, foi sensivelmente afetado por ações engendradas pelos traficantes de varejo, que – percebendo que os melhoramentos previstos no projeto urbanístico poderiam diminuir as vantagens estratégicas que a organização espacial da favela oferece para a venda de drogas (terreno irregular, grande densidade de ocupação, ruas e vielas onde a mobilidade é reduzida) – geraram impedimentos ou retardaram, por exemplo, a criação de vias carroçáveis, um tipo de intervenção que facilitava incursões da polícia e invasões de facções rivais do tráfico.

Esse problema começou a se tornar evidente já nos primeiros anos de desenvolvimento do Favela-Bairro. Uma reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 02 de outubro de 1996, fez, em tom jocoso, uma leitura do impacto do tráfico de drogas neste programa de urbanização.

No papel é tudo muito bonito. A prefeitura desenvolve o Favela-Bairro para mudar o perfil de uma série de favelas de pequeno e médio porte do Rio. Faz obras de urbanização, constrói creches, áreas de lazer e a mágica está feita: as comunidades deixam de ser dominadas pela violência e se integram com harmonia à cidade... Mas faltou um detalhe: esqueceram de avisar aos traficantes.

A partir de uma pesquisa panorâmica, que compreendeu a realização de entrevistas, trabalho de campo e levantamento em arquivos, VALLE (2006; 2014) apresentou uma proposta de sistematização das intervenções dos traficantes de varejo nos projetos do Favela-Bairro. Ela compreende dois grandes grupos: o das ingerências involuntárias e o das ingerências deliberadas, conforme aponta o esquema a seguir.

Figura 12 – Traficantes e o Favela-Bairro



Fonte: Extraído de VALLE (2014).

Tanto os confrontos entre traficantes e a polícia ou entre facções rivais do tráfico e suas inevitáveis consequências (atrasos nos levantamentos diagnósticos, paralisação de obras) como os decretos de luto impostos pelo chefe da boca de fumo tipificam as ingerências involuntárias.

O grupo das ingerências deliberadas, por sua vez, mais amplo e complexo que o anterior, compreende as situações em que os traficantes, voluntariamente, criaram estorvos, como: o veto de alguns aspectos do projeto, o impedimento da realização de determinadas obras, a apropriação de equipamentos e recursos da prefeitura municipal ou de seus contratados e a alteração de algumas feições urbanísticas construídas. Essa última situação acontecia, na grande maioria dos

casos, após a finalização das obras (quando já não havia nenhum funcionário da construtora para acionar a polícia) e se materializava, frequentemente, na construção de bloqueios – quebra-molas, barricadas feitas com concreto ou trilhos – em grandes vias abertas na favela.

Considerando as diferentes maneiras com que os desmandos dos traficantes eram veiculados para os responsáveis pela criação do projeto urbanístico ou pela execução das obras, VALLE (2006; 2014) dividiu as ingerências deliberadas em dois subgrupos: o das ingerências que ocorriam de forma direta (aqui reunidas todas as situações em que os traficantes intimidaram, tomaram equipamentos, negociaram, sequestraram e até mataram profissionais responsáveis pelo programa) e o das ingerências indiretas (que eram caracterizadas pelos casos em que o tráfico anunciava suas exigências e insatisfações por intermédio dos líderes da associação de moradores ou de residentes na favela).

E no período pós-pacificação? Será que as ações dos traficantes continuam a desmobilizar obras ou a interferir na formulação de projetos urbanísticos nas favelas com UPP? O aspecto de que mais se queixavam os técnicos (arquitetos, engenheiros, funcionários da prefeitura do Rio) entrevistados pelo autor¹⁴⁴, por ocasião da pesquisa apresentada há pouco, era a falta de segurança policial durante as intervenções do programa Favela-Bairro. Esse já não parece ser um problema nas “favelas pacificadas”, a julgar pela presença permanente e, em certas situações, ostensiva da polícia.

O autor foi informado pelo vice-presidente da associação de moradores da Mangueira¹⁴⁵ sobre a recente realização de obras (que ele acreditava serem do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) na favela. Não foi possível, por questões de segurança pessoal e pelo tempo exíguo de que se dispõe para uma pesquisa de mestrado, investigar rigorosamente a postura dos traficantes diante das referidas obras. No entanto, é possível e necessário fazer algumas assertivas a respeito do tema:

- 1) Com a policialização da Mangueira e a conseqüente reestruturação do negócio das drogas (o que inclui a extinção da boca de fumo, como mencionado algures), os traficantes perderam as vantagens estratégicas

¹⁴⁴ Foram realizadas 18 entrevistas formais abertas, entre 2004 e 2006, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza, coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-espacial (NuPeD – UFRJ).

¹⁴⁵ Na entrevista já, por vezes, mencionada ao longo deste capítulo.

diretamente relacionadas à organização espacial da favela¹⁴⁶. Diante disso, não fazia mais sentido para o tráfico tentar garantir que determinados locais permanecessem com vias labirínticas ou que certas partes da favela continuassem sem (ou com precária) iluminação – tais questões deixaram de ser relevantes para o novo comércio varejista de drogas na Mangueira. Em outros termos, é difícil imaginar, nesse novo contexto pós-pacificação, os traficantes atuando deliberadamente para adulterar obras ou modificar projetos urbanísticos elaborados para a favela. O próprio conteúdo das entrevistas conduzidas pelo autor com os policiais da UPP Mangueira não dá qualquer indicativo que vá de encontro à ilação acima. As ingerências diretas deixariam os traficantes muito vulneráveis à ação da polícia e não há indícios de que tenham ocorrido (e é pouquíssimo provável que aconteçam). E sobre as ingerências indiretas, bem mais difíceis de perceber, o autor não teve qualquer notícia.

- 2) Embora nenhum dos entrevistados tenha relatado algum caso de interferência das frequentes trocas de tiros (que ocorrem na favela) nas obras mencionadas pelo vice-presidente da associação de moradores, a ingerência involuntária de traficantes tem, considerando o atual ordenamento territorial da Mangueira, grandes chances de ocorrer. A falta de evidências desse tipo de ingerência deve ser compreendida não apenas pela limitada atenção que o autor disponibilizou para o tema (como mencionado anteriormente), mas pelo fato das recentes obras terem tido uma duração mais efêmera e uma envergadura muito menor do que as intervenções realizadas pelo programa Favela-Bairro – o que mostra as dificuldades metodológicas de se comparar a postura do tráfico diante de alterações urbanísticas realizadas na Mangueira nos dois períodos considerados.

¹⁴⁶ A irregularidade do terreno, a densidade de ocupação (...) só constituem vantagens estratégicas para a venda de drogas quando a presença policial não é um elemento endógeno na favela.

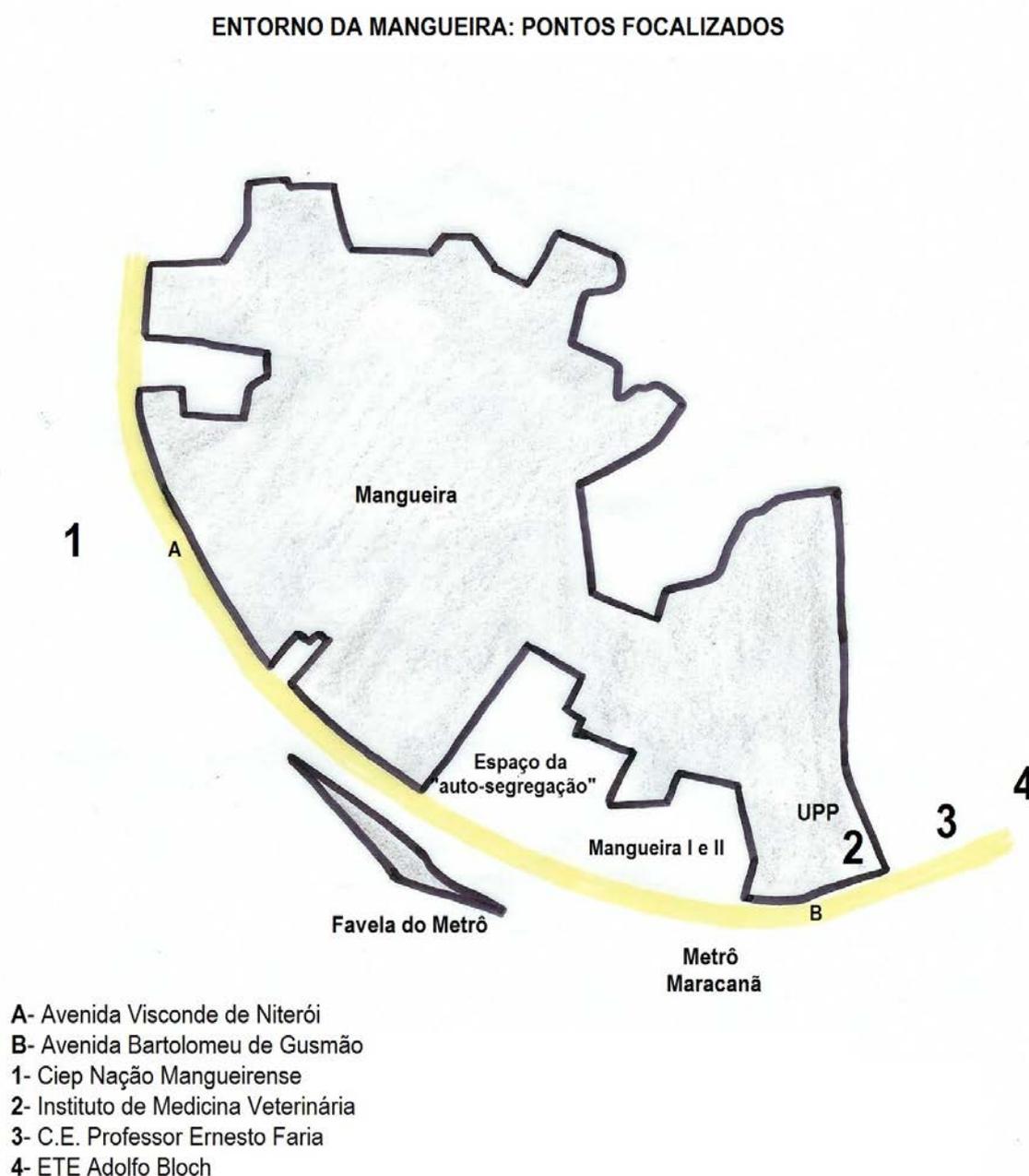
3.5 E o entorno da Mangueira, como foi afetado pela policialização da favela?

O autor também se propôs a investigar os impactos da implantação da UPP no entorno da favela. A propósito, a palavra “entorno”, embora seja bastante empregada por geógrafos, não parece ter recebido um adequado tratamento teórico ao longo da história do pensamento geográfico, ou seja, é um dos termos que se usa frequentemente sem qualquer refinamento conceitual. De modo geral, são os lexicógrafos (e não os geógrafos) que cuidam de explicar o que é “entorno”, apresentando-o como circunvizinhança ou como área que circunda determinada construção.

Como não existe *a priori* a delimitação do tamanho do “entorno”, por uma questão didática, o autor resolveu falar em “entorno imediato”, referindo-se, assim, a uma estreita faixa, com não mais do que 500 metros de largura, que acompanha o perímetro da favela.

Analisar as implicações da instalação da UPP em todo esse entorno da Mangueira pareceu uma tarefa impraticável, a julgar pelo tempo disponível para a produção de uma dissertação de mestrado. Diante disso, o autor focalizou um Ciep, dois colégios estaduais e um instituto de medicina veterinária, estabelecidos ao longo ou nas proximidades da avenida Visconde de Niterói/Bartolomeu de Gusmão, como se pode notar na próxima figura.

Figura 13 – Entorno da Mangueira: pontos focalizados



Fonte: Croqui elaborado artesanalmente pelo autor com base em levantamentos de campo.

Tanto a favela da Mangueira como seu “entorno imediato” apresentam uma significativa diferenciação sócio-espacial. Além disso, boa parte das casas e lojas

dispostas ao longo da avenida Visconde de Niterói/Bartolomeu de Gusmão (nas proximidades da estação de metrô Maracanã) não parece ter grande articulação com o interior da favela. Há na referida avenida, inclusive, algumas vilas residenciais com portão fechado, espaços de certa exclusividade, onde residem famílias que, segundo relatos de um morador¹⁴⁷, gozam de uma boa situação financeira¹⁴⁸. As seis vilas identificadas somadas a uma fábrica e a algumas igrejas constituem o que o autor resolveu denominar de “espaço da auto-segregação” – termo contraditório quando se pensa em uma favela. A propósito, o referido espaço e os condomínios Mangueira I e II (construídos recentemente pela prefeitura do Rio de Janeiro) não foram definidos como partes da favela pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP, de quem o autor aproveitou a base cartográfica para a elaboração dos três esquemas apresentados ao longo deste capítulo.

Fotografia 3



Fotografia 4



Fotografias do autor. Ambas mostram a mesma vila residencial de diferentes tomadas. A entrada nesta vila acontece exclusivamente pelo portão (em destaque na segunda foto) que dá acesso à avenida Visconde de Niterói/Bartolomeu de Gusmão.

¹⁴⁷ Entrevistado em 30 de julho de 2015.

¹⁴⁸ O próprio autor observou (durante a realização de trabalhos de campo no entorno da favela) que alguns moradores dessas vilas dirigiam carros importados, o que reforça a informação dada pelo entrevistado.

No Ciep Nação Mangueirense, primeira instituição do entorno da Mangueira a ser estudada, foram realizados um trabalho de campo e entrevistas formais¹⁴⁹ com quatro funcionários. A diretora da instituição destacou a existência de um canal de comunicação aberto com a UPP e também mencionou que o projeto “Fala Tu”, desenvolvido pela polícia para melhorar sua imagem diante do público jovem, foi interrompido na escola por conta dos constantes tiroteios que resultaram da morte de Tuchinha – o que pode ser entendido como um caso de ingerência involuntária de traficantes nas atividades realizadas no entorno da favela. Nesse contexto, a própria escola recebeu ordens dos traficantes para fechar as portas, conforme relatou outro entrevistado, um experiente professor, que ainda considerou não ter percebido quaisquer diferenças no funcionamento da escola antes e depois da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora.

A coordenadora pedagógica do Ciep, igualmente experiente¹⁵⁰, apresentou um relato que difere do que foi exposto pelo referido professor. Ela informou que antes da instalação da UPP: “muitos olheiros e funcionários da boca invadiam a escola e se misturavam aos alunos” e os traficantes penalizavam aqueles que cometiam desvios¹⁵¹. A policialização da favela, de acordo com sua declaração, trouxe tranquilidade e uma maior sensação de segurança para os funcionários da instituição.

Um funcionário que lida cotidianamente com os alunos, no entanto, relativizou a mencionada tranquilidade ao informar que persistem casos velados de venda de drogas junto ao portão de entrada da escola. Essa informação, inclusive, foi ratificada por um dos profissionais que trabalham no Colégio Estadual Professor Ernesto Faria¹⁵² – para quem o aumento do número de matrículas nesta instituição está relacionado aos casos de tráfico de drogas de que se tem notícia no referido Ciep ou nas suas imediações – e também por uma pessoa¹⁵³ que, após conviver por algum tempo nesse Ciep, constatou que:

¹⁴⁹ Em 19 de novembro de 2015.

¹⁵⁰ Tanto a coordenadora pedagógica como o professor mencionado anteriormente trabalham no Ciep há mais de 20 anos.

¹⁵¹ A entrevistada contou um episódio em que determinado aluno, depois de se envolver em uma briga, foi duramente punido pelos traficantes – o que ratifica a postura do tráfico de drogas, no período anterior à UPP, como instância que julgava e executava penalidades aos moradores que tivessem atitudes consideradas inadequadas.

¹⁵² Entrevistado em 18 de fevereiro de 2016, durante a visita do autor ao colégio.

¹⁵³ Uma interlocutora entrevistada informalmente no início de 2016.

O silêncio [sobre o tráfico de drogas] é o que predomina: ninguém vê nada ou ouve nada. É uma forma de autodefesa! Fala-se do movimento de forma muito velada. As mães tentam proteger seus filhos e temem um envolvimento deles com você sabe o quê.

Em outros termos, a julgar pelos três últimos relatos, parece que um bom número de moradores da favela tratou da transferência de seus filhos do Ciep para o C.E. Ernesto Faria com o objetivo de poupá-los, em seu local de estudos, de uma exposição aos riscos associados ao comércio varejista de drogas.

Um dos diretores do C.E. Ernesto Faria declarou, em entrevista realizada em 18 de fevereiro de 2016, que seu ambiente de trabalho é tranquilo, tem um corpo discente formado essencialmente por moradores da Mangueira¹⁵⁴ e não sofre com o tráfico de drogas. Embora o autor tenha observado as dependências deste colégio por horas e feito seis entrevistas no local (quatro com alunos e duas com funcionários), tendo percebido um ambiente amistoso e aparentemente bem administrado, as informações obtidas não permitem assegurar a última informação dada pelo referido diretor. Não obstante, há fatores que contam favoravelmente para a provável inexistência de um comércio de drogas, mesmo que tímido, no colégio: sua localização (fica estabelecido em uma importante via, a avenida Bartolomeu de Gusmão, e bem próximo da sede da UPP) e a predominância de alunos residentes na favela (para quem, de modo geral, os traficantes não parecem direcionar seu negócio).

No Ciep Nação Mangueirense não foram encontrados esses “fatores atenuantes”. Ao contrário, essa instituição de ensino integra uma espécie de complexo, formado pela Vila Olímpica da Mangueira e pelo Camp Mangueira¹⁵⁵, com uma organização espacial bem peculiar (é afastado das ruas principais, apresenta algumas vias de acesso estreitas e áreas que podem funcionar como esconderijos) e por onde transitam muitas pessoas provenientes de inúmeros locais. Além disso, conforme declarou a diretora do Ciep, cuja entrevista foi mencionada há pouco, seus alunos são oriundos do Jacaré, da Tijuca e da Mangueira, constituindo um grupo bem heterogêneo. E mesmo sem saber precisar o percentual de alunos provenientes desta última favela, a entrevistada disse que ele vem decrescendo nos últimos anos. Uma análise dessas questões locacionais, em associação aos relatos

¹⁵⁴ Dos 920 alunos, cerca de 800 residem na favela.

¹⁵⁵ O Círculo dos Amigos do Menino Patrulheiro da Mangueira é uma associação com ações destinadas à proteção de adolescentes e jovens e sua inserção no mercado de trabalho. Maiores informações podem ser obtidas no site da instituição: campmangueira.org.br.

mencionados anteriormente, reforça a tese de que essa instituição de ensino e sua circunvizinhança continuam a ser afetadas pelo tráfico de varejo mesmo após a “pacificação da Mangueira”.

Na Escola Técnica Estadual Adolfo Bloch, outro ponto focalizado pelo autor, uma coordenadora de turno, que também é moradora do entorno da Mangueira, tratou da persistência de assaltos mesmo após a instalação da UPP. Ela contou, durante entrevista realizada em 18 de março de 2016, que, não fazia muito tempo, vários alunos foram roubados em um mesmo dia, em diferentes locais e circunstâncias, quando se dirigiam para a escola. Além disso, relatou que, no final do ano anterior, um ônibus chegou a ser queimado em frente àquela instituição. Essas descrições serviram de pano de fundo para a entrevistada afirmar que “não há mudanças significativas com a UPP”, frase, aliás, muito empregada por pelo menos a metade de aqueles com quem o presente autor interagiu ao estudar os impactos da policialização no entorno da favela.

Dentro desse contexto, ganha expressão a declaração da secretária do C. E. Ernesto Faria, para quem o único benefício gerado pela UPP na escola foi o desenvolvimento de um projeto relacionado ao uso do violão com os alunos. Essa funcionária, estabelecida na instituição desde 2002, mencionou ao autor¹⁵⁶ que, mesmo antes da instalação da UPP, o colégio nunca havia sofrido pichações, depredação ou invasão de traficantes e que os confrontos que envolviam estes últimos “eram bem internos” e não lesavam o entorno da favela. Recentemente, no entanto, com a construção dos condomínios Mangueira I e Mangueira II (identificados no último croqui), ficou perigoso transitar pelas ruas, conforme constatação da aludida secretária. Em sua compreensão, a desapropriação de moradores da favela do Metrô e seu posterior estabelecimento nos mencionados condomínios teria precipitado a ocorrência de roubos nas proximidades da escola, mas a policiamento teria sido intensificado na área.

De modo geral, embora alguns dos entrevistados tenham falado em aumento da sensação de segurança pós-pacificação, não foram poucos os relatos de práticas delituosas no entorno da Mangueira, inclusive nos locais próximos à sede da UPP.

Outra questão relevante e que ganhou alguma visibilidade acadêmica, sobretudo nos primeiros anos após a criação das UPPs, foi a investigação dos

¹⁵⁶ Em entrevista realizada no dia 18 de fevereiro de 2016.

impactos da policialização sobre o desempenho escolar e os fluxos docentes em escolas estabelecidas nas “favelas pacificadas” e nas suas circunvizinhanças.

RIBEIRO (2014), após analisar 87 unidades educacionais da rede municipal do Rio de Janeiro, localizadas em favelas com UPP ou no seu entorno¹⁵⁷, associou a “pacificação das favelas” à diminuição da saída de docentes¹⁵⁸ nas escolas consideradas. Além disso, sugeriu uma melhoria das condições de aprendizagem em estreita relação com a diminuição dos confrontos nas favelas com UPP, conforme o fragmento a seguir, extraído de seu trabalho:

No que tange aos serviços e políticas educacionais, a redução dos tiroteios traz uma imediata melhora nas condições de trabalho e deve alterar o clima escolar, promovendo melhores condições para o processo de ensino-aprendizagem. Em locais onde os confrontos eram mais recorrentes isto significa mais tempo em sala de aula, a não interrupção das atividades escolares e uma maior liberdade para uso dos espaços, como pátios e quadras esportivas. Resta saber como estas mudanças no cotidiano escolar devem influenciar os resultados escolares.

A citação de uma mudança no “clima escolar” parece bem consistente se se pensar em favelas onde a operação das UPPs reduziu significativamente (ou, o que é menos comum, acabou com) os confrontos entre traficantes de facções rivais ou entre o tráfico e a própria polícia, o que não ocorreu na Mangueira, conforme constatou o autor desta dissertação quando da realização de trabalhos de campo e entrevistas nesta favela.

Outra questão relevante é sobre a existência de uma “maior liberdade para uso dos espaços, como pátios e quadras esportivas” nas escolas estabelecidas em “favelas pacificadas” ou no seu entorno, conforme aludido no trecho acima. Alguns dos entrevistados pelo autor desta dissertação declararam que as constantes invasões à piscina do Ciep Nação Mangueirense continuaram mesmo após a implantação da UPP na favela, o que não apenas demarca as limitações da regulação policial no entorno da Mangueira, mas problematiza as constatações veiculadas por RIBEIRO (2014).

¹⁵⁷ Além das escolas estabelecidas nas favelas pacificadas, o referido autor considerou aquelas localizadas a uma distância de até 250 metros da “circunscrição de UPP mais próxima” – parâmetro que compreenderia todas as três instituições de ensino focalizadas pelo autor desta dissertação de mestrado.

¹⁵⁸ Segundo RIBEIRO (2014): “A queda foi de 19% para as escolas nas áreas de UPP, sendo menos pronunciada (16%) nas escolas a 250 metros de UPPs. Para o número de entradas de professores nas escolas por meio de transferências internas, dentro da própria rede municipal, a presença de UPPs não foi estatisticamente significativa”.

Em se tratando do uso das dependências do C.E. Ernesto Faria e da E.T.E. Adolfo Bloch, não foram relatados quaisquer problemas, como invasões de traficantes ou de moradores, tanto antes como depois da instalação da UPP.

Por último, as entrevistas, realizadas com os funcionários e alunos das três instituições de ensino consideradas, não indicaram qualquer alteração recente nos fluxos docentes e no processo de ensino-aprendizagem, muito menos como possível desdobramento da policialização da Mangueira. Um dos professores do Ciep¹⁵⁹, ao analisar as rotinas de seu local de trabalho, declarou que não percebe “qualquer relação entre melhoria no desempenho dos alunos e UPP” e também que os fluxos docentes sempre foram bons.

De todos os quatro pontos focalizados no entorno da Mangueira, o que fica mais próximo da sede da UPP é o Instituto Médico Veterinário Jorge Vaitsman, uma instituição municipal centenária¹⁶⁰ que pertence a subsecretaria de vigilância, fiscalização sanitária e controle de zoonoses.

Fotografia 5 – Fachada do Instituto Jorge Vaitsman



Fonte: Fotografia da entrada do Instituto Jorge Vaitsman, localizada na avenida Bartolomeu de Gusmão, número 1.120. Imagem disponível em www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/.

¹⁵⁹ Já mencionado neste subcapítulo. Foi entrevistado em 19 de novembro de 2015.

¹⁶⁰ Criada em 1917.

Em 18 de março do ano corrente, o autor visitou as instalações da instituição e ali realizou duas entrevistas: uma com o gerente de zoonoses (recém-chegado ao instituto médico-veterinário) e a outra com uma funcionária administrativa que trabalha no local desde 1976. O primeiro entrevistado não teve muito a dizer senão que há estabilidade em termos de segurança e que nunca presenciou ocorrências que envolvessem traficantes dentro da instituição. A funcionária, ao contrário, fez um relato mais encorpado, porém que pouco contribuiu para o entendimento dos impactos da UPP na vizinhança da favela. Isso porque ela informou que “ocorreram melhorias com a presença da polícia” baseando-se apenas em relatos de terceiros e nos poucos casos em que os policiais socorreram moradores cujos animais são atendidos pelo instituto médico-veterinário. Para o esclarecimento de questões mais relevantes, como a percepção de segurança nos arredores da instituição e a conduta dos policiais da UPP, a entrevistada praticamente não deu contribuições.

Não obstante, a julgar pelas observações de campo do autor, a presença de um grande efetivo policial bem ao lado do Instituto Jorge Vaitsman pareceu gerar, pelo menos para alguns dos usuários de seus serviços médico-veterinários, uma maior sensação de segurança.

Embora os quatro pontos focalizados pelo autor representem apenas uma pequena parcela do entorno da Mangueira, é seguro afirmar que este não sofreu significativas implicações territoriais por conta da instalação da UPP, como aconteceu no interior da favela, onde houve um redesenho nas relações de poder entre a *agência* (secretaria de segurança → UPP), o *sujeito não hegemônico* (associação de moradores), as *pessoas-para-o-outro* (moradores que não chegaram a criar um projeto que aponte uma mudança social, mas que atuam conjuntamente em certas situações) e os *traficantes*. As resultantes das mencionadas relações de poder materializaram-se, por exemplo, em normas instituídas contra a vontade de muitos moradores (atendendo aos objetivos da *agência*) e na reestruturação do comércio varejista de drogas.

A questão de maior evidência no entorno da favela, pode-se dizer certamente, é o tráfico de drogas, não apenas o que afeta especificamente o Ciep e suas imediações (como se abordou no presente subcapítulo), mas o tráfico *Delivery* em um sentido mais amplo, conforme a representação esquemática da figura 11 – problema para o qual a UPP não parece ter (tentado) qualquer solução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais e não conclusão. Isso porque a pesquisa que deu origem a esta dissertação não foi exaustiva e também porque esteve longe de esgotar as possibilidades analíticas que o seu tema suporta – como ocorre com todos os estudos científicos vistos sob a perspectiva do pensamento sistêmico, que vem, cada vez mais, se encorpando na pós-modernidade.

As dificuldades para realizar pesquisa em um território bem vulnerável à violência (como é o caso da favela da Mangueira) – sobretudo, acerca de um assunto que pareceu constituir um verdadeiro tabu para grande parcela de seus moradores – não é o único argumento para justificar o fato de este estudo não ter sido exaustivo. A delimitação de seu objeto, a análise das implicações territoriais da UPP Mangueira, constituiu um verdadeiro desafio, haja vista a densidade da favela, o tamanho de seu perímetro e a quantidade de potenciais interlocutores presentes no seu entorno. Como se não bastasse, as relações entre os policiais da UPP, os líderes da associação de moradores e os traficantes locais se mostraram instáveis, mudando com razoável frequência – ao contrário, por exemplo, do que ocorre em algumas favelas “pacificadas” da zona sul do Rio de Janeiro. Além disso, um estudo exaustivo costuma exigir uma grande disponibilidade de tempo e o assessoramento de uma equipe nas pesquisas de campo e nos levantamentos estatísticos, coisas que não foram possíveis para a confecção desta dissertação.

Outro elemento relevante é que essa pesquisa de mestrado acompanhou alguns desdobramentos da crise anunciada pelo estado do Rio de Janeiro. Uma crise que, originada por uma gestão demencial dos recursos públicos pelo executivo estadual, gerou implicações diversas, que compreenderam desde o atraso no pagamento de salários e gratificações aos policiais¹⁶¹ (e demais servidores fluminenses) até o recente pedido de demissão de José Mariano Beltrame¹⁶², o idealizador das UPPs, à frente da secretaria de segurança há mais de nove anos.

¹⁶¹ Conforme publicação, veiculada em 02 de julho do ano corrente, pelo portal de notícias G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/policiais-do-rj-recebem-salario-e-gratificacoes-na-proxima-semana.html>.

¹⁶² Conforme publicação, veiculada em 11 de outubro de 2016, pelo portal de notícias G1. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/dornelles-aceita-pedido-de-demissao-de-beltrame-sucessor-deve-ser-roberto-sa-20270914>.

Esse cenário de mudança, embora tenha complicado um pouco a pesquisa, não impediu que o autor fizesse seguras constatações e algumas inferências importantes, apresentadas nos capítulos precedentes.

De forma geral, bem antes da crise mencionada, a secretaria de segurança, personificada nas UPPs, estabeleceu um projeto que ambiciona mudar a vida dos moradores das favelas “pacificadas”, mas não em termos da promoção de justiça social ou de um genuíno aumento da qualidade de vida, bandeiras históricas de alguns movimentos sociais¹⁶³. O que se viu claramente na Mangueira foi um conjunto de ações policiais que procuravam refutar a legitimidade de ações e as escolhas de boa parte de seus moradores.

Em síntese, a análise do material empírico produzido pelo autor demonstrou que a UPP Mangueira sempre pretendeu não apenas orientar os moradores da favela sobre determinadas questões, mas, essencialmente, descrevê-los e decidir várias coisas por (e a despeito de) eles. Noutros termos, para reproduzir o título do subcapítulo 3.2: “Para ensinar aos favelados quem eles são e no que devem se tornar”.

Uma jovem de 18 anos, entrevistada pelo autor em fevereiro de 2016, chegou a declarar que: “Não é justo [a UPP] mudar os hábitos dos moradores que já estão aqui há muito tempo”. Vários policiais, por seu turno, declararam que a cultura dos favelados deveria mudar, deixando de considerar a grande vulnerabilidade sócio-espacial destes últimos à violência ou seu limitado acesso a serviços (e direitos) essenciais. Esses policiais se autodenominavam *heróis*, espécie de arautos da transformação, da missão civilizatória de “ajudar” os moradores da favela. Some-se a isso, a Cartilha publicada por Ziraldo, que disseminou posturas e atitudes que deveriam pautar o cotidiano das pessoas nos territórios “pacificados”.

Outro elemento preocupante foram os relatos de moradores que dão conta de revistas desrespeitosas e até de atitudes racistas por parte de alguns policiais da UPP. Essas situações, embora sejam aparentemente menos frequentes após a policialização da favela, também constituem uma terrível e degradante manifestação da violência.

Não obstante, os policiais da UPP Mangueira promoveram atividades voltadas à ocupação de crianças e jovens, o que – embora fizesse parte das estratégias

¹⁶³ Como o Movimento Negro e outros que lutam pela moradia, para citar dois exemplos.

pedagógicas do projeto de “pacificação” – diminuiu a exposição de alguns destes a um possível recrutamento pelos traficantes. Além disso, o próprio tráfico de drogas precisou se reorganizar em função da presença permanente da polícia na favela, operando sem a famosa boca de fumo, de forma bem menos ostensiva e com alterações em sua divisão do trabalho, como se tratou na penúltima parte do capítulo anterior.

Essa atuação mais “discreta” do tráfico constituiu, a julgar pelas entrevistas realizadas, o maior (para alguns, o único) ganho efetivo da policialização da favela. No entanto, a venda de drogas através do que o autor preferiu chamar de “pontos itinerantes” e, principalmente, os desdobramentos da morte de Tuchinha não isentaram a favela do convívio com a violência. Frequentes tiroteios (envolvendo a polícia) e ameaças de invasão de traficantes rivais continuaram temperando com drama a vida dos moradores da Mangueira, a despeito do seu rótulo de favela pacificada.

O entorno da favela (mais especificamente, os quatro pontos ali focalizados pelo autor) foi impactado de forma diferenciada pelo estabelecimento da Unidade de Polícia Pacificadora. É certo que o tráfico de drogas continuou a afetar as áreas em derredor do Ciep Nação Mangueirense e que também aumentou a delinquência ao longo da avenida Visconde de Niterói/Bartolomeu de Gusmão, o que, segundo relatos, precipitou um maior número de assaltos aos alunos da E.T.E. Adolfo Bloch.

Ademais, como se disse nas seções 3.4 e 3.5, o tráfico *Delivery* é a questão de maior evidência no entorno da favela. Agora, o C.E. Ernesto Faria (com um corpo discente formado, majoritariamente, por moradores da Mangueira) e o Instituto de Medicina Veterinária pareceram mais seguros e livres de quaisquer problemas diretamente relacionados ao tráfico. A grande proximidade de ambos à sede da UPP ajuda a explicar esse quadro.

Todo esse conhecimento empírico foi tornado inteligível por um quadro conceitual escolhido pelo autor. A favela da Mangueira foi considerada um território, um espaço definido por relações de poder, ou, noutros termos, a projeção espacial de uma complexa trama de relações entre a Unidade de Polícia Pacificadora, o tráfico de drogas de varejo e a associação de moradores – personagens capazes de exercer domínio ou significativa influência na favela e que se confrontam e disputam diferentes formas de regulação do espaço.

A secretaria de segurança (personificada na UPP) figurou como uma *agência*, responsável por instituir um novo *bom senso* que objetiva, essencialmente, mudar as concepções de vida de boa parte dos moradores das favelas. Em termos gramscianos, seria a elaboração de um novo tipo de humanidade para esses espaços, atitude que reside nas motivações de determinados grupos hegemônicos (representados pela *agência*). Essa forma de erradicar a favela sem o recurso à remoção¹⁶⁴, no entanto, encontrou resistências na Mangueira, não apenas da associação de moradores, identificada como um legítimo *sujeito não hegemônico*, mas também das *pessoas-para-o-outro* que – em função de certas demandas comuns, mesmo sem criar um projeto que apontasse mudanças sócio-espaciais – se mobilizaram para questionar certas iniciativas da UPP.

A referida mobilização, que aparece como uma forma de “encarnação” do *senso comum*, – entendido, nesse contexto específico, não como um conjunto de ideias distintas, desvinculadas e distantes das verdades científicas, mas como um amálgama de manifestações que soldam as relações das pessoas em torno de seu *lugar* – limitou (junto do *sujeito não hegemônico*) o alcance do *bom senso* proposto pela *agência*.

A propósito, há uma inequívoca relação entre lugar e território. Embora esse assunto tenha sido apenas tangenciado nesta dissertação, pode-se afirmar que as pessoas que vivem o lugar, lócus de gestação do *senso comum*, estabelecem relacionamentos que se entrecruzam, podendo, de vários cenários possíveis, resultar em manifestações pouco pretenciosas que apenas veiculam algumas insatisfações comuns ou até formar complexas tramas que apontam para a formação de um ou mais *sujeitos*. Neste último caso, quando da formação do(s) *sujeito(s)* – que, para os propósitos aqui tratados, entende-se que é coletiva – desloca-se o foco do *lugar* para o *território*, onde as relações de poder têm morada.

O autor, ao apontar esse incessante movimento de transformação sócio-espacial, complementa o pensamento castoriadiano de que “não há articulação do social dada em definitivo”¹⁶⁵.

Será que nenhum militante envolvido em uma grande mobilização social nunca encontrou (ou atendeu um telefonema de) alguém que fizesse suas glândulas suprarrenais liberarem generosas quantidades de adrenalina? Em um momento

¹⁶⁴ Que atravessou a história dessa forma de ocupação durante a maior parte do século XX.

¹⁶⁵ CASTORIADIS (1986).

como esse, aflora a pessoa e, mesmo que por alguns instantes, a sua mente deixa os ideais que levam ao conflito e à disputa territorial para ser povoada por sensações e lembranças que remetem a determinados lugares conhecidos, vividos.

A entrevista do autor com o vice-presidente da associação de moradores da Mangueira, tantas vezes mencionada nesta dissertação, deu importantes indicativos de que alguém que constitui um *sujeito não hegemônico* não está imune às intersubjetividades e à vivência do seu *lugar*, mesmo quando o que está em jogo é a manifestação de uma territorialidade (da UPP, neste caso).

Destarte, o autor encampa as proposições de CAMPOS (2014), para quem as estruturas territoriais só se tornam inteligíveis quando há uma “compreensão mínima do lugar naquilo que podem ser consideradas leis particulares que regem as partes no interior da totalidade”.

O autor também acredita que um (novo) ordenamento territorial implique de diferentes maneiras nos lugares que formam a referida totalidade – nesse caso específico, a favela da Mangueira. Como o autor não teve fôlego para considerar meticulosamente o assunto – que, a propósito, não figurava em seu projeto de dissertação – fica, para encerramento desta seção, uma promissora proposta para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 2013 [1987].

ACIOLI, Maíra Souza e Silva. *Informalidade, gestão urbana e mercado: reflexões a partir dos mototáxis e da Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha*. Dissertação de mestrado em Sociologia e Antropologia, UFRJ, 2013.

ALBERNAZ, Elizabete et al. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, jul./dez. 2007.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. *Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: FASE/GTZ/IPPUR-UFRJ, 1997.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, maio/ago. 2003.

BARBOSA, Jorge Luiz. As favelas após a “pacificação do território”: desafios à democratização da cidade. Publicado no *site geocritiq.com*, em 05 de abril de 2014 (consulta realizada em 21 de janeiro de 2016).

_____. A geografia dos negócios do narcotráfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, v. 3, 2011.

BIRMAN, Patrícia et al. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, Estado e precariedade em moradias populares. *Revista Mana*, 20, 3, 2014.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BURGOS, Marcelo et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Revista de Ciências Sociais da PUC – Rio* (Desigualdade e Diversidade), ago./dez. 2013.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. *Do quilombo à favela. A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. A despolitização do discurso da segregação frente às políticas de planejamento urbano na metrópole. In: SILVA, C.A. (org.). *Metrópole: Governo, Sociedade e Território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. *O planejamento urbano e a “invisibilidade dos afrodescendentes”: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Geografia – UFRJ, 2006.

_____. As particularidades da escala de ação do Movimento Negro: algumas considerações sobre a formação do sujeito. *Revista Geografares*, n. 09, jul./dez. 2011.

_____. Entre a pessoa e o sujeito do conhecimento: algumas considerações sobre o movimento negro no contexto socioespacial. In: OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). *A cidade e o negro no Brasil – cidadania e território*. São Paulo: Alameda, 2013.

_____. Movimento em estruturas “sócio-espaciais”: em busca dos sujeitos subalternos. In: SILVA, Catia; CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo. *Por uma Geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CANO, Ignácio (coord.). *‘Os donos do morro’: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012.

_____; RIBEIRO, Eduardo. A seletividade das “Políticas de Pacificação” no Rio de Janeiro. In: SANTOS, Angela; SANT’ANNA, Maria (orgs.). *Transformações territoriais no Rio de Janeiro do século XXI*. Rio de Janeiro: Gramma, 2014.

CARDOSO, Adauto Lúcio. *O Programa Favela-Bairro: uma avaliação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. (disponível em www.ippur.ufrj.br/observatório/download/rmrj_favela.pdf)

CARVALHO, Monique. A experiência da pacificação em um conjunto de favelas na Tijuca: rupturas e contradições na gestão da ordem pública. In: RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza; LISSOVSKY, Maurício (orgs.). *Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Comunicações do ISER (número 67), 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAVALCANTI, Francine Ferman. *Regularização fundiária e urbanização no âmbito do Programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro): discurso e realidade*. Monografia de graduação apresentada ao Departamento de geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1982.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Revista Geographia*, ano 1, n. 2, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias *et al.* (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DEBRUN, Michel. *Gramsci: filosofia, política e bom senso*. Campinas: Unicamp/FAPESP, 2001.

DIAS, Rafael. Visões sobre as Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro (UPPs), Brasil. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, n. 16, jun. 2012.

DIAS, Roberta Cristina. *Políticas públicas para as favelas cariocas: uma análise crítica*. Monografia de Especialização em Políticas Territoriais do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

DUARTE, Cristiane Rose *et al* (orgs.). *Favela, um bairro*. Propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/São Paulo: Prefeitura do Rio de Janeiro/Grupo Habitat/Pró-Editores, 1996.

EMOP. *Complexo da Mangueira: diagnóstico*. Relatório de projetos e orçamentos para melhorias urbanas e habitacionais - PAC 2, 2012.

ESPERANÇA, Vinicius. A lei fora da lei. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. SABIN, junho de 2014.

FERNANDES, Edésio. (org.). *Regularização da terra e moradia*. O que é e como implementar. Brasília: CAIXA, 2004.

FERNANDES JÚNIOR, Graciano Lourenço. *Unidade de Polícia Pacificadora na era dos Megaeventos: algumas reflexões sobre a política de segurança pública na cidade do Rio de, pós Pan-Americano de 2007*. Monografia de Especialização em Dinâmicas Urbano-Ambientais e Gestão do Território – UERJ/FFP, 2012.

FIORI, Jorge *et al.* (orgs.). *Redução da pobreza por meio de melhoria ambiental no Rio de Janeiro: Favela-Bairro*. Relatório de pesquisa. University College London, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal editora, 1979.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOLDWASSER, Maria Julia. *O palácio do samba. Estudo antropológico da escola de samba Estação Primeira de Mangueira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. *A vila olímpica da verde-e-rosa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos *et al.* (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LEITÃO, Gerônimo. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção de moradia na favela da Rocinha ao longo de 50 anos*. Tese de doutorado em Geografia - UFRJ, 2004.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ago./set. 2012.

_____. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social*, out./dez. 2014.

LIMA, Elias Lopes de. *Encruzilhadas geográficas. Notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LOPES, Edson. *Política e segurança pública. Uma vontade de sujeição*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MACHADO DA SILVA, L. A. *Os avanços, limites e perigos das UPPs*. O Globo. Suplemento Prosa e Verso, página 3, 2010.

_____. *Afinal, qual é a das UPPs?* Observatório das Metrôpoles – UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

MAFFESOLI, Michel. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MODESTO, Nilo Sérgio d’Avila. A “ausência assistida” do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço. In: SILVA, Catia; CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo. *Por uma Geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MORAES, Joysi; MARIANO, Sandra; FRANCO, Andrea. Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro: uma história a partir das percepções e reflexões do gestor responsável por sua implantação. *Revista de Administração Pública*, 2º bimestre de 2015.

NUNES, Joana Marie Girard Ferreira. *Formulação e implementação da UPP Social Carioca: os desafios de transformar ideias em práticas*. Tese de doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento – UFRJ, 2013.

OLINGER, Marianna. As relações das UPPs com os moradores e outras lideranças sociais nas favelas cariocas: Batan (Jardim Batan, Vila Jurema e Morrinho). In: RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza; LISSOVSKY, Maurício (orgs.). *Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões*. Comunicações do ISER (número 67), 2012.

ORTNER, Sherry. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*, ano 13, n. 28, jul./dez. 2007.

_____. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Mirian Pillar et al (orgs). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Goiânia: Nova Letra, 2007B.

RAFFESTIN, Claude. A produção de estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos et al. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

RIBEIRO, Eduardo. Território, violência e educação no Rio de Janeiro: impactos educacionais das Unidades de Polícia Pacificadora. In: SANTOS, Angela;

SANT'ANNA, Maria (orgs.). *Transformações territoriais no Rio de Janeiro do século XXI*. Rio de Janeiro: Gramma, 2014.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. *Um "campo de pacificação"? Algumas considerações sobre o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Geografia – UFRJ, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos et al. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SENNETT, Richard. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Augusto César Pinheiro da. Zoneamentos Ecológicos Econômicos (ZEE): arquiteturas políticas locais da administração pública brasileira para as sustentabilidades na gestão dos territórios. *Revista GEONORTE* (edição especial do III Simpósio Nacional de Geografia Política), 2013.

_____. Arquiteturas territoriais nos espaços político-administrativos brasileiros. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MARAFON, Gláucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro da. *Metropolização do espaço. Gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013B.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e. Sobre a análise do discurso. *Revista de Psicologia da UNESP*, n. 4, 1, 2005.

SILVA, Maria Pereira da. *Favelas cariocas. 1930 – 1964*. : Contraponto, 2005.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: Editora da UFSC e São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SOARES, Bianca et al. O que pensam os policiais das UPPs? *Revista Ciência Hoje* v. 49, jul. 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. *Segurança tem saída*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Entrevista concedida a Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 10; n. 110, Rio de Janeiro: Sabin, novembro de 2014.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Disciplina, biopoder e governo: contribuições de Michel Foucault para uma analítica da modernidade. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco de *et al* (orgs.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Cultura Acadêmica, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias *et al.* (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *O desafio metropolitano*. Um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. Problemas da Regularização fundiária em favelas territorializadas por traficantes de drogas. In: ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio (orgs.). *Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade*. Diretrizes, instrumentos e processos de gestão. Rio de Janeiro: Editora Fórum, 2005.

_____. *A Prisão e a Ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Revista Cidades*, v. 4, n. 6, 2007.

_____. *Fobópole. O medo generalizado e a militarização da Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos *et al.* (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. A “reconquista do território”, ou: Um novo capítulo na militarização da questão urbana. *Sítio Passa Palavra*, dez. 2010.

_____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

RAMOS, Silvia. *Elemento suspeito. Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

STEINBERGER, Marília. Introdução. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. A “doutrina da pacificação”. *Sítio Passa Palavra*, janeiro de 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório de avaliação do programa Favela-Bairro*. Rio de Janeiro, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa*. Análise do Programa de Remoção de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.

_____. *A invenção da favela*. Do mito de origem a favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLE, Willian Andrión do. *A problemática a interferência do tráfico de drogas nos projetos do Programa Favela-Bairro (Rio de Janeiro)*. Monografia de Bacharelado em Geografia – UFRJ, 2006.

_____. A ingerência de traficantes de drogas nos projetos do Programa de Urbanização Favela-Bairro (Rio de Janeiro). Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), 2014.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? *São Paulo em Perspectiva* (vol. 21 – nº 2), jul. – dez. de 2007.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *Revista do IPHAN*, 1996.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas – Moradores**Roteiro de entrevistas – Moradores**

Data ___/___/___.

Nome:

Idade:

Tempo de Moradia:

1. Você acredita que a implantação da UPP trouxe benefícios aos moradores?
Em caso afirmativo, mencione os benefícios.
2. Como é o relacionamento dos policiais da UPP com os moradores? Você conhece algum episódio em que os policiais apresentaram uma conduta abusiva ou violenta?
3. Em que medida os hábitos e costumes dos moradores tem sido afetados pelas normas e atividades desempenhadas pelos policiais da UPP?
4. Após a implantação da UPP houve aumento da oferta de serviços públicos na favela? Os imóveis foram valorizados?
5. Como é a relação dos policiais da UPP com os traficantes locais?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas – Policiais**Roteiro de entrevistas – Policiais**

Data ___/___/___.

Nome:

Idade:

Patente:

Tempo de trabalho na UPP da Mangueira:

1. Quais foram os principais impactos da implantação da UPP nesta favela? Qual foi a reação dos moradores diante da presença permanente da polícia?
2. Ocorrem reuniões entre os policiais da UPP e os moradores? Com que frequência? Quem participa?
3. Como é o relacionamento dos policiais com os moradores?
4. Com que frequência a UPP é acionada para resolver conflitos? Quais são as ocorrências mais comuns?
5. Como a UPP lida com os traficantes locais? Como eles se reorganizaram após a pacificação? Há informações sobre a migração de traficantes para outros locais?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas – Comunidade Escolar**Roteiro de entrevistas – Comunidade Escolar**

Data ____/____/____.

Nome:

Idade:

Função:

Tempo de trabalho/estudo na escola:

1. Qual é o percentual de alunos e funcionários residentes na Mangueira?
2. A escola tem forte articulação com os moradores da Mangueira?
3. Você acredita que a implantação da UPP trouxe benefícios à comunidade escolar? Em caso afirmativo, mencione os benefícios.
4. Atualmente, há uma maior percepção de segurança na escola? Ocorrem interrupções no funcionamento da escola por conta de tiroteios, decretos do tráfico?
5. Há dificuldades para manter os fluxos docentes?
6. A UPP da Mangueira contribui para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem nessa escola?